



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – PPGPS**

**LAWERTON BRAGA DA SILVA**

**REVISTA VEJA:**  
**UMA MEMÓRIA LGBT E SUAS REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO EM REVISTA**

**JOÃO PESSOA**

**2022**

**LAWERTON BRAGA DA SILVA**

**REVISTA VEJA:**

**UMA MEMÓRIA LGBT E SUAS REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO EM REVISTA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres como requisito para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

**JOÃO PESSOA**

**2022**

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

S586r Silva, Lawerton Braga da.

Revista veja : uma memória LGBT e suas  
representações em revista / Lawerton Braga da Silva. -  
João Pessoa, 2022.

130 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Estudo sobre gênero - LGBT. 2. Representações  
sociais - LGBT. 3. Revista Veja - Memória. 4. Produções  
científicas - LGBT. 5. Discurso - Gênero. I. Torres,  
Ana Raquel Rosas. II. Título.

UFPB/BC

CDU 305-055.3(043)

Elaborado por WALQUELINE DA SILVA ARAUJO - CRB-15/514



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social



### ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese do aluno **LAWERTON BRAGA DA SILVA** – mat. 20181017230 (orientando(a), UFPB, CPF: 072.813.394-61). Foram componentes da banca examinadora: Prof.(a) Dr.(a) **ANA RAQUEL ROSAS TORRES** (UFPB, Orientador, CPF: 267.442.364-15), Prof.(a) Dr.(a) **JÚLIO RIQUE NETO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 293.212.634-20), Prof.(a) Dr.(a) **ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS** (UFPB, Membro Interno à Instituição, CPF: 309.063.774-04), Prof.(a) Dr.(a) **MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA SANTOS** (UFPE, Membro Externo à Instituição, CPF: 062.264.274-00) e Prof.(a) Dr.(a) **RENATA LIRA DOS SANTOS ALÉSSIO** (UFPE, Membro Externo à Instituição, CPF: 012.632.104-30). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof.(a) Dr.(a) **ANA RAQUEL ROSAS TORRES**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **LAWERTON BRAGA DA SILVA** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: **"REVISTA VEJA: UMA MEMÓRIA LGBT E SUAS REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO EM REVISTA"**. Passando então ao aludido tema, o aluno foi, em seguida, arguido pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de **"APROVADO"**, o qual foi proclamado pelo(a) presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Eduardo Pimentel, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 23 de setembro de 2022.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **ANA RAQUEL R. TORRES**

Prof. Dr. **JÚLIO RIQUE NETO**

Prof. Dr. **ANDERSON M. DIAS SANTOS**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA SANTOS**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **RENATA L. DOS SANTOS ALÉSSIO**

Prof. Dr. **CARLOS E. PIMENTEL**  
Vice-coordenador do PPGPS

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua misericórdia e fidelidade, que sem porque nem razão me ama, ama porque ama.

Agradeço ao meu Pai por ter me ensinado e preparado, direta ou indiretamente, a lidar e viver com as adversidades apresentadas pela vida. A minha mãe, razão de todo meu esforço e motivo pelo qual tudo tem valido a pena. Agradeço a minha irmã que sempre esteve disposta a contribuir nos momentos necessários, não medindo esforços.

Agradeço a dona Eliete, seu Raminho e Rayanne que me acolheram em João Pessoa logo quando cheguei para cursar o doutorado e me trataram e fizeram sentir como família. Todo agradecimento é pouco por tudo que me proporcionaram.

Agradeço ao meu amigo Avelar Neto que me proporcionou momentos ímpares que fizeram ressignificar a vida e ser refúgio nos momentos de desânimo durante uma jornada acadêmica e de vida em uma cidade no qual você é “estrangeiro” e sem família.

Agradeço aos meus amigos Juan e Sidney, levo-os no coração desde quando ainda estava cursando o mestrado no Recife.

Agradeço a Matheus que com suas ideias contribui durante boa parte dessa jornada acadêmica.

Agradeço a Heitor que muito me ajudou na execução dos trabalhos e artigos, além das conversas e apoio. Agradeço, em especial, a profa. Sheyla Fernandes, orientadora da graduação e com quem conheci o universo da pesquisa e a paixão pela Psicologia Social. As professoras Renata Aléssio e Fatima Santos, que contribuíram diretamente durante o meu mestrado e também no doutorado. Agradeço a professora Ana Raquel que me assumiu minha orientação no doutorado e no qual nutro profundo afeto, suas orientações sempre foram diretas e certeiras. Tenho orgulho dessas mulheres que passaram e me ensinaram na vida acadêmica e na vida.

Agradeço a Cíntia e Cassio com quem aprendi e lembrei sobre “quem trama e quem está comigo”.

Agradeço a Capes pela concessão da bolsa de doutorado.

*Porque é d'Ele, por Ele e para Ele que tudo existe.*

*Glória a Ele pelos séculos! Amém.*

**Romanos 11:36**

## RESUMO

Esta tese objetivou analisar as representações sociais sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros em dois contextos distintos. O primeiro relacionado ao ambiente acadêmico e as produções científicas produzidas pelos pesquisadores de ciências sociais e humanas brasileiros; o segundo, os discursos produzidos por uma revista de abrangência nacional. O primeiro artigo, uma revisão sistemática da literatura, evidenciou seis classes que os artigos se distribuíram: debate na cena pública; o papel da psicanálise; ciência, justiça e religião, família e desdobramentos possíveis; vivências e experiências LGBT e questões metodológicas. A revisão evidenciou que grupos como o das Travestis necessita de uma maior atenção por parte do meio acadêmico. O segundo artigo analisou durante 1968 e 2018, um período de 50 anos, os discursos veiculados pela revista veja sobre a população LGBT a fim de compreender quais as representações sociais que foram sendo construídas e, também se modificando, ao longo desse período. Nesse sentido, foram evidenciadas 5 classes, a saber: arte e LGBT; diversidade de vivências sexuais; além do carnaval; luta por direitos civis e ciência, preconceito e religião. Nelas, é possível perceber a presença do discurso científico e religioso; a diversidade de vivências sexuais, principalmente de lésbicas e bissexuais; fala-se sobre as representações de LGBT na televisão; o tema dos direitos civis também aparece, principalmente sobre o casamento igualitário; por fim, a evidência de uma realidade não tão fácil que vivem travestis, quase sempre, vulneráveis à criminalidade e à marginalidade. A tese mostra que os saberes difundidos nesses dois contextos distintos servem na manutenção de universos consensuais e reificados que se dão nas interações sociais, no qual eles não se sobrepõe, sendo entendidos enquanto representações sociais e também como ciência.

**Palavras-chave:** LGBT, Memória, Representações Sociais, Discurso e Gênero.

## **ABSTRACT**

This thesis aimed to analyze the social representations of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Transgenders in two different contexts. The first related to the academic environment and the scientific productions produced by Brazilian social and human sciences researchers; the second, the speeches produced by a national magazine. The first article, a systematic review of the literature, showed six classes that the articles were distributed: debate in the public scene; the role of psychoanalysis; science, justice and religion, family and possible developments; LGBT experiences and methodological issues. The review showed that groups such as Transvestites need greater attention from the academic environment. The second article analyzed during 1968 and 2018, a period of 50 years, the discourses published by the magazine *Veja* about the LGBT population in order to understand which social representations were being built and, also changing, throughout this period. In this sense, 5 classes were highlighted, namely: art and LGBT; diversity of sexual experiences; beyond the carnival; fight for civil rights and science, prejudice and religion. In them, it is possible to perceive the presence of scientific and religious discourse; the diversity of sexual experiences, mainly among lesbians and bisexuals; talks about representations of LGBT on television; the theme of civil rights also appears, mainly about equal marriage; finally, the evidence of a not so easy reality that transvestites live, almost always vulnerable to criminality and marginality. The thesis shows that the knowledge disseminated in these two different contexts serves to maintain consensual and reified universes that occur in social interactions, in which they do not overlap, being understood as social representations and also as science.

**Keywords:** LGBT, Memory, Social Representations, Discourse and Gender.

## RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo analizar las representaciones sociales de lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transexuales y transgénero en dos contextos diferentes. El primero relacionado con el ambiente académico y las producciones científicas de los investigadores brasileños en ciencias sociales y humanas; el segundo, los discursos producidos por una revista nacional. El primer artículo, una revisión sistemática de la literatura, mostró seis clases en que se distribuyeron los artículos: debate en la escena pública; el papel del psicoanálisis; ciencia, justicia y religión, familia y posibles desarrollos; Experiencias LGBT y cuestiones metodológicas. La revisión mostró que grupos como los travestis necesitan una mayor atención del entorno académico. El segundo artículo analizó durante 1968 y 2018, un período de 50 años, los discursos publicados por la revista *Veja* sobre la población LGBT para comprender qué representaciones sociales se fueron construyendo y, también cambiando, a lo largo de este período. En este sentido, se destacaron 5 clases, a saber: arte y LGBT; diversidad de experiencias sexuales; más allá del carnaval; lucha por los derechos civiles y la ciencia, los prejuicios y la religión. En ellos es posible percibir la presencia del discurso científico y religioso; la diversidad de experiencias sexuales, principalmente entre lesbianas y bisexuales; habla sobre las representaciones de LGBT en la televisión; aparece también el tema de los derechos civiles, principalmente sobre el matrimonio igualitario; finalmente, la evidencia de una realidad no tan fácil que viven los travestis, casi siempre vulnerables a la criminalidad y la marginalidad. La tesis muestra que el conocimiento difundido en estos dos contextos diferentes sirve para mantener universos consensuados y cosificados que se dan en las interacciones sociales, en los que no se superponen, entendiéndose como representaciones sociales y también como ciencia.

**Palabras clave:** LGBT, Memoria, Representaciones Sociales, Discurso y Género.



Universidade Federal da Paraíba  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social  
Campus Universitário, S/N  
58051-900 João Pessoa, PB – BRASIL  
Tel./Fax 55 83 32167006

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE EM PESQUISA

Eu, Lawerton Braga da Silva, aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social-UFPB ao nível de Doutorado, matrícula **20181017230**, declaro que o trabalho intitulado “**Revista Veja: Uma Memória LGBT e suas Representações no Discurso em Revista**” foi por mim realizado sob a orientação da profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres e seguiu todas as diretrizes do Relatório da Comissão de Integridade em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 23 de setembro de 2022.

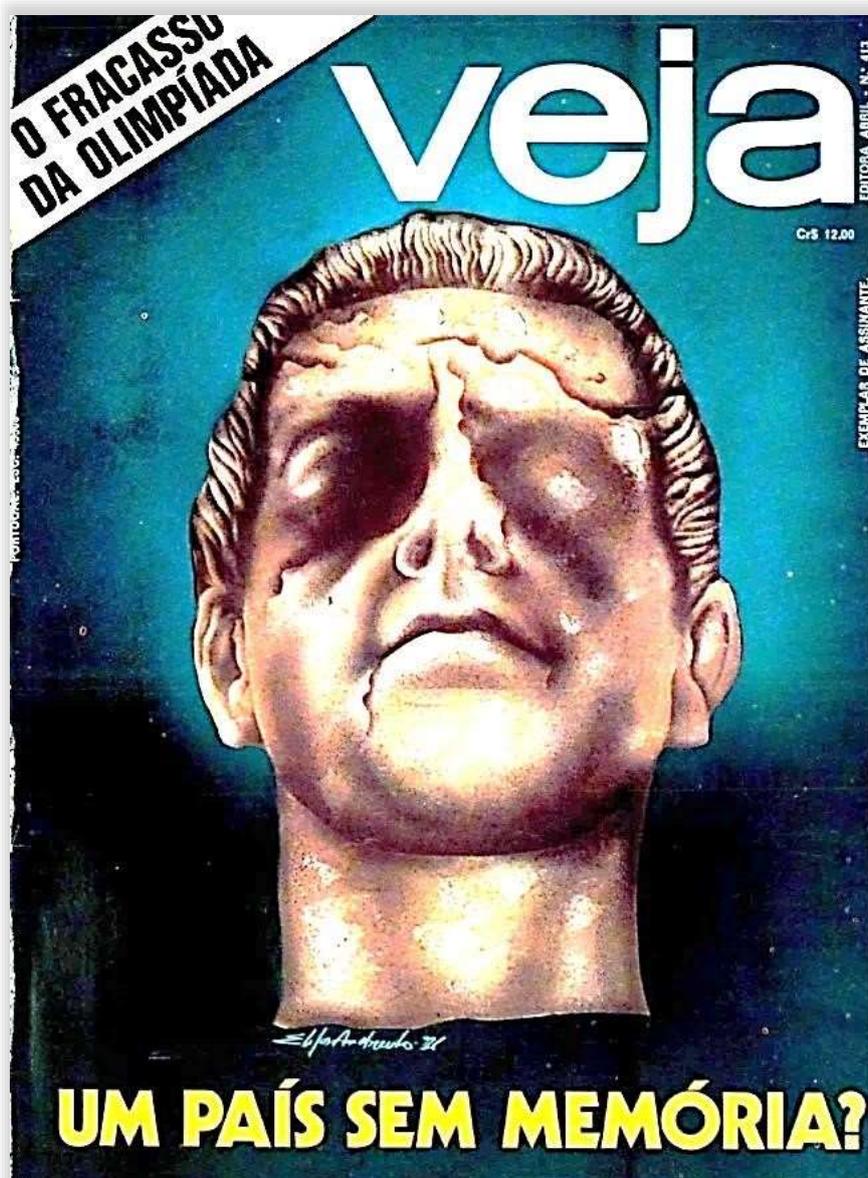
Lawerton Braga da Silva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>Do Movimento Homossexual ao LGBT</b> .....	<b>23</b>
<b>Contexto Sociopolítico Brasileiro</b> .....	<b>33</b>
<b>Memória, Representação e Discurso</b> .....	<b>44</b>
<b>Memória</b> .....	<b>44</b>
<b><i>Memória Política e Memória Oficial</i></b> .....	<b>49</b>
<b>Representação</b> .....	<b>55</b>
<b>A Teoria das Representações Sociais</b> .....	<b>56</b>
<b><i>Abordagem Societal</i></b> .....	<b>59</b>
<b><i>Representações Sociais e Meios de Comunicação</i></b> .....	<b>65</b>
<b>Discurso</b> .....	<b>67</b>
<b>MídiaVeja</b> .....	<b>72</b>
<b>ARTIGO 1 – Systematic review on homosexuality and the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexuais, and Transgender population</b> .....	<b>78</b>
<b>Class 1 – Debate in the public scene</b> .....	<b>87</b>
<b>Class 3 – The role of psychoanalysis</b> .....	<b>88</b>
<b>Class 2 – Science, justice, and religion</b> .....	<b>89</b>
<b>Class 5 – Family and possible developments</b> .....	<b>91</b>
<b>Class 4 – LGBT experiences</b> .....	<b>92</b>
<b>Class 6 – Methodological issues</b> .....	<b>93</b>
<b>Discussion and Final Comments</b> .....	<b>94</b>
<b>ARTIGO 2 – VEJA: Representações Sociais sobre LGBT</b> .....	<b>103</b>
<b>Classe 1 – Ciência, Preconceito e Religião</b> .....	<b>109</b>
<b>Classe 4 – Luta pelos Direitos Civis</b> .....	<b>115</b>
<b>Classe 2 – Diversidade de vivências sexuais</b> .....	<b>118</b>
<b>Classe 3 – Arte e LGBT</b> .....	<b>122</b>
<b>Classe 5 – Além do Carnaval</b> .....	<b>123</b>
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>125</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>130</b>

Figura 1

Capa da revista *Veja* ed. 413



A escolha por iniciar este trabalho com uma imagem não poderia ser a melhor. Além de provocativa, ela condensa os principais temas, questionamentos e objetivos que serão explanados ao longo do texto. Uma imagem é “algo muito antigo, é um fenômeno conhecido que certamente possui um efeito mais direto. Não sei como dizer... possui um efeito mais chocante. Em seguida, uma imagem também é algo que passa mais facilmente pelos “obstáculos” do raciocínio, da lógica” (Moscovici, 2006, p.81). A imagem escolhida é a capa da edição 413 da revista *Veja*, escolhida entre 2061 outras que foram publicadas ao longo

de 50 anos. Para descrevê-la, dois elementos de semiologia propostos por Barthes (2012) serão utilizados, a denotação e a conotação. O primeiro, requer apenas um conhecimento convencional e literal; o segundo, por se tratar de um elemento de segunda ordem, envolve conhecimentos culturais, no qual significantes e significados resultam no processo de significação. O mito é um exemplo deste processo em que Barthes (2012) dedicou bastante atenção. Segundo Penn (2012), os mitos seriam os meios pelos quais “uma cultura naturaliza, ou torna invisível suas próprias normas e ideologia” (p. 324).

Como foi dito, trata-se da imagem de uma capa de revista, a *Veja*, cujo nome está posicionado no canto superior direito. Como título da revista, uma pergunta: Um país sem memória? Posicionado logo abaixo de uma imagem. No canto superior esquerdo está a seguinte chamada: O fracasso da olimpíada. Essas chamadas, geralmente, apresentam uma matéria que está relacionada a matéria principal que tem relação com o título de capa. Os textos da capa aparentam não ter relação, mas a chamada escrita em caixa alta no canto superior esquerdo, no qual a palavra “fracasso”, derivada do verbo “fracassar” aparece. Tem uma função de provocar o leitor, afinal, um país sem memória é um país fracassado ou fracassou por não a preservar? Esse último aspecto será tratado e exemplificado mais adiante.

A imagem ao centro é em referência ao do rosto de um homem com os olhos fechados. Ele possui o que parece ser hematomas nos olhos, além de cortes em sua boca e testa. Sua representação espacial dá a ideia de que ele está olhando para cima, mesmo estando de olhos fechados. Parece ter uma intenção de passar uma mensagem relacionada a violência, ao descaso. O leitor pode ter outras interpretações, mas há de convir com as que foram apresentadas. Por meio da conotação é possível supor que a imagem em evidência não é um mero rosto. Mas um tipo de obra arte, principalmente pela assinatura logo abaixo que remete a identidade e autoria da obra. Parece ser um busto, artefato criado para homenagear personalidades importantes e manter viva uma memória sobre elas. Pensando no problema da continuidade e da duração para além da morte, a preocupação em cuidar da

memória dos mortos pode ser evidenciada. Já que, segundo Moscovici (2006), paradoxalmente, dessa forma, se mantém viva a memória sobre determinadas pessoas.

Neste caso específico é de se pensar na negligência com a memória. Essa edição, de agosto de 1976, traz em uma de suas reportagens, uma matéria sobre o progresso e a perda dos bens culturais do passado nacional e da identidade presente que se perde nas batalhas contra o tempo. A ideia de progresso e sua relação com a memória é antiga, mas hoje considerada obsoleta.

Santayana (1905), ao escrever o primeiro volume do livro “*The life of Reason*”, expõe um aforismo bastante conhecido: “Aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo” (p. 284). O contexto que ela se insere é justamente quando o autor fala sobre o progresso, especificamente ao fato de que para que ele aconteça é preciso levar em consideração a retenção – ou lembrança e nesse sentido, os aspectos da memória. Segundo ele, não sendo capaz de reter as experiências, esse comportamento seria semelhante ao dos selvagens que perpetuam a infância.

Essa associação entre infância é pensamento primitivo – por que não selvagem? –, também pode ser percebido no trabalho seminal de Moscovici (1961) quando o autor fala sobre o pensamento natural. É preciso pontuar que, nesse período existia a ideia corrente de que o pensamento científico pôr ser mais elaborado estava ligada a razão, diferente daqueles que não possuíam os instrumentos suficientes para analisar o mundo da mesma maneira (Moscovici, 2009).

Hannah Arendt (1951/2013) em “*As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*”, também pontua a relação feita entre infância quando fala das justificativas utilizadas pelo imperialismo britânico para oprimir e dominar os povos africanos, tratando-os como infantis ou “menos evoluídos”, por isso, deveriam ser colonizados e “ensinados”. Trata-se de um processo de infra-humanização que ressalta a diferenciação grupal, no qual o outro grupo é inferior (Leyens et. al., 2000)

Scarlett Marton (2022), em seu livro "*Nietzsche e as mulheres: figuras, imagens e tipos femininos*", ressalta a junção e relação que o filósofo Friedrich Nietzsche faz em um dos capítulos do seu livro "*Humano, demasiado humano*" (1878/2005) dos substantivos "mulher" e "criança", colocando-os numa mesma posição, em que nenhuma delas se igualaria ao homem dentro do contexto social. E apesar de não ser objetivo de Marton (2002) definir se o filósofo era misógino ou não, por exemplo, ela prefere entender que suas argumentações possuem contexto específicos. Afinal, apesar de criticar a mulher emancipada e falar que é dever da mulher o cuidado com o lar, com seus filhos e a dedicação ao seu marido, é possível perceber também uma relação com várias mulheres que participaram dos movimentos feministas.

O que fica claro são dois processos: o primeiro, da ambivalência (Glick & Fisk, 1996) e o segundo, de infra-humanização, no que diz respeito aos valores que são atenuados (Fleury & Torres, 2007). É importante ressaltar que as representações sobre a mulher podem ser entendidas com base em um artigo sobre os arquétipos femininos e iconografia de Galdós et. al., (2007), em que o papel da mulher varia entre a figura de Eva, sedutora e que levaria o homem a degradação, até a Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo e que é uma figura de proteção. No livro *Além do bem e do mal* (1886/2005), Nietzsche define a mulher "como um animal doméstico bem deliciado, curiosamente selvagem e frequentemente agradável" (p. 164).

Ainda como exemplo, Karl Marx, ao escrever "O 18 de brumário de Luís Bonaparte", entre 1851 e 1852, narra os acontecimentos que culminaram no golpe de estado pelo qual Napoleão III se tornou imperador, semelhante ao que fora feito por seu tio Napoleão I. No primeiro capítulo, Marx expõem que na obra de Hegel, todos os grandes fatos e grandes personagens da história mundial foram representados, aproximadamente, duas vezes. Todavia, Marx vai além desse pensamento e complementa-o com a seguinte afirmação: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. O que Napoleão I teria feito foi uma tragédia, mas o que seu sobrinho, Napoleão III fizera, uma farsa.

Inserir o exemplo de Marx junto com de Santayana não visa igualar o conceito de história e memória, mas sim mostrar como eles se relacionam dialeticamente. História refere-se aos acontecimentos ocorridos, aos fatos narrados, descritos e registrados no seu processo de construção. A memória (social e coletiva) diz respeito ao processo de reconstrução e ressignificação dos fatos experienciados pelos indivíduos e grupos (Ansara, 2008). Sá (2015) distingue a história como uma prática científica, exclusiva dos especialistas e guiado por regras institucionalizadas. A memória, por sua vez, constitui-se numa prática social exercida por todos, ou seja, qualquer membro de uma determinada sociedade. Nesse sentido, os produtos da história podem guardar diferentes memórias e vice-versa.

Selvagens, primitivos, negros e mulheres. Seja pela classe social, raça ou gênero. Pessoas são colocadas em um lugar de invisibilidade e subalternidades. Nas palavras de Moscovici (2009), “não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis” (p.31). Os exemplos trazem consigo diferentes conceitos e o objetivo aqui não é igualá-los, mas mostrar como eles se relacionam dialeticamente.

Silva (2012) introduz um aspecto que, para o desencadear deste trabalho de tese, é de suma importância. O autor evidencia o fato de que toda a história e memória daqueles (as) que foram considerados (as) vencidos (as) são esquecidas, já que não constam na memória e história oficiais. Lembra-nos que a memória histórica sempre foi um instrumento de poder dos vencedores para apagar as possibilidades ou alternativas de que a história pudesse ser questionada ou recontada pelos grupos vencidos, assim legitimariam sua dominação. Sá (2012) destaca que é por meio daqueles que mais recordam que a criação de novos documentos [memórias] são construídos para as novas gerações – nesse sentido é importante lembrar do aforismo de Santayana (2005). Por isso, a importância de confrontar e analisar as memórias institucionalizadas e construídas.

Ainda com base em Silva (2012), os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), objetos de estudo deste trabalho de tese,

tem se colocado numa posição de luta política frente aqueles que controlam a memória oficial, buscando sair de um lugar de ocultamento e propondo uma contra memória oficial, tensionando os lugares impostos e lutando pelo direito de construir publicamente uma memória coletiva capaz de construir identidades coletivas e, principalmente, uma consciência política. Grosso modo, é uma disputa entre distintas memórias antagônicas e diferentes versões do que passou, uma luta contra o esquecimento ou, talvez, pela visibilidade (Ansara, 2008).

A homossexualidade (tema central e norteador) é um fenômeno bastante antigo e comum na história da humanidade, mas que, ao longo do tempo, passou por diferentes interpretações. Buscar suas origens ou causas, em primeiro lugar é uma tarefa complexa, visto que sempre esteve nos bastidores da história oficial (Ullmann, 2005) e, depois, porque não necessita ser explicada já que se trata de mais uma forma de existir e se relacionar no mundo. À parte isso, pode-se pensar sobre como, ao longo da nossa história, as concepções sobre às homossexualidades e LGBT influenci(ar)am nas práticas e nos posicionamentos de sujeitos, grupos e instituições.

Este trabalho de tese parte do pressuposto que LGBT constituem-se, até então, como subalternos ou sujeitos contra normativos. Por subalterno, partisse das concepções introduzidas por Gramsci ao designar as populações coloniais que estão fora da hierarquia de poder. São os grupos sociais excluídos e colocados à margem das instituições socioeconômicas da sociedade, negando-lhes, principalmente, suas vozes políticas.

A escritora indiana, Gayatri Chakravorty Spivak, traz uma discussão pertinente e atual sobre esse sujeito subalterno. Seu livro "*Can the Subaltern Speak?*", traduzido para o português como: *Pode o subalterno falar?*, é uma referência para os estudos sobre feminismo e gênero. Spivak (2010, p. 12) define o sujeito subalterno como aquele que pertence "às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante". A autora usa como exemplo uma viúva, segundo ela, impedida duas vezes de representar a si mesma, primeiro por ser mulher, depois viúva, afinal

a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p.15).

O aspecto que Spivack (2010) discute ao longo de sua obra diz respeito a uma violência epistêmica, uma forma de neutralização do sujeito, na verdade, formas de torná-lo invisível, desapropriando-o de qualquer representação, ou seja, calando sua voz, silenciando-

o. Nas palavras de Orlandi (2002, p.12), “liga o não-dizer à história e a à ideologia”. Não se trata de um silenciamento, mas de uma imposição do silêncio, de censura, de limites para com os sujeitos, isso acontece com negros, mulheres, estrangeiros, deficientes e LGBT. Como exemplo, a carta de compromissos do governo Jair Bolsonaro, submetida no dia 27 de junho ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, reflete seus interesses ideológicos, mas, sobretudo, omite, silencia, temas como gênero, direitos LGBT, combate à tortura, direitos reprodutivos das mulheres, o compromisso com políticas de memória, reparação e não repetição das violências de direitos humanos durante a ditadura militar, entre outros.

Este trabalho de tese é baseado em uma perspectiva psicossociológica, que engloba aspectos psicológicos e sociológicos, levando em consideração a natureza dialética dos processos de influência social, de interação e adaptação no meio sociocultural (Torres et. al., 2005; Fávero,2010). Leva em consideração a articulação entre diferentes fatores psicossociais, como a Memória (Sá, 2015); as Representações Sociais (Moscovici, 1961, Doise 2002) e o Discurso (Van Dijk, 2017). Segundo Torres (2005), a Identidade Social também é um conceito chave para entender essa abordagem, visto que a identificação grupal seria um dos processos que os sujeitos usariam para perceber a estrutura social. Ademais, articula diferentes níveis de análise que não são excludentes, mas complementares, a saber, interindividual, interpessoal, intergrupais e ideológico.

A Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici em 1961. As representações sociais originam-se nas teorias científicas, culturais, ideológicas, nas experiências e nas conversações interindividuais e intergrupais, sendo estas, um meio para que os indivíduos se orientem no contexto social e material por meio de um sistema de

valores, noções e práticas (Moscovici, 1978; Silva et. al., 2011). Nessa perspectiva, acabam se tornando referência para lidar com a realidade na dinâmica entre indivíduos, grupos e o social, sendo o conjunto de teses do senso comum que nos permitem interpretar a realidade (Jodelet, 2001).

Visando analisar as relações intergrupais e seu papel de construção desses conhecimentos compartilhados, Tajfel (1982) propõe articular os processos cognitivos e sociais que atravessam os indivíduos. Processos marcados pela identidade social, já que o sentimento de pertença e a consciência social do sujeito dão estabilidade para suas RS se efetivarem. Sendo um fenômeno dinâmico ao passo que o sujeito incorpora os valores do grupo social ao qual ele pertence e passa a ser referência do mesmo. Para esse autor, o contexto histórico e sua materialidade nas relações entre indivíduos, grupos e sistemas de crenças dão base para que a pluralidade de representações possa acontecer de forma concomitante sem que, por exemplo, estereótipos e ideologias pareçam incongruentes.

Utilizar-se-á o conceito de memória social como um termo “guarda-chuva” para referenciar os diferentes fenômenos psicossociais da Memória (Sá, 2012). Aqui o conceito de “memória histórica” é entendido enquanto “memória da história”, abrangendo memórias orais e documentais (os “documentos propriamente ditos”, as produções didáticas, midiáticas e artísticas). Além disso, diferente do que acontece na história cujos documentos são vistos como registros passados, é a mobilização feita em torno deles que os diferencia, seja no momento que são lidos, visitados e apreciados. Sá (2012) ressalta, contudo, que o critério de mobilização não é tão preciso, mas sustenta seu posicionamento, apoiado no conceito de lugares de memórias, nos quais os documentos podem se tornar em suportes da memória.

Estudos sobre a pauta LGBT e as Representações Sociais (RS) apresentam-se com um campo em expansão para a Psicologia Social (Silva & Aléssio, 2018) e as Ciências Humanas, já que ela passa por períodos de diferentes naturezas e seus leitores possuem uma intencionalidade que pode ser mais ou menos aparente na construção de universos consensuais a respeito do tema. Percorrido um longo caminho de lutas e sofrimento para que direitos civis fossem assegurados constitucionalmente, novas questões começam a

surgir – e serão retomadas à frente – aspectos que outrora estavam sendo deixados de lado ou silenciados por aqueles que detêm o poder de comunicação começam a se fazer necessários na cena pública e na vida de outros sujeitos que constituem esse mesmo movimento

Nesse sentido, um dos meios responsáveis na construção de representações sociais sobre LGBT é a mídia. Os canais midiáticos são facilitadores para análises de grupos sociais específicos que, por meio da comunicação, compartilham e realizam trocas que formulam as representações sendo uma via de interpretação da realidade. Logo, discutir como a população LGBT vem sendo tratada pela mídia, especificamente pelo gênero revista pode evidenciar que as representações sociais sobre esses grupos são múltiplas, porém o preconceito pode ser estável.

Dois revistas importantes fazem parte da história da homossexualidade brasileira. A primeira, *O Snob* (1963-1969), era distribuído de mão em mão em bares e cafés, de forma muito rudimentar, mas que impulsionou diversas iniciativas, silenciosas, pelo país. Não faziam parte da cena pública, mas de um anonimato que marcava à época, afinal vivia-se uma repressão. Entre os anos 1960 e 1970, os espaços voltados para o público homossexual se expandiram. Além disso, a mídia projetava uma nova imagem sobre o homossexual, figuras como Ney Matogrosso e Caetano Veloso tiveram suas sexualidades questionadas; a militância homossexual passa a se expandir em outros países; a simpatia ganha espaço junto a hostilidade. Vivia-se uma antecipação de um movimento politizado no Brasil (Green, 2000)

Com todo o novo contexto que se instaurava no cenário nacional, surge a necessidade de uma nova publicação que tratasse diretamente da homossexualidade numa perspectiva dos direitos gays. Surge o jornal, *Lampião da Esquina* (1978-1981), considerado o primeiro jornal gay de circulação nacional. Passou por diferentes fases enquanto durou, mas por diversos fatores, entre eles ideológicos e financeiros, viu-se obrigado a fechar sem ao menos despedir-se do público (Green, 2000).

Partindo das concepções até aqui apresentadas e, apesar da existência de periódicos específicos para o público homossexual ao longo de sua história no Brasil, o objetivo desta

tese é analisar as representações sobre LGBT difundidas e construídas em um veículo considerado não subalterno, em outras palavras, que não estivesse numa clandestinidade, mas que fizesse parte da cena pública da sociedade de cada época. Atualmente, a Revista Veja ainda é a mais lida no país, em janeiro de 2019, o número de circulação da revista impressa e digital foi de 774 mil, ou seja, trata-se de uma revista de relevância e influências social.

Além de meios de comunicação, revistas, são produtos, negócios, serviços, jornalismo e entretenimentos. Representam uma relação entre editores e leitores, pautada na confiança, credibilidade, expectativas, idealizações, erros, etc. (Scalzo, 2003). Servem para unir grupos de pessoas, influenciando no comportamento e na personalidade. Além disso, surgiram para complementar na educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação e nos serviços utilitários que oferece. “Possuem menos informação no sentido clássico e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática” (Scalzo, 2003, p. 14). Logo, esse veículo está presente nas relações sociais cumprindo um papel de legitimação, propagação e de caráter formativo da opinião pública.

Ainda é importante frisar o seguinte apontamento de Adorno (1995, p. 188) “a imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares...” ou seja, tanto molda como é moldada pelo público.

Ressignificar as atuais memórias com vista no futuro é reescrever o próprio passado e, com isso, modificar, reinterpretar a própria história, modificando o curso da vida. Como assinalado por Silva (2012), o nosso amanhã depende da matriz do passado. Por isso, movimentos sociais devem reivindicar e assegurar o direito à memória, pois, somente dessa maneira, projetos futuros poderão ser presentes, abrindo possibilidades para que outros projetos também sejam futuros. O que o autor insiste em pontuar é que os atuais movimentos modernos, como o de LGBT, por exemplo, que com as marchas de orgulho, conquistaram uma visibilidade, outras vozes precisam reverberar. A palavra, ou memória, se partirmos da perspectiva de Fentress e Wickham (1992), precisa ser tomada para si, os ruídos precisam ser ouvidos.

No Brasil, o movimento de LGBT sempre fez parte de uma condição de subalternidade. Entretanto, ao longo da história, diversos acontecimentos reposicionaram esses sujeitos e seus anseios em lugares que os deslocaram a um posto de instrumento político (e agenda também). Deixaram a condição de “homossexualismo” (vistos como doentes, anormais) e tudo que essa palavra carrega; vencendo o AI-5 (um período de ditadura e opressão); as piadas preconceituosas utilizadas de forma sutil para perpetuar um sistema opressor (ainda comum), até conquistarem, após anos de lutas, um de seus maiores anseios; a criminalização da homofobia e LGBTfobia. Estamos falando de um tema e, principalmente, de um grupo de pessoas que, além de ser presente (o tema), estão (as pessoas LGBT) presentes no contexto social, servindo de instrumento para a manutenção de diferentes práticas sociais, sobretudo de grupos políticos.

Ser voz frente a um sistema que oprime LGBT é, *per si*, motivo suficiente para quebrar o possível silenciamento que as diferentes instituições impõem. Afinal, paz sem voz, não é paz, é medo.

## **Do Movimento Homossexual ao LGBT**

As sexualidades sempre estiveram presentes na estruturação das hierarquias sociais e no debate político. No que diz respeito, especificamente, as homossexualidades, enquanto prática sexual, a relação entre pessoas do mesmo sexo é tão antiga quanto a própria história da humanidade. Contudo, as formas de interpretar essas práticas variam de acordo com o contexto histórico, seja da naturalização no qual esse fenômeno acontecia na Grécia Clássica até as atuais formas, mais preconceituosas e cuja prática homossexual é um pecado, segundo uma base judaico-cristã (Pereira, 2017). O termo homossexual foi criado em 1869 pelo escritor e jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny. É a junção dos radicais homos (semelhante), mais sexualidade, entendida aqui como a vivência e experiência que cada pessoa possui, ou seja, entende-se, aqui, a homossexualidade como mais uma forma de vivência sexual compartilhada por pessoas do mesmo sexo. Mas, esse trabalho não se propõe a analisar apenas as questões ligadas as homossexualidades, mas também a bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros.

Dito isso, o objetivo aqui não é somente contar uma história de como essas práticas estavam presentes em diferentes sociedades, como na Grécia Antiga (Spencer, 1999), na Europa (Dieter, 2012) ou entre os índios (Trevisan, 2000), por exemplo. Mas, evidenciar em marcos temporais específicos os posicionamentos sobre as homossexualidades e LGBT, no qual essas pessoas são protagonistas de uma história, considerada por muitos, como dos vencidos ou derrotados, privados de direitos e de liberdades, cuja própria memória, social, coletiva e política foi silenciada (Silva, 2006; Pereira, 2017). Apesar de uma condição de subalternidade, LGBT e diversas minorias sexuais vêm ganhando visibilidade e deixando de ser “lendas urbanas, anomalias sociais ou sujeitos patologizados, para se tornarem sujeitos políticos, que passam a reivindicar equivalência de direitos implicada muitas vezes pela construção de novos direitos sociais e/ou pela desconstrução de direitos estabelecidos” (Prado & Machado, 2012, p.14).

O termo homossexualidade foi cunhado somente na modernidade e estudar suas causas ou origens já se tornou algo irrelevante, pois, apesar de existirem várias correntes distintas que versam sua origem em fatores genéticos, biológicos, psicológicos e sociais, a homossexualidade já é um fato consumado e não precisa ser justificada (Dieter, 2012). Se de um lado temos as correntes biogenéticas que postulam uma homossexualidade congênita e um cromossomo *gay* e, do outro, correntes baseadas nos fatores sociais e culturais que, vale ressaltar, se levados em consideração, excluiriam a própria homossexualidade. Afinal, a sociedade enaltece o comportamento heterossexual como sendo o mais aceitável (Trevisan, 2000; Dieter, 2012).

As práticas homossexuais, relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo (Fry & MacRae, 1985), podem ser encontradas em diferentes povos ao redor do mundo. Os gregos e romanos, por exemplo, são os povos mais citados no processo de historicidade desse fenômeno, pois os relacionamentos homoeróticos, conhecido como pederastia, eram comuns entre homens mais velhos e meninos. Naquela época a pederastia não era encarada como no contexto atual, ou seja, como o crime de pedofilia. Mas, compreendida de outras formas e, até mesmo, institucionalizada na educação de jovens com o objetivo de colaborar no desenvolvimento da masculinidade. Esse processo se dava por meio de preceptores que escolhiam seus efebos vindos de famílias nobres e os preparavam para a vida pública (Spencer, 1999). Vale ressaltar que não estamos militando em favor do crime da pedofilia, mas apenas relatando fatos históricos já estabelecidos (Spencer, 1999).

Com referência aos gregos, o exército de Esparta, conhecido por formar desde a infância exímios militares, também possuía uma relação peculiar a respeito da homossexualidade, visto que as crianças eram incentivadas a tal comportamento com o intuito de se tornarem melhores na guerra. Ora, na verdade, acreditava-se que um soldado homossexual lutaria por ele e por seu possível amado (Lasso, 1998). Bem diferente do que acontece atualmente, pois homossexuais são impedidos de se alistar nas forças armadas em diversos países. A China, por exemplo, proíbe gays e lésbicas abertamente, a Rússia exclui

todos os gays e lésbicas em tempo de paz, mas permite que alguns gays sirvam em tempos de guerra e os Estados Unidos tecnicamente permite que pessoas gays, lésbicas e bissexuais sirvam, mas apenas em segredo e celibato (Altivo, Antunes, Silva, 2010; Leite, de Santa Neto, 2013; Dias, 2009).

No império Romano, essa prática também era encarada com naturalidade. Contudo, existiam relações de poder nos relacionamentos, pois o lado passivo era visto como inferior, representando fraqueza e sendo associado com as mulheres. Ademais, as relações não eram permitidas com crianças livres assim como na Grécia, mas apenas com escravos, reforçando ainda mais as relações de poder existentes na época (Dieter, 2012).

No Brasil, especificamente, segundo Trevisan (2000), no período da colonização era comum, alguns colonos terem índios como mulheres. Além de que alguns índios guaicurus eram chamados de *cudinas*, ou seja, homens castrados. Tinham o hábito de se vestir como as mulheres e se entregar as ocupações femininas da época, por exemplo, fiar, tecer, fabricar potes etc. (p.66). Ademais, em algumas tribos era comum que o pajé transmitisse conhecimento, bem como cura, por meio das relações sexuais. Também existem relatos de mulheres que desempenhavam papéis masculinos não só relacionados à caça, mas muitas delas tinham relações homoafetivas com outras. Em conjunto, esses dados históricos apontam que as relações homossexuais não são um fenômeno da modernidade, como muitos defendem, principalmente, alegando que o meio pode influenciar tais práticas ou que antigamente as pessoas não eram homossexuais.

No século XIX, o relacionamento homossexual deixou de ser visto como pecaminoso e passou a ser considerado como uma patologia. Segundo Vecchiatti (2008), nesse período acreditava-se que ser homossexual colocaria o sujeito numa maior probabilidade de estar depressivo, o que foi desconsiderado posteriormente, haja vista que heterossexuais também tinham a mesma probabilidade de apresentar essa patologia – a depressão. Nesse mesmo período, os Estado Nacionais vão deixando de se submeter às regras da igreja e o prazer deixa de ser um pecado. O afeto entre as pessoas começa a ser valorizado e a

homossexualidade passa a ser compreendida como uma “opção” sexual. Contudo, as coisas não estavam melhorando para os homossexuais, pois a partir do século XX a cultura machista foi abrindo espaço para uma supervalorização do padrão heteronormativo de família constituído por um pai, uma mãe e filhos.

Mesmo na atualidade, percebemos que não avançamos muito em relação a alguns direitos e diminuição do preconceito contra os homossexuais, pois, a cada dia percebemos que as igrejas católicas e evangélicas buscam repetir um passado não tão distante, cuja intervenção nas questões relacionadas ao Estado era comum (Mott, 2002). Teoricamente, embora vivamos em um país laico, na prática, ainda somos guiados por leis cristãs, e, a maioria dos posicionamentos de parlamentares são mantidos e prescritos com base na cultura judaico-cristã. Um exemplo recente foi à proposta do Deputado Cabo Daciolo para alterar o texto da constituição. Seu projeto previa a alteração do texto que diz “o poder emana do povo” para “o poder emana de Deus”. De fato, avançamos em alguns aspectos, pois atualmente as homossexualidades não são mais consideradas uma opção ou uma patologia, mas uma orientação, por exemplo. Contudo, muitas outras conquistas ainda faltam ser alcançadas.

É de suma importância falar do processo de despatologização da homossexualidade para compreender, especialmente, o cenário atual. Pois bem, já compreendemos que a homossexualidade outrora era considerada uma patologia e não me refiro, especificamente, a relação entre a depressão como mencionado acima. O termo utilizado era homossexualismo, que hoje já caiu no desuso devido ao sufixo “ismo” que está relacionado à doença, já o sufixo “dade” ao modo de ser (Dieter, 2012).

Esse processo começou em 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade do rol de doenças mentais e em 1993 a lista de Classificação Internacional de Doenças (CID) também o fez. No Brasil em 1985, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) passam a

considerar a homossexualidade como uma orientação sexual cujo indivíduo sente desejos afetivos e sexuais por pessoas do mesmo sexo e não mais uma patologia (Vecchiatti, 2008).

Compreender esse processo é importante, pois ainda hoje, em pleno século XXI percebemos a grande pressão de alguns setores para que a homossexualidade seja considerada ainda uma doença e seja passível de cura. O projeto da “Cura Gay”, difundido pelo Deputado Federal João Campos (PSDB – GO), com apoio de psicólogos, inclusive, é um exemplo desse retrocesso. As explicações para a criação e apoio para esse tipo de projeto são diversas, desde questões ligadas a religião até mesmo questões político-ideológicas.

Como já foi dito, este trabalho de tese parte do pressuposto de que LGBT constituem-se como subalternos ou sujeitos contra normativos. Sabe-se que a ciência sempre teve uma postura patriarcal e androcêntrica que a fez excluir por muito tempo a voz e, principalmente, a experiência feminina e de todos os desviantes. É preciso ressaltar que as transições paradigmáticas, conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos (1989), foram importantes no processo de visibilidade de teorias emergentes, principalmente, no que concernem a diferentes assuntos que surgiram ao longo do tempo. Um exemplo, é o conceito de gênero, que foi resignificado, principalmente, pelo pensamento feminista (Butler, 2003; Haraway, 2009; Rubin, 1979; Scott, 1990).

As teorias feministas e de gênero surgem representando uma forma de resistência a antigos métodos patriarcais, convencionais e positivistas. Assumindo, principalmente, uma forma de legitimação desses novos saberes (Gergen, 1993). Contudo, possibilitar que algumas dessas mulheres se expressem, não dá conta de outra parcela que ainda está silenciada, a saber, existem as negras, as lésbicas, as jovens feministas, as trans, entre outras que também tinham e ainda têm sua voz silenciada por uma homogeneização categorial de mulheres, em sua maioria, branca, de classe média alta e com carreiras definidas, afinal no início do movimento feminista, particularmente, no contexto brasileiro, as mulheres tinham esse perfil (Costa, 2013; Costa & Sardenberg, 2008).

Apesar de o pensamento feminista ser polissêmico, algo que é em comum para todas as correntes é a ideia de subordinação – hoje essa pauta já está ultrapassada e novas categorias vêm sendo debatidas, mas no nível de compreensão do movimento como um todo é imprescindível falar a respeito. Em termos políticos, por exemplo, considera-se que as mulheres ainda ocupam lugares de subordinação ao mundo masculino (Costa et. al., 2012). Sendo assim, Piscitelli (2004) pensa a subordinação como “algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo em que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos” (p.44). As correntes feministas percebem a existência dessa subordinação, mas, questionam a sua “naturalização”, pois se compreende que é algo construído socialmente e passível de mudança.

Tendo em vista que o conceito de gênero se desenvolveu no mesmo período dos estudos sobre as mulheres e, principalmente, compartilhou de muitos pressupostos como o de subordinação e opressão, é comum perceber uma confusão entre essas categorias – gênero e mulher. Ora, esses conceitos foram repensados e mudados ao longo do tempo, principalmente, depois dos estudos da Sexualidade de Michel Foucault, que trouxeram novas perspectivas nos estudos do feminismo, gênero e sexualidade. Atualmente, são muitas as autoras que discutem o conceito, partindo de diferentes posições e abordagens que dialogam num campo interdisciplinar do conhecimento, a respeito dessas novas concepções é que iremos explicar.

Compreender a origem da opressão a fim de que ela possa ser revertida sempre foi um dos objetivos de Gayle Rubin, uma antropóloga norte-americana, feminista e pioneira nos estudos na área de gênero e sexualidade. Em seu famoso trabalho “*Traffic of Women – Notes of the ‘Political Economy of Sex’*” (1979), Rubin (1993) nos faz pensar no conceito de gênero a partir de um sistema de sexo/gênero. Ela define esse sistema como sendo “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos

da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (p. 01).

Os questionamentos a respeito de quais relações transformaram a fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada, fazem parte de seus questionamentos. Vale ressaltar, que Rubin (1993) trabalha com a ideia de natureza e cultura, ou seja, essa dicotomia chamada de sistema sexo/gênero, cuja matéria-prima (o sexo: a fêmea) é transformada em produto (o gênero: a mulher domesticada).

É importante acrescentar que ao colocar o sexo como sendo uma matéria-prima, Rubin (1993) também o isenta de questionamentos socioculturais, ou seja, ele estaria no campo da sua própria “natureza”. Gênero, por sua vez, está aberto às mudanças históricas. Após compreender esses pressupostos, percebemos os motivos desse trabalho ser tão importante nos estudos de gênero, pois leva-nos a desnaturalizar as desigualdades de gênero.

Avançando ainda mais no Labirinto, ela nos expõe a questão da divisão sexual do trabalho, e apesar de toda sociedade dispor de divisões de tarefas específicas, essas tarefas variam muito. Por exemplo, “há sociedades em que as mulheres carregam os fardos pesados, e outras em que são os homens” (Rubin, 1993, p. 11). Podemos compreender a divisão sexual do trabalho como sendo um tabu que cria categorias exclusivas e exacerba as diferenças biológicas, criando o gênero. Essa divisão de trabalho segundo Rubin (1993), também cria um tabu a respeito dos arranjos sexuais diferentes, ou seja, os que não são necessariamente um homem e uma mulher.

O gênero passa a ser visto como uma divisão dos sexos socialmente imposta, produto das relações sociais de sexualidade. Afinal, os sistemas de parentescos transformaram machos e fêmeas em homens e mulheres, obrigando, inclusive, uma heterossexualidade e uma coerção da sexualidade feminina. Ademais, o gênero não é tido, apenas, como uma identificação com um sexo, ele supõe, inclusive, que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo, ou seja, ele os cria homens e mulheres, heterossexuais, para ser mais preciso

(Rubin, 1993). Esse mesmo sistema que oprime as mulheres elimina a homossexualidade da sexualidade humana, também oprimindo essa categoria.

Em contrapartida, Joan Scott (1990), historiadora e feminista, influenciada pelas correntes pós-estruturalista, começa a perceber o gênero não mais como uma categoria descritiva, que leva em consideração apenas a dualidade sexo/gênero e recaindo no binômio homem/mulher, masculino/feminino. Mas propõe o gênero enquanto uma categoria analítica, pensando na linguagem, nos símbolos, nos corpos e nas instituições. Scott (1990), define o gênero:

em duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (p.21).

A partir dessa definição de Scott (1990) é que iremos analisar as questões ligadas a esse fenômeno. A importância de estudar e compreender esse conceito para além de uma categoria descritiva ajuda-nos a compreender que as questões ligadas ao preconceito possuem, também, uma relação de poder envolvida em suas tramas. Mudanças nas relações sociais correspondem a mudanças nas relações de poder por meio de vários sentidos. Joan Scott (1990) postula que “como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si (p.21)”. A respeito desses elementos, falaremos a seguir.

O primeiro diz respeito aos símbolos culturalmente disponíveis que podem ter representações múltiplas, frequentemente contraditórias, por exemplo, Eva e Maria, como símbolo da mulher. O segundo elemento está relacionado com os conceitos normativos que tentam limitar as possibilidades metafóricas dos símbolos. São expressos nas doutrinas

religiosas, educativas, políticas e jurídicas, por exemplo, a restauração do papel da mulher enquanto pessoal do lar, apesar de poucas evidências que comprovem que esse sempre foi o lugar dessas. O terceiro aspecto objetiva incluir uma noção dos aspectos políticos de maneira geral. Por fim, o quarto aspecto está relacionado com a identidade subjetiva (Sott, 1990). É importante não reduzir mais a categoria de gênero a simples sistemas de parentescos cujo olhar do universo familiar sempre está relacionado à mulher. Além do mais, precisamos ampliar essa visão a outros aspectos, por exemplo, o mercado de trabalho, a educação, o sistema político. Como postula Scott (1990) é importante compreender o gênero nas diversas formas, algumas complexas, da interação humana.

Entender essas concepções de gênero e o seu processo, nos faz refletir a respeito de aspectos como às origens da homofobia, tendo em vista que algumas questões não podem ser dissociadas. Por exemplo, na maioria dos casos, o preconceito contra homossexuais acontece pelo fato deles não estarem numa condição de masculinidade tal qual a sociedade machista impõe, ou seja, o fato de ter traços femininos, por si só, é motivo de agressões, físicas e/ou verbais. Da mesma forma acontece com lésbicas e, até mesmo, com as mulheres heterossexuais que vão de encontro à “função” que a sociedade as impõe como cuidadoras do lar e, principalmente, de serem “mais delicadas”.

Além dos aspectos de gênero, a discussão sobre as homossexualidades não pode ser concebida sem levar em consideração os aspectos relacionados à identidade, pois tratase de tocar em questões relacionadas a construção de posições sociais que auxiliam compreender a manutenção de determinadas hierarquias sexuais (Prado & Machado, 2012). Nesse sentido, a memória e as representações são aspectos que estão indissoluvelmente ligados. O que esses aspectos possuem em comum, é o fato de serem compreendidos enquanto construção social dentro de uma relação dialógica com o Outro (Candau, 2012).

MacRae (1985) estudou a centralidade da identidade para compreender, por exemplo, a relação dos movimentos sociais. Este autor estudou o grupo Somos, que é reconhecido como sendo a primeira organização do movimento homossexual brasileiro.

Butler (2003), feminista estadunidense que escreve em um contexto marcado por políticas de identidade e pelo multiculturalismo, questiona o “nós” que serve de sujeito do movimento feminista, quem é e como ele é definido. O que essa autora quer ressaltar diz respeito com o fato das categorias identitárias serem sempre normativas e exclusivistas e não meramente descritivas. Para o movimento homossexual, a construção e a adesão de uma identidade, por exemplo, foram cruciais para a formação de sujeitos políticos.

## **Contexto Sociopolítico Brasileiro**

Apresentar-se-á uma breve explicação sobre três períodos da história brasileira e sua relação com o movimento LGBT que nos auxiliarão na compreensão e discussão dos resultados desta tese. Iniciar-se-á pelo período da Ditadura brasileira que compreende o período de 1964 até a 1984; o segundo marco temporal, será o período que se denominou de Redemocratização, 1985 até 1989; o terceiro sob o nome de Democracia, diz respeito ao período que se iniciou logo após a primeira eleição direta pós Ditadura militar, ou seja, a partir de 1990.

### ***Ditadura Militar e LGBT***

Devido a quantidade de trabalhos e materiais referentes a esse período, priorizou-se apresentar as informações sobre esse momento com base no portal Memórias da Ditadura ([memoriasdaditadura.org.br](http://memoriasdaditadura.org.br)), uma iniciativa do Instituto Vladimir Herzog a pedido da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para criar um local de referência e difusão do conhecimento sobre esse período da História do Brasil. É um portal construído por diferentes autores e pesquisadores que se dedicam a diferentes temáticas, como repressão e resistência, arte e cultura, violências do Estado, movimento negro e, inclusive, sobre a população LGBT, no período da ditadura brasileira. Além disso, utilizamos também como embasamento o Relatório da Comissão Nacional da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”.

A Ditadura Militar no Brasil foi um período que durou 21 anos. Teve início em 31 de março de 1964 com a destituição do presidente João Goulart, também conhecido como Jango, estendendo-se até março de 1985. Passou por três fases diferentes: a primeira foi a legalização do regime autoritário; a segunda, o aumento da repressão e da violência estatal contra os opositores da ditadura e; por fim, a terceira fase da reabertura política. Para dar continuidade, é preciso retroceder um pouco e sinalizar alguns acontecimentos que

antecederam sua implementação. O objetivo aqui não é fazer uma explanação detalhada ou cronológica do período, mas mostrar, principalmente, como a comunidade LGBT foi afetada pela institucionalização desse novo regime.

As intervenções militares no Brasil foram adquirindo força ao longo dos anos, como na Revolução de 1930, um movimento armado liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais, orquestraram um golpe de Estado que pôs fim a República Velha. A deposição de Getúlio Vargas no seu primeiro governo até seu suicídio em 1954 foi marcada pela participação política das forças armadas. As tensões políticas para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. A destituição do presidente João Goulart em 1961, uma posse bastante conturbada, visto que os militares já queriam limitar o poder presidencial e impor um regime parlamentarista. Por fim, o golpe militar, em 1964. (Barbosa, 2016; Stédile, 2005)

O golpe militar que deu início a ditadura não foi fruto apenas do Exército, mas de uma longa preparação que já estava acontecendo na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar, nas alianças com os Estados Unidos, na sociedade já polarizada com medo do Brasil se tornar uma nova Cuba e juntar-se ao bloco comunista na América Latina, com a influência de setores conservadores da Igreja Católica, dos latifundiários, da classe média e da mídia. Trata-se de uma mobilização entre diversos setores da sociedade contrariados com as supostas bases políticas e ideológicas do atual governo Jango (Barbosa, 2016; Toledo, 2004).

Segundo Barbosa (2016), a ditadura militar brasileira procurou ter uma “legalidade”, garantida, inclusive, pelo poder judiciário e legislativo. Contudo, isso não impediu que severas leis fossem estabelecidas pelos militares. A Constituição de 1967, com suas medidas autoritárias, por exemplo, foi imposta para aprovação do Congresso. Além disso, surgiram os Atos Institucionais e os Decretos-Leis, mecanismos de legitimação e legalização das ações impostas pela ditadura. Ao todo, foram decretados 17 atos, regulamentados por 104 atos

complementares e redigidos sempre que os militares se sentissem ameaçados ou precisassem reafirmar seu poder.

Em 1968, “o ano que não terminou”, vivia-se um clima de repressão aos movimentos estudantis e de proibições das manifestações de rua em todo o país. A morte do estudante Edson Luís pela polícia militar, durante um protesto contra a elevação dos preços das refeições do restaurante estudantil Calabouço e as diversas tragédias entre estudantes e as forças da repressão, impulsionaram uma forte mobilização da sociedade, e, mesmo aqueles que outrora apoiaram o golpe de 1964 se afastavam do apoio ao governo militar (Barbosa, 2016). Diante desse cenário e mobilizados pelos últimos acontecimentos, na cidade do Rio de Janeiro, 100 mil pessoas se reuniram para protestar contra a ditadura militar, momento que ficou conhecido como “Passeata dos Cem Mil”, entre os manifestantes, diversos artistas, intelectuais, deputados, padres e estudantes.

Somados aos fatos já descritos, em 2 de setembro o deputado Márcio Moreira Alves chamou os quartéis militares de “covis de torturadores”, além de pedir que à população não prestigiasse os desfiles de 7 de setembro. Diante dessa situação, as forças armadas exigiram que o Congresso nacional quebrasse a imunidade parlamentar do deputado e instaurasse um processo criminal contra ele. Entretanto, o pedido não foi atendido e como represália, ou melhor, como forma de legitimar o próprio poder, o regime instituiu no dia 13 de dezembro o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), considerado o mais autoritário e que durou 10 anos, mesmo tendo sido criado para durar 180 dias. Nesse período foi que o Conselho Superior de Censura e, posteriormente um decreto-lei determinando a censura prévia geral foram instituídos. O AI-5 aumentou a repressão militar, representou o fechamento completo do sistema político e das restrições à cidadania. O movimento estudantil foi cada vez mais combatido, a imprensa censurada, diversos artistas, intelectuais e militantes políticos foram exilados, prisões arbitrárias, torturas, julgamentos militares e até execuções sumárias que vieram a ser classificadas como desaparecimentos eram frequentes (Barbosa, 2016).

Os anos de chumbo, momento que ficou conhecido por ser o mais repressivo da ditadura militar, foi o período no qual as novas regras estabelecidas pelo AI-5 começaram a ser implementadas. Em 1969, um período contraditório para as artes, mas inegavelmente um ano de revolução cultural no Brasil, enquanto se cantava “moro num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, a censura a qualquer sexualidade dissidente era notória (Xexéo, 2009), como no caso das medidas que o chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas (DCDP) tomara para retirar do ar o programa da TV da Guanabara a respeito dos quadros que “explorassem a figura do homossexual” (Pinheiro, 2017). Nesse mesmo ano, o comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, oficializava a criação de um centro de informações e investigações, a Operação Bandeirantes (OBAN), com o objetivo de centralizar as operações repressivas nas grandes cidades, segundo Barbosa (2016), uma célula repressiva operacionalizada pelo Centro de Informações do Exército.

A repressão imposta, era dirigida, principalmente, para os “subversivos” e “comunistas”. Contudo, o aparato de controle moral contra os comportamentos sexuais tidos como “desviantes, também foi intenso. Homossexuais, travestis, prostitutas e outros considerados como perversos ou anormais foram alvos de perseguição, prisão, exoneração de cargos públicos, censura entre outras diferentes formas de violência. Todavia, mesmo com a repressão, a comunidade LGBT se fortaleceu e diversos movimentos de resistência começaram a surgir, assim como já acontecia no cenário internacional. Grupos com o objetivo de enfrentar à opressão do Estado, lutar contra o preconceito e a garantia de direitos (Green, 1999).

De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2015), para entender a questão LGBT durante o período da ditadura é preciso compreender a contradição que existia, pois, enquanto havia uma repressão explícita contra determinados setores politizados, a população LGBT vivia um momento de expansão social decorrente do “milagre econômico” dos anos 1968 até 1973. Eis que surgem novos espaços de sociabilidade devido a ascensão de determinadas classes, potencializando o

surgimento de boates e outros espaços de sociabilidade e visibilidade. Todavia, é preciso pontuar que, em meio a isso, existiam, também, medidas da própria ditadura contra a homossexualidade, além de outros fatores que antecedem a própria ditadura, afinal a homofobia já existia.

Ainda com base no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2015), além do aumento das repressões sofridas pelos movimentos sociais logo após o AI-5, uma série de fatores contribuíram para a reafirmação e propagação do preconceito contra LGBT, o que gerou um atraso na formação e consolidação das lutas contra o preconceito sexual. Dentre esses fatores, a ausência do debate em grupos de esquerda, por exemplo, que rejeitavam organizações que se desviassem de sua pauta principal (o movimento operário), reforçavam posicionamentos contrários a LGBT, feministas e outros grupos. O Estado, mesmo que sem uma política formal de combate e extermínio aos homossexuais, como existia em relação a outros setores da oposição durante a ditadura, reforçava uma ideologia conservadora ligada à doutrina da segurança nacional. A figura do homossexual passou a ser associada às esquerdas e à subversão, reforçando assim, uma representação do homossexual como perigoso à família brasileira, sem moral e que transgredia os “bons costumes”.

Essa imposição do Estado com relação a normalização das sexualidades “dissidentes” a um padrão moral ultraconservador, gerou a perseguição de muitos homossexuais. Um caso bastante conhecido de discriminação por parte do Estado, aconteceu logo após a Comissão de Investigação Sumária, criada em 1969 no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), emitir a cassação de 44 funcionários, acusados de afrontarem os valores do regime em suas condutas na vida privada. Essa comissão tinha como objetivo a repressão de homossexuais, alcoólatras e pessoas consideradas emocionalmente instáveis dentro do Itamaraty. Em meio aos pedidos de exoneração, sete tinham como justificativa as práticas homoafetivas e a incontinência pública escandalosa. Dez dos pedidos solicitavam que os diplomatas passassem por exames médicos e psiquiátricos para averiguar se eram homossexuais ou não, caso fosse comprovado, seriam afastados.

Além desses fatos, entre os anos de 1975 e 1982, sob a administração de Paulo Egydio Martins e Paulo Maluf, em São Paulo, a polícia realizava ronda pelo centro da cidade com o objetivo de prender aqueles que estivessem comentando vadiagem, especificamente, travestis, prostitutas e qualquer outro que não se enquadrassem nos critérios normativos da época, eram levados à prisão. O delegado José Wilson Richetti ficou famoso por promover diversos arrastões pelas ruas da cidade e detenções violentas. Vale pontuar que eles estavam respaldados em uma “legalidade e legitimação”, pois diversos comerciantes e trabalhadores da região assinavam abaixo-assinados para que a moralidade voltasse a região, dito de outra maneira, que esses sujeitos não normativos fossem higienizados. As artes não ficaram fora de todo esse processo. Todas as manifestações artísticas que tivessem como referência as sexualidades dissidentes passavam pelo veto da censura. Músicas, programas de televisão, peças de teatro, filmes e publicações dirigidas ao público homossexual foram censuradas com a justificativa de “divulgarem o homossexualismo” ou como sendo propagadores do erotismo e da pornografia. A televisão, meio de comunicação que mais atingia o público geral, foi ainda mais censurada, pois o objetivo era evitar a “propaganda” do homossexualismo e a quebra dos valores tradicionais da família.

Mesmo em meio a repressão da ditadura, uma forte mobilização de resistência e luta estava surgindo no Brasil. Diversos artistas, como Ney Matogrosso e os grupos musicais Secos e Molhados e Dzi Croquettes, questionavam os papéis de gênero em espetáculo andróginos, surgindo com vestimentas consideradas femininas. As organizações de debate político também surgiam, como o Grupo de Afirmação Homossexual Somos, em 1978, com o objetivo de defender os direitos da comunidade LGBT em todos os âmbitos da vida social.

Do ponto de vista jornalístico, o pioneiro jornal “O Snob”, voltado para o público homossexual, fechado pela censura no final da década de 1960, mobilizou novos periódicos como a revista “O Lampião da Esquina”, uma revista criada em 1978 por e para homossexuais que circulou mensalmente até 1981.

Com o governo do General Figueiredo (1979-1985), a autoridade do Presidente da República sobre os militares estava sendo reconquistada. Trata-se de um passo importante para a reabertura política e a redemocratização, pois, apesar da Lei de Segurança Nacional vigente, a população respondeu com novas mobilizações. A Anistia e a reforma partidária também proporcionaram que o poder dos militares fosse minado. Entre 1983 e 1984 o movimento conhecido como Diretas Já reivindicava as eleições diretas para presidente. O regime militar vivia um colapso, hiperinflação e obras não acabadas que resultaram no seu declínio.

### ***Redemocratização e LGBT***

O período que se nomeou de “redemocratização” levou em consideração a primeira eleição presidencial que, em 15 de janeiro, elegeu Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Embora, dado o falecimento de Tancredo, José Sarney, assumiu a Presidência. Além disso, uma nova emenda constitucional, aprovada em 8 de maio de 1985, acabou com os vestígios da ditadura, vivia-se um processo de reestruturação da democracia. A constituição de 1988, representa um marco importante nesse período de redemocratização.

Como dito anteriormente, antes do período da redemocratização, já existiam grupos e movimentos organizados politicamente para defender os direitos da população LGBT. Em 1979, por exemplo, no Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro encontro para se discutir a necessidade da inclusão do respeito à opção sexual, termo utilizado na época, na Constituição Federal. No final dos anos 1970, grupos formados, majoritariamente, por homens homossexuais, também reivindicavam direitos para os homossexuais. Já em 1980, surgiu o primeiro grupo lésbico do país, fruto de uma crise no Grupo Somos. Além desses grupos, campanhas, como as organizadas pelo Grupo Gay da Bahia, entre 1981 e 1985 para retirar a homossexualidade do Código de Saúde do INAMPS que ainda a rotulava como desvio e transtorno sexual. Uma reivindicação que culminou, em 1985, com a retirada da homossexualidade enquanto doença (Brasil, 2015).

Simões e Facchini (2009) separam o movimento homossexual no Brasil em três ondas. Nesse período de redemocratização, ocorre a “segunda onda” e, diferente do que aconteceu na primeira, cujo inimigo era o autoritarismo da ditadura, as questões agora estavam ligadas a visibilidade pública da homossexualidade. É um período que começou a ocorrer, mesmo que de maneira lenta, uma expansão no mercado de bens e serviços para esse público. Outro marco importante nesse período foi a epidemia da AIDS,

A chegada da epidemia da AIDS, conhecida na época como “câncer gay” ou “peste gay”, fez com que as antigas pautas de liberação sexual e os projetos de transformação social, ficassem em segundo plano e ações mais pragmáticas voltadas a garantia de direitos civis e ações contra a discriminações e violências se tornaram prioridade. Nesse período, os antigos movimentos deram espaço às organizações mais formais (Facchini, 2011).

Ainda nesse período de redemocratização, acontece uma mudança importante, à adoção do termo “orientação sexual” em substituição a “opção”. Um aspecto relevante para se pensar a homossexualidade como mais uma forma de ser no mundo. Ademais, durante a Constituinte de 1988, o Grupo Triângulo Rosa reivindicava a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, especificamente, no artigo que proíbe a discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo sobre os direitos do trabalho. Apesar de não terem sido incluídos, diferentemente de outros grupos de excluídos (quilombolas, indígenas, entre outros) que foram acrescentados à Constituição de 1988. Em relação à discriminação, por exemplo, a Constituição equipara os direitos e deveres entre homens e mulheres, baseando-se apenas no sexo e deixando de lado as questões de gênero e orientação sexual. Segundo Facchini (2011), a justificativa era a proteção da família e a sociedade em seus valores e moral, ou seja, as questões ligadas a população LGBT foi excluída – talvez, seja possível pensar em silenciamento e esquecimento (Brasil, 2015; Facchini, 2011).

Apesar do silenciamento dessas vozes, todo o esforço ressoou em um engajamento maior para que as pautas ligadas ao preconceito e a discriminação estivessem cada vez mais

presentes no debate público. As grandes manifestações de rua e o esforço das organizações em defesa dos direitos dessa população serviram de base para importantes transformações e conquistas, como o fato de vários Estados e municípios, passarem a garantir direitos para a comunidade LGBT (Brasil, 2015; Facchini, 2011).

### ***Democracia e LGBT***

O período intitulado “democracia” recebeu esse nome por ser o momento no qual a sociedade brasileira passou a eleger seus representantes por meio do voto direto. Nesse momento, Fernando Collor de Mello é eleito presidente e seu sucesso nas eleições contou com uma forte estratégia de marketing e o apoio da mídia, principalmente da televisão. A imagem do “caçador de marajás” era veiculada na grande imprensa. Collor era o candidato que iria pôr fim a corrupção e acabar com os altos salários do funcionalismo público. A influência da Rede Globo interferiu diretamente nas eleições de 1989 após o principal debate entre Collor e Lula. A emissora buscou evitar armadilhas ou quaisquer interferências que pudessem minar sua candidatura. Um dos principais motivos seria o fato de temerem um governo “comunista” (Colling, 2007; Sereza, 2009). Em 1992, Collor sofre um processo de impeachment por crimes de corrupção e fraudes financeiras. Afastado, seu vice, Itamar Franco, assume a presidência. Em 1993, no governo de Itamar, foi votado o plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo do Brasil, sendo o presidencialismo escolhido pela maioria dos votos.

Depois de instituído, o presidencialismo, exerceram a Presidência Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Ignácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Vana Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019). O governo de Fernando Henrique teve como uma de suas principais marcas, a manutenção da estabilidade econômica com o Plano Real. Seu mandato, baseado em políticas neoliberais, também ficou marcado pela reforma do Estado, privatizações de empresas estatais, a criação das agências regulatórias e a mudança da

legislação que rege o funcionalismo público. Segundo Barbosa (2016), devido ao endividamento externo e o aumento do desemprego, diversas críticas foram feitas a sua política.

Em meio ao desenvolvimento econômico que o país vivia, a eleição de Dilma Rousseff, candidata apoiada por Lula tornou-se possível. Trata-se de um fato histórico para o país, pois foi a primeira vez que uma mulher assumiu a presidência da República. Contudo, foi durante o seu segundo mandato, marcado pelas crises econômicas que resultaram nas manifestações populares que pediam seu impeachment sob acusações de crimes de responsabilidade fiscal que o seu vice, Michel Temer, assumi a presidência e governa até janeiro 2019.

É durante esse período (Democracia) que a terceira onda do movimento homossexual no Brasil acontece, no qual a partir de 1990, as organizações de apoio aos homossexuais começam a ganhar visibilidade e resultando, por exemplo, no surgimento, da primeira Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Essa contextualização é necessária para situar os esforços que os movimentos de homossexuais enfrentaram para que em 22 de março de 1999 o Conselho Federal de Psicologia também oficializasse a despatologização da homossexualidade.

Ainda nesse período, é conquistado em 2005 o direito de casais homoafetivos poderem adotar; o direito a mudança de sexo nos documentos sem a necessidade de cirurgias; a aprovação da união estável entre casais do mesmo sexo pelo STF em 2011 e seu reconhecimento enquanto casamento em 2013; o surgimento de ministérios e secretárias criados em prol da população LGBT, mesmo esse tendo sofrido graves retrocessos, assim como aconteceu com o projeto de combate a homofobia que surgiu em 2004; além de questões cujo fim perpetuam um aumento na discriminação e preconceito, com a criação de um “suposto kit gay” que teria o objetivo de doutrinar e mudar o comportamento de crianças em idade escolar; bem como um “projeto de cura gay” encabeçado por uma corrente de psicólogos cristãos, como se identificavam e, com uma ligação forte com a ascensão das

igrejas evangélicas no Brasil; por fim e, talvez mais importante, visto que este, depois do casamento igualitário, sempre foi uma das maiores lutas do movimento LGBT, que é a criminalização da homofobia e da transfobia reconhecidos pelo Superior Tribunal Federal.

Segundo Cozby (2011), “a pesquisa científica se tornou cada vez mais importante em decisões de políticas públicas. Legisladores e líderes políticos de todos os níveis do governo frequentemente tomam decisões políticas e propõem leis baseados em resultados de pesquisas... também influencia decisões judiciais (p.17).

Apesar desta citação enaltecer o conhecimento científicos. É importante pontuar que, “as pessoas sempre observam o mundo a seu redor e procuram explicações para o que veem e vivem. No entanto, em lugar de usar a abordagem científica, muitas pessoas confiam na autoridade e na intuição como formas de conhecimento” (Cozby, 2011, pp. 17-18). Berger e Luckmann (1966/2004) argumentam que o pensamento teórico não é nem visto com tamanha importância na sociedade e apenas um grupo limitado de pessoas é que se empenham em construir e ocupar-se dessas ideias e conhecimento. Mas, ressalta que, todos participam, de alguma forma, desse conhecimento que fora construído. Afinal, todos vivem no mesmo mundo (sociedade). Como apontado pelo filósofo Karl Popper (1978), cientistas e pesquisadores, construtores desses saberes (conhecimentos), fazem parte de um mesmo contexto social, influenciando e sendo influenciados por eles.

## **Memória, Representação e Discurso**

Levando em consideração a abordagem escolhida e que serve de sustentação para esta tese, neste momento é fundamental falar sobre três aspectos importante que sustentam este trabalho, mesmo existindo outros que podem ser percebidos ao longo dele. O objetivo não é uma explanação profunda ou exaustiva, mas apresentar a forma que cada conceito aqui escolhido está sendo usado e compreendido. A necessidade quanto a isso leva em consideração o fato de que tais aspectos, podem possuir diferentes compreensões a depender da abordagem e da área que estão sendo desenvolvidos.

### **Memória**

O conceito de memória se desenvolveu para além do domínio individual, cuja definição refere-se à um processo cognitivo responsável pela codificação, armazenamento e recuperação das informações (Eysenck & Keane, 2017). Le Goff (1990) por exemplo, em seu livro *História e Memória*, começa justamente evidenciando essa primeira abordagem, no qual a memória é “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p.424). Como alternativa a essa primeira explanação individualista, outras abordagens postulam que tanto o sujeito como o grupo social, a sociedade, a etnia e, até mesmo, a própria humanidade constituem-se, enquanto *lócus* de memória (Sá, 2015).

Na psicologia, especificamente, a memória passa por duas tradições importantes. A primeira, baseada nas concepções associacionistas de Ebbinghaus (1885), que considerava a memória um processo mental superior e a investigava a partir de uma perspectiva experimental. Depois, uma segunda tradição é inaugurada com o cognitivismo de Bartlett (1932), apresentando os processos perceptivos da lembrança em sua obra “Remembering”. Nessa perspectiva, a memória seria influenciada por diversos determinantes sociais, como a cultura ou o grupo social. Essa nova concepção possibilita perceber a memória como um processo construtivista, um fenômeno social e interativo.

A partir de Bartlett (1932), podemos pensar numa perspectiva psicossocial da memória. Rompendo com uma antiga tradição psicológica que se preocupava apenas com as reações dos indivíduos aos estímulos. Sua teorização leva em consideração o comportamento cotidiano e as condições sociais em que as lembranças ocorrem. Para ele, não existem dúvidas quanto à existência de fatores de origens sociais que influenciam direta e, poderosamente, o ato de recordar (Bartlett, 1932).

Enquanto Halbwachs percebe a memória como uma propriedade do grupo, uma das premissas básicas da obra Bartlett (1932) é, justamente, o papel dos grupos na memória. Para ele a memória não é uma propriedade “do grupo”, mas um processo que se dá, “no grupo”. O autor entende que um grupo social é uma estrutura organizada, cujos membros são condicionados pelos mesmos interesses, sentimentos, ideias, etc. Além disso, as crenças, os costumes, as tradições e os princípios normativos, por exemplo, são responsáveis pelas condutas de seus membros.

Um conceito importante na teorização de Bartlett (1932), é o de convencionalização, grosso modo, resultado da interação entre dois grupos. Nesse sentido, a cultura, a história e a memória de um exogrupo são aceitas dentro do endogrupo por influência das convenções que o grupo já possuía. Isso demonstra o caráter construtivo da memória, – outra premissa importante na obra do autor – pois, demonstra sua dinâmica contínua de adaptação que se desenvolve em função desse (caráter construtivo).

Bartlett (1932) também buscou compreender como as influências sociais operavam na memória. Para ele, as formas de se lembrar, variam de acordo com os contextos, ou seja, das tendências sociais persistentes e dominantes, um tipo de esquema social para sintetizar os diferentes acontecimentos, costumes, instituições e tradições. Mas para que ocorra essa sintetização ou processamento na memória, as informações precisam ter um significado prévio, as coisas são lembradas porque antes já foram percebidas. Segundo Sá (2015), o interesse de Bartlett não era investigar os indivíduos que trocavam de um grupo a outro, mas compreender o que sucede “com os conteúdos correntes da memória em um grupo quando

são transferidos para outro grupo: uma reconstrução, em função do conjunto de ‘tendências preferidas persistentes’ que caracterizam este último” (Sá, 2015, p.319).

O aspecto social da memória é notório na sociologia de Halbwachs (1990) e na psicologia de Bartlett (1932). Seu caráter construtivo, apesar de já evidenciado por esses autores, recebeu contribuições significativas de autores mais contemporâneos como Félix Vázquez (2003) e sua perspectiva construcionista. Para ele, estudar a memória em sua complexidade só é possível se ela for compreendida enquanto processo e produto das práticas e relações humanas, reconhecendo, sobretudo, sua dimensão simbólica. Essa dimensão está ligada ao mundo dos significados, faz alusão ao caráter social do mundo, ou seja, ao conjunto de significados socialmente compartilhados que permitem a distinção entre o que se entende como “natural” e “social” e isso acontece por meio da comunicação.

A dimensão histórica, além de admitir o fato de que toda sociedade possui uma história própria, assume, também, que a sociedade é um produto das atividades humanas. Isso significa três coisas, segundo Vázquez (2003). A primeira é que nossa forma de entender e interpretar as estruturas sociais, bem como nossas representações e práticas do/no mundo, não estão desvinculadas de um momento e de um processo histórico. A segunda, está relacionado com os aspectos culturais e o modo com que cada sociedade construiu ao longo da sua história, ou seja, a produção do conhecimento e as práticas sociais variam de acordo com as especificidades de cada sociedade. Por fim, o autor considera a realidade social como processo. Segundo ele, os fenômenos sociais possuem condições temporais que se modificam com o tempo, sendo impossível analisá-los de maneira acabada ou já determinada, visto que assumir essa postura seria concebê-los com características intrínsecas e, por isso, imutáveis.

Um aspecto também presente na teorização de Vázquez (2003) é a respeito do esquecimento e sua relação com a memória. Para o autor, falar sobre um tema é, simultaneamente, referir-se ao outro, afinal não há memória sem esquecimento, tampouco esquecimento sem memória, eles constituem-se como um amálgama. *“Para construir la memoria es necesario haber olvidado, dado que, si hacer memoria no es copiar o duplicar un*

*evento o experiencia pasada, sino producirlo, revivirlo, restablecerlo y rehacerlo, asumir una idea de conservación de acontecimientos se vuelve incongruente*” (Vázquez, 2003, p. 241). Segundo o autor, necessitamos esquecer algumas coisas para que outras venham a ser construídas e, assim, nosso relato seja congruente com o contexto que se faz necessário recordar. Desta forma, memória e esquecimento variam de acordo com o contexto que serão utilizados, não se separam, dependendo um do outro para a produção de significados.

A memória nem sempre está ligada as construções do passado. Vázquez (2003), assim como outros autores que percebem o presente como constituinte da memória, postula que construímos o presente em função dos interesses do passado. Ela não tem função apenas de armazenar ou preservar o passado, mas de produzir e alterar a realidade no presente por meio das nossas práticas, construindo os sentidos do passado e do futuro.

No Brasil, com base nos pressupostos de diferentes autores contemporâneos, entre eles, Bartlett (1932) e Halbwachs (1990), uma série de estudos adota(ra)m uma perspectiva psicossocial da memória. Trata-se de uma abordagem que utiliza o conceito de memória social como um termo “guarda-chuva” para referenciar os diferentes fenômenos psicossociais da memória e, de acordo com Sá (2015), se caracterizam de acordo com prerrogativas básicas e instâncias específicas.

As prerrogativas são cinco: (1) a memória deve ser tratada como socialmente construtiva e não como uma reprodução de eventos passados; (2) as pessoas lembram e se esquecem, entretanto, a forma como o fazem é determinado pela sociedade, pela cultura e, principalmente, pela linguagem; (3) a construção da memória se faz pela interação e comunicação social; (4) tanto lembranças como pensamentos estão inseridos nos fenômenos de memória social; (5) as motivações, os afetos e sentimentos de maneira geral desempenham um importante papel na construção da memória social (Sá, 2015).

As instâncias a serem consideradas são classificadas em seis categorias “tratáveis como mutuamente excludentes, três a três, segundo dois diferentes critérios básicos, subdividindo-o em dois subconjuntos; em um outro conjunto, menos básico, que acrescido de

novas designações, engloba as instâncias mais complexas e circunstanciadas no estudo da memória social” (Sá, 2015, p.345).

O primeiro subconjunto de memórias básicas é composto pelas: (1) memórias pessoais, construídas com o auxílio da sociedade e de outras pessoas, por meio das experiências vividas ou dos acontecimentos presenciados, diz respeito ao passado de cada um; (2) as memórias coletivas, podem ser definidas como representações sociais do passado de determinados grupos específicos. Essas são transmitidas por seus membros por meio dos conhecimentos já institucionalizados, produzidos e guardados; por fim, mas não menos importante, (3) as memórias comuns, diferente das coletivas que são consensuais, são compartilhadas por pessoas que são expostas pelos mesmos acontecimentos, fatos e informações, mesmo não fazendo parte de um mesmo grupo social, por isso não constroem uma versão consensual (Sá, 2013).

O segundo conjunto de memórias básicas está relacionado com os recursos utilizados na construção da memória. Eis que (1) as memórias orais, construídas por meio dos discursos e rememoração; (2) as memórias documentais, baseada nos registros materiais ou documentais e; (3) as memórias práticas, presente nos hábitos, habilidades pessoais e nas performances coletivas (Sá, 2013).

Quanto as instâncias mais complexas e circunstanciadas, Sá (2013) define como aquelas relacionadas com problemas substantivos da vida cotidiana. Ele propõe sete instâncias que dão conta das comumente utilizadas. (1) Memórias testemunhais, ligada aos depoimentos em investigações policiais, jurídicas e nos relatos de experiência pessoais; (2) memórias autobiográficas, produzidas pelos sujeitos que querem registrar suas próprias histórias; (3) memórias comunitárias, construídas das relações diretas entre um grupo, por exemplo, família, vizinhança consolidada, associações, grupos religiosos, torcidas organizadas, núcleos de orientação, etc.; (4) memórias populacionais, um conjunto mais amplo do que as comunitárias, leva em consideração a natureza do objeto investigado e as diferentes estratificações populacionais; (5) memórias institucionais, aquelas produzidas por diferentes instituições com o objetivo de preservar suas memórias, como as da Revista Veja,

por exemplo; (6) memórias históricas, diz respeito aos episódios que tenham se tornado históricos, grosso modo, é a memória da história e; as (7) memória públicas, ou seja, aquelas memórias que se enquadram em qualquer umas das instâncias, aqui apresentadas, e são colocadas em evidência na esfera pública. São utilizadas para justificar diferentes posicionamentos, orientando para que sua construção seja aceita socialmente como algo positivo e servindo, muita das vezes, a interesses de determinados grupos (Sá, 2013).

Silva (2012) introduz um aspecto que, para o desencadear deste trabalho, é de suma importância. O autor evidencia o fato de que toda a história e memória daqueles(as) que foram considerados(as) vencidos(as) são esquecidas, já que não constam na memória e história oficiais. Lembra-nos que a memória histórica sempre foi um instrumento de poder dos vencedores para apagar as possibilidades ou alternativas de que a história pudesse ser questionada ou recontada pelos grupos vencidos, assim legitimariam sua dominação. Com base nisso, far-se-á uma breve explanação sobre a memória política e seus nuances.

### ***Memória Política e Memória Oficial***

Em primeiro lugar é importante situar que o termo “memória política” não será compreendido como a representação que diferentes sociedades possuem a respeito de diferentes acontecimentos políticos. Mas, sobre um novo campo de práticas associadas aos processos políticos (Lifschitz, 2014). Pollak (1989) no artigo “*memória, esquecimento, silêncio*”, percebe uma problemática na forma como o campo da memória era percebido pela memória coletiva de Halbwachs (1990), por exemplo. Para o autor, a “negociação” entre memória coletiva e memórias individuais buscava, sobretudo, uma seletividade dessas memórias no que diz respeito a construção que os grupos faziam em torno de uma base comum.

Buscando afastar-se do que ele considerou como um potencial problema, Pollak (1989) parte de uma perspectiva construtivista, lidando com os fatos sociais não como coisas, mas analisando como se tornam coisas. Buscou compreender como e por quem eles são solidificados, seu interesse estava nos “processos e atores que intervêm no trabalho de

constituição e de formalização das memórias” (Pollak, 1989, p. 4). Privilegiou a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, por meio da história oral em oposição a uma “memória oficial”, no caso a memória nacional imposta pelo Estado. Nessa perspectiva as memórias subterrâneas confrontam o que outrora fora imposto, seu objeto de pesquisa é escolhido com base nos conflitos e na competição entre memórias concorrentes. Segundo Lifschitz (2014), essas “batalhas pela memória” teriam aparecido depois de eventos como: o fim das ditaduras militares na América latina; do apartheid na África do Sul; da desagregação da União Soviética e de outras regiões. Segundo o autor, esses eventos fizeram emergir memórias sobre os conflitos étnicos, políticos e culturais que provocaram novos tensionamentos no campo da memória política.

Segundo Lifschitz (2014), a memória política não se diferencia por tentar deslindar conteúdos mais políticos frente a conteúdos mais sociais. Afinal, assim como a memória social não se define pelo tipo de representação, mas pelas interações que os sujeitos estabelecem por meio delas, a memória política segue a mesma lógica. Para o autor, seguindo uma orientação sociológica, se existe uma diferença entre a memória social e a memória política, ela estaria no tipo de vínculo social que elas estabelecem, enquanto a primeira está ligada aos laços sociais espontâneos, a segunda estaria associada a ações intencionais. Para sustentar sua tese, o autor considera que a memória é uma ação mediada pela linguagem, orienta-se segundo uma teoria da ação comunicativa proposta por Habermas.

Segundo Lifschitz (2014), a memória política ganha uma nova dimensão quando passa a fazer parte do “sistema político ou da esfera pública, porque o seu “outro”, o emissor/destinatário de sua mensagem, é sempre o poder. Já não se trata de memórias espontâneas cuja finalidade é a de serem compreendidas e reconhecidas como verídicas” (p. 149). Sua narrativa tem o objetivo de intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política ante a tentativas de silenciamento. Coloca-se de forma intencional, seja do lado dos grupos minoritários, seja por parte do Estado como agente estratégico. Como exemplo, o autor lembra da situação da América Latina, já que as ditaduras, de forma estratégica,

construíram com apoio dos meios de comunicação uma imagem que questionava o caráter desviante e desestabilizador dos movimentos populares.

O trabalho de Ansara (2005) inaugura um campo na Psicologia Política a partir do momento que introduz a noção de memória política como um aspecto central para compreender a construção dos processos políticos e de conscientização política individuais e coletivas. A autora, semelhante ao que aconteceu em outros países latinos, baseou-se nas contradições da sociedade brasileira após os períodos de ditadura, seu estudo abriu um debate tanto na Psicologia Social quanto na Psicologia Política no Brasil.

Segundo Ansara (2005), recuperar a memória histórica faz parte de um dos grandes objetivos da psicologia da libertação de Martín-Baró, que reconhece sobretudo, a realidade desumana e de injustiça; os conflitos (político, cultural e histórico) que definem as sociedades latino-americanas; o estado de alienação que se encontram indivíduos e as instituições; além da necessidade de uma memória. Dito isso, o processo de recuperação da memória histórica, seria em si mesmo, a construção de uma memória política que, segundo Ansara (2005), se faz através de uma conscientização. Essa recuperação proporciona a criação de um novo projeto e sujeito histórico, afinal para que o novo surja é preciso conhecer o passado.

A psicologia da libertação de Martín-Baró tem uma perspectiva sócio-histórica e como pontuado no trabalho de Ansara (2005), implica pensar em um sujeito que reconhece sua condição de oprimido, mas não poupa esforços para transformá-la; utiliza-se da memória como instrumento de luta e resistência política, assumindo uma cidadania ativa e rompendo o que lhe fora imposto assumindo seu próprio destino. Posto isso, Ansara (2005) parte de uma perspectiva psicossocial que compreende os fenômenos sociais, as interações sociais, bem como os conflitos intergrupais a partir da realidade social e dos aspectos macro e microssociais. Para ela:

A realidade social define a realidade psicológica, ou seja, as pessoas são produtos da história, da cultura e da sociedade, sendo que suas opiniões, valores, visões, significados e práticas são apreendidos ou adquiridos através dos outros.

Nesse sentido, os grupos aos quais as pessoas pertencem têm, portanto, um profundo impacto sobre a identidade dos indivíduos, de modo que a identidade individual (pessoal) depende da identidade sociocultural dominante. (Ansara, 2005, p. 31)

A autora parte do pressuposto que a memória coletiva está ligada com o comportamento político de diversas gerações, ao passo que, o comportamento e as posturas políticas, também, influenciam a memória coletiva. “Dessa maneira, a memória mediatiza a consciência assim como a consciência política mediatiza a memória política” (Ansara, 2005, p. 38), ou seja, as relações sociais, a classe social, os valores ideológicos, os juízos de valor, etc., são fatores fundamentais para que as pessoas construam novos significados acerca da sociedade e dos eventos políticos, nesse sentido, acredita ela, na formação de uma consciência política. Com base nessa concepção introduz a noção de memória política ao longo do seu trabalho.

O trabalho de Ansara (2005) teve o objetivo de analisar as interfaces entre memória coletiva e consciência política, procurando compreender as implicações da memória coletiva no comportamento político de pessoas que constituem diferentes gerações e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos. Para a autora, os sujeitos e os movimentos sociais, com base em suas memórias, são capazes de aumentar seu poder de ação coletiva no presente. Dito de outra forma, a memória política, junto com a consciência política, faz com que os sujeitos rompam com o que ficou no “subterrâneo” da história.

Nossa análise, nos permitem afirmar que há implicações das práticas de resistência dos movimentos sociais e sindicais que atuaram na época da ditadura no processo de constituição da consciência política que se reflete, atualmente, na *memória política* das gerações que não viveram a ditadura militar brasileira. Desse modo, através da participação nos movimentos sociais e sindicais, as lideranças sindicais e comunitárias conhecem o passado daqueles que lutaram contra a ditadura

militar e encontram nessas experiências motivação para suas práticas políticas atuais. (Ansara, 2005, p. 275)

Segundo a autora, a memória política, além de ter uma ligação com a transmitida pelos meios oficiais (memória oficial), rompe essa barreira ao passo que as novas reinterpretações de uma história “não contada” ou “mal contada” contribuem na reconstrução de novos significados do presente.

Toda reconstrução dessa nova trama que é “a memória política da ditadura militar e da repressão no Brasil” nos levou a compreender a memória como estratégia de resistência e luta política, ou seja, como um campo de disputa entre versões antagônicas sobre um período político ditatorial que marcou a vida dos sujeitos e a história da sociedade brasileira. Portanto, muito além de nos fecharmos em conclusões, nossa pesquisa nos foi apontando que o processo de construção da memória política é uma verdadeira luta contra o esquecimento que nos remete ao debate sobre a importância e a necessidade de se elaborar “políticas de memória” que se contraponham as “políticas de esquecimento” que foram estabelecidas ao longo da ditadura e do período de redemocratização brasileiro. (Ansara, 2005, p. 356)

As questões trazidas por Ansara (2005) dizem respeito aos movimentos sociais, suas lutas e anseios por justiça. Traz aspectos importantes para pensar como é possível pensar numa posição de luta política frente aqueles que controlam a memória oficial, buscando, acima de tudo, sair de um lugar de ocultamento e propondo uma contra memória oficial. Trata-se de tensionar lugares impostos ao longo dos anos que, até então, estavam cristalizados ou legitimados pelas memórias institucionalizadas, pelas memórias oficiais, pelas memórias do Estado, pelas memórias dos grupos e setores cujo objetivo sempre foram anular ou silenciar as vozes daqueles subterrâneos, subalternos e as minorias de maneira geral. Grosso modo,

é uma disputa entre distintas memórias antagônicas e diferentes versões do que passou, uma luta contra o esquecimento ou, talvez, pela visibilidade (Ansara, 2005; Silva, 2012).

Apresentada essas questões, o conceito de memória política, a partir de uma perspectiva psicossocial, engloba diferentes informações socialmente compartilhadas, questões relacionadas a identidade e os sentimentos de pertencimento a determinados grupos sociais, além de serem representações sociais produzidas no interior dos grupos e utilizadas por esses grupos, ou seja, são produto e processo. Percebe-se que, nas diferentes abordagens a memória aparece como uma representação, seja em forma de imagem ou conhecimento, por exemplo (França, 2011). Sendo assim, trabalhar-se-á o conceito de memória a partir de uma perspectiva psicossocial, no qual a memória é e serve como uma representação social que a todo momento é construída, partilhada e, acima de tudo, transformada por meio das relações sociais.

## **Representação**

Falou-se, até aqui, da memória enquanto um conhecimento socialmente compartilhado por meio das interações e da comunicação social. No campo dos estudos psicossociais da memória, a correlação com as representações sociais torna-se indissociável. Por isso, uma breve explanação sobre esse tema é importante, o objetivo não é fazer uma análise exaustiva sobre o tema, mas mostrar as concepções sobre esse conceito e a perspectiva que servirá de base para este trabalho de tese

A discussão em torno do tema está presente em diferentes áreas, como a filosofia, história, antropologia, comunicação, psicologia, etc. Minayo (1995), em seu texto sobre a o conceito de representações sociais na sociologia clássica, começa com a seguinte informação: “Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (Minayo, 1995, p. 89).

Segundo Cardoso (2000), em meio as ciências sociais, a psicologia social foi a única que se mostrou disposta e capaz de manejar um conceito tão complexo como o de representações sociais, pois, segundo o autor, as demais áreas sucumbiram tratando-o de forma simplória. Além disso, não se deixou levar frente a uma corrente que reduzia o pensamento científico a simples representações do senso comum, mas evidenciar as variedades presentes nas suas construções e estruturações. O que muitas das áreas e trabalhos fazem é esquecer os aspectos constituintes das representações sociais, os processos, e constituídos, os produtos ou conteúdo. Além disso, e na psicologia social que aspectos como a ideologia, as dinâmicas grupais ou a comunicação, não são tratados separadamente, mas como um amálgama (Cardoso, 2000; Jodelet, 2001).

## A Teoria das Representações Sociais

A produção de conhecimento se dá de várias maneiras, desde as teorias construídas no meio científico, no âmbito da religião, até aquele construído popularmente, trata-se do conhecimento do senso comum. Deste último parte o interesse de Serge Moscovici (1961) que propõe sua Teoria das Representações Sociais (TRS) a partir das concepções de Durkheim sobre representações coletivas. Ele ultrapassa o foco da visão individual e cognitivista levando em consideração o caráter social na construção do conhecimento. Enquanto a proposta de Durkheim trata a sociedade como superior aos processos individuais, Moscovici percebe na inter-relação indivíduo-sociedade a produção do conhecimento.

Moscovici (2009) traz dois conceitos que possibilitam pensar esses universos separados e, até mesmo, opostos entre o conhecimento científico e o do senso comum. Trata-se dos universos consensuais e reificados utilizados pelo autor, para explicar o fenômeno das representações sociais, que são esses saberes e conhecimentos socialmente compartilhados. Especificamente, o autor está interessado no lugar que essas representações ocupam na sociedade. No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, age e reage como um ser humano. Nele as pessoas são vistas como iguais e livres. No universo reificado, a sociedade é um sistema de entidades sólidas e invariáveis que são indiferentes às individualidades, sendo as várias ciências responsáveis por impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo, decidindo o que é ou não verdadeiro. A sociedade é percebida como um sistema de diferentes papéis e classes em que seus membros são desiguais.

O estudo e conceito das Representações Sociais foi utilizado e proposto por Moscovici em 1961 com sua obra inaugural *“A psicanálise, sua imagem e seu público”*, cujo objetivo era compreender as representações da psicanálise, bem como a apropriação que diferentes grupos sociais faziam dela. Para Moscovici (1961), as representações sociais originam-se nas teorias científicas, culturais, ideológicas, nas experiências e nas conversações interindividuais e intergrupais.

Segundo Jodelet (2001), as representações são:

Um sistema de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais. Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. Deste ponto de vista, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdo. (Jodelet, 2001, p. 5).

Dessa maneira, pode-se considerar as Representações Sociais como esquemas de representação da realidade comuns a um conjunto social, cujos indivíduos organizam suas relações com o mundo e guiam suas condutas, bem como seus comportamentos no meio social (Coutinho et. al., 2004).

Segundo Moscovici (2009), “as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual” (p. 52). Aprofundando ainda mais sobre o fenômeno das representações sociais. É preciso enfatizar sua principal finalidade, tornar familiar algo não-familiar. Para isso, dois são os processos que estão em sua gênese: ancoragem e objetivação.

A ancoragem é o processo pelo qual algo estranho e perturbador pode ser transformado através do nosso sistema de pensamentos pré-existentes, comparando o que antes era desconhecido com algo conhecido e já categorizado em nossa mente, partilhado na memória social do grupo. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (Moscovici, 2009, p.61). O processo de objetivação transformar o que antes era desconhecido ou abstrato em concreto e familiar. “Une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece então diante dos nossos olhos, física e acessível” (Moscovici, 2009, p. 71).

As Representações Sociais pautam decisões e posições ligadas às questões sociais, além de organizar os processos simbólicos que interferem nas relações sociais (Santos, 2005). Nesse sentido, é preciso destacar que elas exercem quatro funções que as pessoas utilizam para explicar e dar sentido à realidade social, que são: (1) função de saber, para explicar, compreender e dar sentido; (2) função de orientação, são guias de conduta, orientando as práticas sociais; (3) função identitária, serve na diferenciação grupal; (4) função justificadora, utilizada para justificar as condutas e posicionamentos no contexto social.

Passados mais de 50 anos, atualmente, as Representações Sociais ainda representam uma teoria capaz de servir como base para suscitar estudos detalhados sobre diferentes fenômenos sociais. No Brasil, especificamente, três autores discípulos de Moscovici embasam a maioria dos estudos nessa área, são eles, Abric, Doise e Jodelet. Eles possuem formas distintas de investigação, todavia, elas não se anulam, mas se complementam, haja vista que são provenientes de uma mesma matriz (Almeida, 2009). Sendo assim, a fim de complementar essa grande teoria utilizaremos a proposta desenvolvida por Doise (1982), cuja perspectiva mais sociológica visa conectar o indivíduo com o coletivo, a fim de buscar explicações tanto de ordem individuais como sociais. Além do mais, essa perspectiva postula que os indivíduos são orientados por dinâmicas sociais interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais (Doise, 2002).

As Representações Sociais pautam decisões e posições ligadas às questões sociais, além de organizar os processos simbólicos que interferem nas relações sociais. Esse quadro é estimulante para os estudos da Psicologia Societal proposta por Doise (1982). Além do mais, segundo Almeida (2009), ele faz “imbricar o estudo dos sistemas cognitivos, acessados no nível individual, no estudo dos sistemas relacionais e sociais” (p. 724). Vale salutar que as análises advindas da psicologia social além de complementar as análises sociológicas também são complementadas por essas e é por meio desse processo que uma melhor compreensão dos jogos sociais torna-se possível (Doise, 2002).

### ***Abordagem Societal***

Proposta por Willem Doise, a abordagem societal das representações sociais está articulada em uma perspectiva psicossociológica, com o olhar voltado para os sistemas sociais que estavam sendo esquecidos pela psicologia. Nessa perspectiva, a inserção social dos indivíduos é utilizada como fonte de variação das representações. O objetivo é conectar o individual ao coletivo, buscando articulações e explicações de ordem individual com explicações de ordem societal. Além do mais, os processos que são utilizados pelos indivíduos em suas relações sociais são orientados por dinâmicas sociais de ordem interacionais, posicionais e de crenças gerais (Almeida, 2009)

Doise (1982) propõe a integração de quatro níveis de análise no campo de estudo da psicologia social. São eles: (1) nível intraindividual; (2) nível interindividual; (3) nível posicional e (4) nível ideológico.

O primeiro, nível intraindividual é focado nos processos psíquicos internos e na forma que os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. Segundo Doise (2002), nesse nível os estudos sobre o equilíbrio cognitivo são os assuntos mais estudados. O segundo, nível interindividual ou situacional, considera os indivíduos como intercambiáveis, ademais, seus sistemas de interações é que proporcionam as explicações dinâmicas desse nível. Para exemplificar esse nível, podemos citar as pesquisas sobre redes de comunicação, bem como as experiências com jogos de motivações mistas. Um terceiro nível chamado de

posicional ou intergrupala considera as posições distintas que os indivíduos ocupam em suas relações sociais, além de analisar de que forma suas posições modulam os processos dos dois primeiros níveis. As pesquisas desse nível estão relacionadas com grupos de *status* diferentes, ou seja, dominantes e dominados, majoritários e minoritários, entre outros (Doise, 2002).

Por fim, o quarto nível, chamado de ideológico ou societal está interessado na análise dos processos e sistemas sociais, ou seja, considera crenças, representações avaliações e normas sociais. Segundo Doise (2002), “as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais” (p. 28). A esse respeito ele nos dá o exemplo de uma ideia ingênua de justiça, ou seja, as pessoas agem como se o mundo fosse justo e ordenado, e as sujeitos têm o que merecem e merecem o que têm. Isso acontece porque as pessoas não conseguem conviver com o fato de que os eventos no mundo são aleatórios, ou seja, as crenças no mundo justo são processos psicológico que permitem ao sujeito uma sensação de invulnerabilidade pessoal diante do mundo que é instável (Modesto, 2017).

Essa distinção nos níveis de análise não serve simplesmente para uma classificação, mas como ferramenta que permite uma melhor compreensão de determinados fenômenos. Isso porque, segundo Doise (2002), “análises articulando vários níveis teóricos são mais completas; elas conduzem a uma melhor descrição de um processo conceitualizado em um dos níveis, precisando, prioritariamente, as condições de sua atualização, a partir dos outros níveis de análise” (p. 28). As análises advindas da psicologia social além de complementar as análises sociológicas também são complementadas por essas. Esse processo é que permite uma melhor compreensão dos jogos sociais.

A abordagem societal das representações sociais está interligada com abordagem da identidade social, especificamente, com as relações intergrupais, sugerindo, inclusive, que os indivíduos não constroem o conhecimento sozinho, mas sim, no momento que eles se unem (formação de grupos). A contribuição dessa abordagem reside na exploração dos processos

pelos quais as pessoas chegam a uma compreensão compartilhada do mundo social e como isso está ligado com as suas práticas na sociedade. A forma pela qual as pessoas categorizam depende da representação que elas têm do grupo de pertença e do exogrupo. Nesse sentido, as representações sociais são princípios organizadores para a categorização e para relações intergrupais.

Nesse processo, quatro componentes definidores das representações sociais precisam ser levados em consideração, pois estão articulados também com as relações intergrupais, fruto dos estudos clássicos de identidade social. São eles: (1) representações sociais como conhecimento compartilhados; (2) como meta-conhecimentos; (3) representações como práticas sociais e (4) representações sociais como pressupostos mundiais. A seguir, vamos considerar cada elemento separadamente antes de entender a perspectiva que juntos eles representam (Elcheroth et. al., 2011).

O primeiro aspecto, relacionado às representações sociais como conhecimento compartilhado, diz respeito ao comportamento social que é afeiçoado justamente pelo conhecimento compartilhado socialmente e não pelas nossas experiências pessoais. Elcheroth et al., (2011), cita como exemplo o fato de que as crenças e as ações não têm a função de saber, por exemplo, se “eu estou desempregado” ou se “eu sofri discriminação”, mas sim entender se “sofremos por conta dos altos níveis de desemprego” ou se “sofremos com a discriminação”.

Esse foco no conhecimento compartilhado levanta uma questão importante, como ele vem a ser compartilhado. Por isso, a abordagem societal coloca ênfase na comunicação (tanto direta como de massa) como responsáveis na criação desse conhecimento.

O segundo aspecto, representações sociais como meta-conhecimento, diz respeito não ao que pensamos sobre nós mesmos, mas o que pensamos que as outras pessoas pensam sobre nós. É importante mencionar que nem todo esse meta-conhecimento é equivalente. Na verdade, respondemos de formas diferentes ao que os outros pensam e fazem. Elcheroth et al. (2011) cita como exemplo um sujeito que tem posições políticas de esquerda e está em uma manifestação política vendo pessoas rindo e aplaudindo. É possível

que a reação dele seja diferente a depender da categorização que ele faça dos sujeitos, se eles são de esquerda ou direita. Em ambos os casos, o que eles fazem influencia a forma de como o sujeito vai interpretar a mensagem que estão aplaudindo. Em último caso, é possível que o comportamento deles encoraje o sujeito a ser mais crítico com relação à mensagem que está aplaudindo. Nesse aspecto é que as representações sociais se tornam princípios organizadores para que os sujeitos criem categorias que farão aceitar as crenças dos outros ou se afastar delas.

Esse aspecto das representações sugere que continuamente processamos informações em dois níveis. Por um lado, temos uma gama de operações cognitivas disponíveis para tratar a informação que chega à nossa mente. Por outro lado, analisamos simultaneamente como determinada informação pode ser relevante e reagimos a partir da interpretação dada a determinada informação. De modo geral, essa perspectiva sugere uma explicação alternativa daquelas abordagens cognitivas que compreendem os processos interpretativos como características universais do aparelho cognitivo humano. Em vez disso, eles podem ser entendidos como derivados do compartilhamento de uma perspectiva social de como devemos comunicar e interpretar uma informação social

Ainda sobre essa perspectiva, Elcheroth et. al., (2011) falam que se quisermos mudar um pensamento ou a forma com que as pessoas interpretam determinados fenômenos sociais, um trabalho relacionando à influência social e às relações intergrupais é imprescindível. Nesse sentido, podemos citar a influência que os meios de comunicação de massa possuem nesse processo, desempenhando uma função crucial na construção de representações sociais. Por exemplo, quando as pessoas estão consumindo determinado conteúdo, elas estão conscientes que existem outras pessoas fazendo o mesmo, seja ao assistir um programa de televisão, ouvir uma rádio ou ler um jornal e, mesmo que elas fiquem céticas sobre o que ouvem, leem ou veem, ainda podem ser influenciadas, haja vista que a mídia tem esse “poder” de influenciar. Outro aspecto importante é o fato de que os discursos difundidos nas mídias são incorporados pelos sujeitos em suas estratégias de comunicação pessoal, resultando em uma multiplicidade de conversas interpessoais que reforçam esses

discursos como relevantes para o grupo. Quando isso não acontece – o compartilhamento de determinados discursos – gera-se uma impressão de que o conhecimento está sendo autocensurado.

O terceiro ponto, diz respeito às representações sociais como práticas sociais. Se anteriormente, o discurso era um aspecto importante para a mudança de crenças, é importante ressaltar que não são os únicos capazes de promover transformações e mudanças nas formas que as pessoas agem e se posicionam no mundo. Se olharmos apenas o que as pessoas dizem e esquecermos o que elas fazem, não estamos compreendendo a natureza das representações sociais. Por isso, a importância desse aspecto. Para exemplificar, podemos utilizar o trabalho de Denise Jodelet (2005) sobre as representações da loucura. Nesse trabalho, ela mostrou que as pessoas não diziam, por exemplo, que a doença mental era uma doença contagiosa, mas agiam de uma forma consonante a esta crença separando suas louças daquelas utilizadas pelos “doentes”.

Os discursos e as práticas são vinculados, em conjunto, pelas instituições sociais que fornecem meios específicos para certos tipos de interações sociais, além de permitirem regularidades nas experiências coletivas. Em geral, as estruturas sociais institucionalizadas possibilitam que os discursos sobre identidades coletivas e os valores compartilhados sejam colocados em prática e as normas sociais se tornem relevantes à luz de padrões de interdependência concretamente experimentados.

O quarto aspecto desse modelo, postula que as representações não estão apenas inseridas nas práticas sociais, mas também são constitutivas dessas práticas e, portanto, da realidade social, ou seja, elas não refletem apenas a realidade social, mas constituem essa realidade, ademais, às vezes, mudam a natureza dessas realidades. Um aspecto que precisa ser mencionado é que a realidade do dia-a-dia é, na maioria das vezes, constituída pelos fatos institucionais. Por exemplo, desde a hora que acordamos, chegamos no trabalho, as leis de trânsito, o dinheiro que usamos, as regras do trabalho, tudo isso faz parte de um mundo humanamente construído. Esses fatos institucionais são definidos baseados em duas propriedades: (1) só existem como consequência dos acordos humanos e; (2) parte deles são

fatos objetivos construídos individualmente, cuja consequência independe da cognição subjetiva (Elcheroth et. al., 2011).

Algumas coisas não existiriam se ninguém acreditasse nelas, por exemplo, dinheiro, imigrantes, tempo, escolas, hipotecas, os crimes. Em outras palavras, elas não existiriam se não houvessem bancos, guardas de trânsito, policiais, estudantes e fronteiras atuando na crença de que elas existem. Dito isso, é preciso fazer uma distinção importante, pois o que a abordagem das representações sociais quer dizer é: que um indivíduo negando esses fatos, eles não deixariam de “existir”, pois não basta existir uma mudança individual, mas uma mudança coletiva é que resulta em mudanças institucionais. Por exemplo, um sujeito não poderia simplesmente dirigir na contramão, usar conchas como moedas e viver com suas próprias leis, é impossível mudar uma estrutura social sozinho, afinal, é preciso que outras pessoas compartilhem dos mesmos posicionamentos, assim é possível uma mudança institucional. O que essa perspectiva demonstra é que as realidades sociais são criadas, mantidas e transformadas por práticas coletivas que sustentam sistemas compartilhados de significados e expectativas mútuas (Elcheroth et. al., 2011).

Esses quatro aspectos não são novos, mas a partir da integração deles é possível olhar os diferentes fenômenos sociais com um novo olhar. Trata-se aqui de uma abordagem que além de fornecer respostas, como já mostrado anteriormente, também gera novas questões. Além disso, nos convida a olhar não mais os processos individuais, mas as relações intergrupais existentes. Elcheroth et. al., 2011 (2011), levantam uma questão ao falar que, se quisermos compreender as interações sociais devemos estudar não somente os indivíduos isolados em um contexto específico, mas as comunidades, as redes sociais, os movimentos sociais. Além do mais, existem métodos necessários para estudar essas experiências coletivas e eles precisam se concentrar em canais de comunicações, ou melhor, lugares e contextos que possibilitem uma interação entre as pessoas, para que elas possam discutir, argumentar e compartilhar ideias sobre determinados fenômenos.

O diferencial dessa abordagem em representações sociais diz respeito ao fato de que ela não visa explicar apenas a realidade social ou como ela é construída, mas como ela

também pode ser transformada. É uma abordagem sobre resistência coletiva e mudanças sociais, tanto quanto sobre opressões sociais e reproduções sociais. É preciso deixar claro que existem outras teorias que se propuseram a isso, contudo, para os autores, nenhuma foi tão longe na construção de uma teoria coerente e baseada nesses quatro pilares (Elcheroth et. al., 2011).

### ***Representações Sociais e Meios de Comunicação***

Assim como a conversa, os rumores são, segundo Moscovici (2006), formas de comunicação básicas. “A forma primeira de comunicação é a conversa fiada: falar para não dizer nada, a tagarelice ritualizada, etc. Falar sem dizer nada possui um valor muito forte e instituinte em meio a um grupo” (p. 73). Nesse sentido, o famoso boca-boca, por exemplo, faz com que todos possamos ser criadores de mitos, já que os criamos no meio de uma comunidade, é como se fosse uma necessidade do sujeito de exteriorizar ao recontar, para si, ou para os outros, essas criações. Contudo, existem outros rituais, como chama o autor, que também contribuem e nos fazem participar dessa disseminação.

O tema da comunicação é bem presente nos trabalhos de Moscovici que insistiu sobre seu papel nas relações e interações sociais visto que contribuem para a instituição de um universo consensual. Segundo Jodelet (2011), a incidência da comunicação é estudada por Moscovici em três níveis: (1) da emergência das representações, no qual as condições afetam os aspectos cognitivos e, entre essas condições, se destacam a dispersão, a distorção, a focalização em função dos interesses dos sujeitos, a pressão à inferência. Além dos elementos que diferenciam o pensamento em suas operações, lógica e estilo; (2) no nível dos processos, a objetivação e ancoragem, no plano do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade atribuída; (3) no nível das dimensões, influência nas condutas, opiniões, atitudes, estereótipos, intervindo nos sistemas de comunicação mediáticas.

Moscovici (1961), na segunda parte de seu livro, dedica-se ao sistemas e gêneros de comunicação que, segundo o autor, intervêm nas condutas e comportamentos. Ele propõe a

criação de uma classificação dos meios de comunicação em três sistemas ou gêneros comunicacionais que são: difusão, propagação e propaganda.

Na difusão, característico da imprensa de ampla circulação, como as revistas, por exemplo. A mensagem não é estruturada e o objetivo é criar um interesse em comum a partir dos assuntos tratados, possibilitando que seus receptores a utilizem da forma que convier. São mensagens que passam “um ar” de neutralidade e sem um público específico. Na propagação, a mensagem é bem estruturada e tem o objetivo de orientar e controlar as informações. Ela cumpre duas funções, de organizar e transformar uma teoria em um conjunto compatível com os princípios que fundam a consistência e unidade de um grupo social e; preparar ou controlar as formas que os sujeitos se posicionam. Por fim, o terceiro gênero, a propaganda; neste, as mensagens são estruturadas em dicotomias que incidem no comportamento do receptor e do público que a recebe. São mensagens sistemáticas e constantes.

A linguagem exerce uma função importante nas relações sociais. Por meio dela, representações e saberes são (re)produzidos, significados são (re)construídos e ressignificados. Ela possibilita que o sujeito explique o mundo ao seu redor, transmita suas ideias, explique-se a si mesmo, seus pensamentos, sentimentos, para argumentar ou refutar. (Vázquez, 2003). Segundo Vázquez (2003), a memória está ligada, também, a um canal de comunicação, pois tudo o que é lembrado não se deve, unicamente, as experiências individuais, mas as construções de mundo que circulam na nossa sociedade por meio dos discursos.

Segundo Vázquez (2003), o ato de recordar ou fazer memória, está atravessado de afetos que se manifestam nas elaborações discursivas feitas sobre o passado. Essa maneira de construir a memória permite sustentar versões sobre esse passado que respondam a determinados critérios, como o de variabilidade, que se modifica levando em consideração o contexto que precisa estar inserido e possui uma função de conseguir determinadas ações pragmáticas. Para o autor, a sociedade instituiu formas específicas de falar do passado, certas maneiras para compor os relatos e as narrativas. A forma que as pessoas falam sobre

suas experiências, suas biografias, como explicam o passado, como contam uma história, um relato pessoal, uma conversa informal ou quando querem passar credibilidade e segurança em suas narrativas e utilizam-se de uma linguagem mais científica. Cada contexto requer uma forma discursiva específica segundo o autor.

## **Discurso**

Definir o termo discurso não é uma tarefa fácil, principalmente por ser tratar de um domínio que admite muitos significados e está presente em diferentes disciplinas como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia social, a teoria política, os estudos de gênero etc. Segundo Nogueira (2008), apesar da diversidade conceitual, grosso modo, sua definição enquanto uma forma de linguagem é algo que perpassa essas abordagens e o crescimento deste campo possuem dois fatores relacionados. O primeiro, a insatisfação com as correntes positivistas e tradicionais nas ciências sociais, que resultou numa crise na psicologia social. Em segundo lugar, o crescimento de teorias alternativas que ficaram conhecidas pelo “giro linguístico”, como exemplo, a Teoria Crítica, o pós-estruturalismo, pós-modernismo, crítica social etc.

Segundo Oliveira (2013), atualmente, em um mundo dominado pelas novas tecnologias, pela manipulação midiática cada vez mais explícita e o poder que a palavra exerce, fica evidente a importância que o discurso possui nas relações cotidianas. Além disso, é um tema que mobiliza as elites econômicas e políticas, dito de outra forma, quem detêm o acesso e o poder do discurso consegue controlar seu acesso na cena pública. Como exemplo, o autor traz a censura que os Estados totalitários exercem frente aos discursos que, de alguma maneira, não estejam alinhados com os interesses próprios.

Levando em consideração a polissemia do termo discurso, sob o nome de Análise do Discurso (AD), diferentes perspectivas, com características e procedimentos próprios, coexistem (Nogueira & Minho, 2008). São pesquisadores interessados no uso da linguagem como forma de compreender e analisar determinados fenômenos. Segundo Oliveira Filho (2013), interessados no uso da linguagem em determinados contextos sociais e cognitivos,

como Van Dijk, um linguista interessado em compreender como as pessoas são capazes de executar e compreender os atos da língua e de agir sobre essa compreensão, já que estão relacionados ao que ele chamou de *frames* cognitivos. Para Van Dijk (2010, p. 12) o “discurso não é analisado apenas como objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação cultural, histórica ou política”.

Oliveira Filho (2013) ainda destaca o uso do termo por pesquisadores que privilegiam as unidades linguísticas acima do nível da sentença, por autores com influenciados pela psicanálise, por aqueles das vertentes da linguística estruturalista e do marxismo, autores interessados na relação discurso, poder e sociedade como os teóricos da análise do discurso francesa. Além desses, o autor direciona uma maior atenção as contribuições de Potter e Wetherell, usados com frequência na psicologia social discursiva. Eles, por seu turno, utilizam o termo discurso para designar todas as formas de interação pela fala e aos variados tipos de textos escritos. Nessa perspectiva, o termo análise do discurso nomeia todas as manifestações discursivas.

Ainda com base em Oliveira Filho (2013), o autor chama atenção para o uso da expressão ‘repertórios interpretativos enquanto alternativa ao termo discurso. Segundo ele, trata-se de um termo mais apropriado para ressaltar o caráter prático e situado da linguagem. Os repertórios interpretativos são “sistemas de significações utilizados para descrever as estruturas sociais, o eu e suas ações, recursos discursivos usados para avaliar, construir versões tidas como verdadeiras e realizar ações específicas” (Oliveira Filha, 2013, p. 472).

Vale mencionar que não existe apenas uma forma ou explicação de como se fazer AD, visto que ela é simultaneamente, Teoria e Método (s), é um conjunto de abordagens do discurso que acarretam práticas, em coleta de dados, em análises, etc. Por meio delas, diferentes assuntos podem ser estudados como a exclusão social, o gênero, racismo, preconceitos, inclusive a memória. Apesar da grande maioria das análises serem baseadas em textos escritos (documentos, cartas, artigos de jornais, entrevistas, etc.), outras formas de linguagem podem ser utilizadas, dito de outra maneira, qualquer padrão de significados, visual

ou espacial, caracterizam-se como material de análise, isso inclui, textos visuais, programas de televisão, filmes e até textos físicos como as cidades, jardins ou corpos (Valentim, 2018).

Os estudos sobre discurso estiveram presentes direta ou “indiretamente” nas obras de diversos autores. Segundo Oliveira Filho (2013), indiretamente porque alguns deles não são classificados como estudiosos do discurso, mas como filósofos, sociólogos, psicanalistas ou semanticistas. Trata-se de um assunto que, de certa forma, ocupou destaque no pensamento de figuras importantes como Gramsci, um filósofo marxista italiano, que refletiu sobre as relações de poder na sociedade capitalista, um dos aspectos essenciais e que influenciou diretamente os estudiosos críticos do discurso. O filósofo russo Bakhtin, por exemplo, que mostrou como uma concepção dialógica da língua é imprescindível na compreensão dos fenômenos discursivos, já que não está dissociada dos sujeitos sócio-histórico-ideológicos. O pensamento bakhtiniano contribuiu significativamente na virada pragmática que ocorreu no campo da linguística, responsável por impulsionar os estudos do tema (Oliveira Filho, 2013; Silva, 2013).

Ainda sobre as relações de poder, a reflexão de Althusser, baseada nas concepções de Gramsci, deixou uma marca importante na construção das concepções do discurso de linha francesa como a de Pêcheux. Dentre os conceitos é possível citar a noção de sobredeterminação, interpelação ideológica e de aparelhos ideológicos do Estado (Silva, 2013). Lacan, por sua vez, um psicanalista transgressor do pensamento freudiano, apresentou contribuições importantes para pensar a produção de sentidos a partir do inconsciente de um sujeito dividido. Teve um papel importante no pensamento de Saussure e Pêcheux, visto que tratam o discurso como efeito dos sentidos (Mariani & Magalhães, 2013; Oliveira Filho, 2013).

Dentre os filósofos, a abordagem do discurso proposta por Foucault, percebe o discurso não como uma mera expressão de algo, mas como prática, uma espécie de luta presente na constituição dos saberes e dos sujeitos. Ele se preocupa em considerar as práticas discursivas e não discursivas nas suas análises por meio das relações de poder (Fischer, 2013). No campo da sociologia, Bourdieu problematiza as questões discursivas a

partir de uma metáfora econômica, especificamente, o autor parte da ideia do poder simbólico para evidenciar como o acesso ao discurso público pode controlar a sociedade. O poder da palavra representa um instrumento de controle, embora as elites não renunciem à polícia (Silva, 2013).

Segundo Cabral (2013), conceitos advindos da semântica, por Ducrot, como de enunciação, enunciado, *topos*, implícitos na linguagem e polifonia, além da teoria da argumentação na língua e a teoria dos *topoi*, são importantes na compreensão dos labirintos da argumentação, prática discursiva necessária para uma comunicação contemporânea. Na análise do discurso de linha francesa, seu criador, Pêcheux, apresenta conceitos importantes para se pensar o discurso como a formação discursiva, a formação ideológica, o interdiscurso e o intradiscurso, memória discursiva entre outros (Santos, 2013). Com tantos autores interessados nas relações entre política e discurso desde a antiguidade, alguns se voltaram a compreender melhor como esse objeto – o discurso político – pode ser entendido. Charaudeau, por exemplo, propõe os conceitos de instância cidadã, instância política, contrato de comunicação e estratégias discursivas enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de esclarecer melhor os diferentes aspectos envolvidos no complexo fenômeno discursivo presente no campo político (Silva, 2013; Oliveira Filho, 2013).

Preocupado em transcender os espaços de discussão presentes na análise do discurso, Maingueneau assume uma postura diferente e se compromete em entender o funcionamento efetivo da linguagem em seus mais variados aspectos. Segundo Soares, Sella e Costa-Hübes (2013), diferente do pensamento estruturalista de saussuriano, cuja língua pode significar por si mesma, o autor parte da ideia de que o deslocamento do centro de atenção para as condições de produção evidencia não só o enunciado (ou produto), mas a enunciação (ou processo). Suas reflexões são importantes para reascender a problemática da constituição do discurso e, principalmente, à postura que analistas assumem diante de seus trabalhos. É por meio dos itens lexicais que o analista pode avaliar como o discurso “referenda posturas ou mesmo marca ressignificações, pois a materialidade registra formas

autorizadas, utilizadas em espaços definidos que referendam um dizer e mesmo um silenciamento (Soares, Sella & Costa-Hübes, 2013, p 279).

Na Psicologia Social, algumas abordagens discursivas são utilizadas com mais frequência entre os pesquisadores (Valentim, 2018), como a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso. “A psicologia discursiva é marcadamente empírica. Seu método de análise envolve a coleta de um conjunto de materiais textuais ou conversacionais, de preferência espontâneos, isto é, que ocorreram em situações ordinárias, sem os mecanismos de controle do “laboratório” (Valentim, 2018, p. 222). A análise crítica do discurso, assim como a psicologia discursiva, também procura padrões de linguagem, mas seu campo de análise é mais amplo, já que envolve questões culturais e sociais (Nogueira, 2008; Valentim, 2018). São pesquisas que se voltam ao campo das desigualdades e das diferenças. Van Dijk (2017), a respeito da análise crítica do discurso evidencia a necessidade do caráter político social que as pesquisas nessa abordagem precisam possuir, levando em consideração um campo multidisciplinar que, além de descrever estruturas discursivas, por meio da interação social tenta explicar determinados fenômenos. As formas de subjetivação são postas acima dos contextos imediatos da comunicação interpessoal, ou seja, a forma como as pessoas pensam e sentem, bem como suas práticas.

Segundo Valentim (2018) trata-se de uma abordagem que tem o objetivo de analisar o constrangimento dos sujeitos em suas escolhas de linguagem, além da natureza coletiva do discurso enquanto recurso social e cultural nas interações sociais. Para o autor, a questão é saber como determinados assuntos são trabalhados, ou seja, “quais são os recursos linguísticos disponíveis, como se desdobram e para que (e a quem) é que eles servem” (Valentim, 2018, p. 223).

## Mídia e Veja

Presente no dia a dia, a mídia, seja ela tradicional ou digital, possui quatro aspectos que, segundo Guareschi (2007), demonstram sua importância na atualidade. Em primeiro lugar, ela tem o poder de construir a realidade, compreendida aqui como aquilo que tem valor, o que existe, traz as respostas, legitima e dá significado ao nosso cotidiano. O segundo aspecto relaciona-se com uma conotação valorativa à realidade existente, ou seja, ao falar da existência de algo, concomitante, falo se aquilo é bom ou ruim. O terceiro aspecto está relacionado com o fato de a mídia ser responsável, na maioria dos casos, pelas pautas e discussões no trabalho, faculdades, encontros sociais, etc. Segundo o autor, ela determina, de certa forma, o que deve ser falado e discutido, além de determinar o que não deve ser falado, ocultando determinadas informações, inclusive. Por fim, e não menos importante, o quarto aspecto relaciona a mídia enquanto um novo personagem capaz de constituir e construir nossa subjetividade.

A mídia, considerada como o quarto poder (Amorin, 2015), sempre teve um papel importante ao longo da história política no Brasil. Em 1904, por exemplo, com a campanha de saneamento da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país, entrou em vigor uma lei que determinava a obrigatoriedade da vacinação contra varíola. A lei motivou debates entre legisladores e a população e, apesar da forte oposição, foi aprovada no dia 31 de outubro. Todavia, foi a partir de um furo de reportagem do jornal *A Notícia*, no dia 9 de novembro, divulgando o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, que eclodiu no dia 10 de novembro, as primeiras manifestações em oposição a vacinação (Janeiro, 2006).

Moscovici (2006) evidencia a contribuição da mídia como facilitadora da partilha de saberes, de mitos. Roland Barthes em seu livro *“Mitologias”* (1957, 2001) problematiza o que ele chama de mitos contemporâneos que são produzidos pela comunicação massiva (publicidade, cinema, imprensa escrita etc.), enquanto formadores de significantes que, nas palavras de Penn (2012), seriam os meios pelos quais “uma cultura naturaliza, ou torna invisível suas próprias normas e ideologia” (p. 324). O que está sendo evidenciado por Barthes é o fato de que o mito tem relação com a linguagem e, como tal, ele problematiza a

respeito de como o discurso produzido pelas mídias produzem diferentes sentidos (Barthes, 2001, Penn, 2012).

Segundo Scalzo (2003), as revistas são meios de comunicação, são produtos, negócios, serviços, jornalismo e entretenimentos. Representam uma relação entre editores e leitores, pautada na confiança, credibilidade, expectativas, idealizações, erros, etc. Servem para unir grupos de pessoas, influenciando no comportamento e na personalidade. Além disso, surgiram para complementar na educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação e nos serviços utilitários que oferece. “Possuem menos informação no sentido clássico e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática)” (Scalzo, 2003, p. 14). Isso não quer dizer que não busquem exclusividade ou não façam jornalismo. Mas, enquanto os jornais ocupam o espaço público e são escritos para uma plateia heterogênea. A revista entra no espaço privado e na intimidade. Como exemplo:

Podemos lançar mão da seguinte imagem: na televisão, fala-se para um imenso estádio de futebol, onde não se distinguem rostos na multidão; no jornal, fala-se para um grande teatro, mas ainda não se consegue distinguir quem é quem na plateia; já numa revista semanal de informação, o teatro é menor, a plateia é selecionada, você tem uma ideia melhor do grupo, ainda que não consiga identificar um por um. É na revista segmentada, geralmente mensal, que de fato se conhece cada leitor, sabe-se exatamente com quem se está falando (Scalzo, 2003, pp 14-15).

As revistas exercem um papel importante na vida social e pessoal das pessoas. Segundo John e Eberle (2010), a premissa de que a notícia não será trabalhada com imediatismo, mas com aprofundamento, implica uma maior credibilidade dessa fonte de informação. Para as autoras, a realidade que é retratada ganha um status de verdade e confiabilidade, contribuindo para a agenda do público e para a construção de memórias e diferentes representações. No Brasil, a Revista Veja é a publicação mais lida e vendida, ocupando, inclusive, o segundo lugar no ranking mundial no segmento de revistas semanais,

atrás apenas da americana *Time*. Seu *status* explica o importante papel que desempenha na construção social da realidade.

### **Revista Veja *Uma Breve História***

A Revista Veja faz parte do Grupo Abril, fundado em 1950 por Victor Civita. Mas, foi com seu filho, Roberto Civita, recém-chegado da sucursal da revista *Time* em Tóquio, que o modelo de revista semanal informativa surgiu no Brasil. Seu objetivo era produzir o que chamou de *Time Brasileira*. Eis que, no dia 11 de setembro de 1968, trazendo em sua primeira capa a manchete “O grande duelo no mundo comunista”, surge a revista *Veja e Leia*, passando ser conhecida, futuramente, apenas como *Veja*.

Trata-se de uma revista que nasceu e sobreviveu durante a Ditadura Militar no Brasil e as censuras do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Além disso, acompanhou advento da internet, a partir dos anos 90, reinventando-se com suas reportagens em diferentes plataformas digitais.

Em 2019, a *Veja* completa 51 anos, as informações que serão apresentadas estão disponíveis no Mídia Kit 2019, uma forma de apresentação comercial para demonstrar o potencial de uma determinada marca. A instituição apresenta-se como defensora de três princípios inabaláveis: a democracia, a livre iniciativa e a justiça social. Apresenta-se como um jornalismo de qualidade, com informações exclusivas, furos de reportagem e análises densas. Colocam-se como uma instituição que a cinco décadas fiscaliza o poder – qualquer poder, palavras da própria instituição. Por fim, consideram-se como um porto seguro contra a infestação das Fake News que existem nos diferentes meios. Scalzo (2003) no livro *Jornalismo de revista*, chama atenção ao fator confiabilidade que as revistas transmitem aos seus leitores, com a *Veja* isso não é diferente. A Revista cita uma pesquisa do Instituto Big Data informando que mais de 67% das pessoas recorrem a fontes de informação tradicionais para confirmar a veracidade de uma notícia (Grupo Abril, 2019).

Os temas trabalhados pela revista versam sobre economia, política, educação, esporte, saúde, tecnologia, sociedade e cultura. Em janeiro de 2019, o número de circulação

da revista impressa e digital foi de 774 mil. Seus leitores são compostos por 41% de mulheres e 55% de homens. 65% possuem de 40 a 69 anos e 88% pertencem às classes A e B. O site da Veja cresceu 33% em audiência de 2017 para 2018, sendo 46,3 milhões de páginas vistas; 24,5 milhões de visitantes únicos e 81% de acessos mobile. No site, os leitores são compostos por 44% de mulheres e 56% de homens, dentre esses 45% possuem de 25 a 44 anos. Nas redes sociais a Revista possui 7,2 milhões de curtidas no *Facebook*, 1 milhão de seguidores no *Instagram*, 8,2 milhões no *Twitter*, 124 mil inscritos em *Newsletter*, 57 mil assinantes em *Paywall*, 1,3 inscritos no *Pushnews*, 207 mil inscritos no canal do *Youtube*, além de 7 mil inscritos no grupo de *Whatsapp* para discutir e se atualizar sobre política (Grupo Abril, 2019).

Esses dados servem para demonstrar a influência que determinados meios de comunicação exercem no dia a dia das pessoas. No caso específico da Veja, trata-se de um meio que ocupa um lugar no imaginário social, seja por meio de suas capas, que convidam até o leitor mais distraído a ler sua manchete convidativa nas bancas de jornal, como aqueles assinantes que percebem nela uma fonte de informação confiável e por isso consomem e propagam seu conteúdo. Segundo Soares (2019), os mitos de verdade, imparcialidade, neutralidade e objetividade que esses meios de comunicação procuram passar para seu leitor, são capazes de produzir uma memória que estabilizam sentidos e imobilizam relações sobre aquilo que se diz, como os discursos a respeito do homossexual e da homossexualidade que (re)produzem sentidos do passado, do presente e (para) do futuro.

Não se trata de uma memória individual, visto que é concebida numa esfera social. Segundo Soares (2019) é uma memória dos sentidos cuja sua condição de produção não é um acessório, mas algo indispensável à sua própria significação. “O discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Deslocamos ‘função’ (estrutura) para o ‘funcionamento’ (a relação da língua com o ‘Acontecimento Discursivo’) e assim deslocamentos também o secundário para o constitutivo” (Soares, 2019, p. 242). Como exemplo, o autor cita o uso de palavras como ‘homossexualismo’ e ‘homossexualidade’ que apesar de, para alguns, parecerem sinônimos, seus sentidos são diferentes, pois suas filiações discursivas são distintas e a escolha em sua utilização demonstra um lugar específico ocupado por quem

utiliza. Tratando-se de uma revista, a forma discursiva utilizada transparece uma posição escolhida e/ou assumida entre os editores e os “donos” para com seus leitores.

Soares (2019), a respeito da homossexualidade nas revistas, chama atenção para o fato de que mesmo, em 1980, não sendo mais considerada uma doença, muitas revistas brasileiras continuavam a reproduzir como normal essa relação, por exemplo, “a peste gay”, “síndrome gay” ou “mal de homossexuais”. Trata-se de publicações da primeira metade da década de 1980, logo após a despatologização, mas que reforçavam que ser gay, *per si*, já seria uma condição potencial para ser o portador do vírus HIV. Para o autor, as palavras têm história e fazem sentido porque estão inscritas em redes discursivas. “Não é à toa que a peste é ‘rosa’, que a doença chega ao Brasil e ‘alarma’ a comunidade gay (nada se diz do vírus fora dessa comunidade), que é um ‘mal dos homossexuais’” (Soares, 2019, p. 243). Esses discursos eram propagados como verdades e respaldados no discurso científico. Atuavam na institucionalização de sentidos e contribuíram para a constituição do imaginário social, além disso, para a cristalização da memória do passado e de uma memória futura que estava sendo construída. Nos anos 1980, para se falar sobre o assunto era quase impossível não fazer a devida associação com doença ou com o pecado e os editoriais no qual o tema mais aparecia eram o de Ciência e Saúde.

Trata-se de uma memória que persiste ao longo do tempo, não é apagada ou esquecida, mas continua produzindo efeitos, quando, por exemplo, um deputado propõe um projeto de cura gay, quando psicólogos resolvem questionar resoluções que impediam a prática de tratar homossexuais como doentes ou associando suas sexualidades como sendo uma “escolha”. É preciso pontuar que esses mesmos espaços que outrora colocavam travestis apenas nas páginas Policiais, silenciavam trans ou lésbicas, hoje, deslocaram esses sujeitos para que aparecessem em editoriais como: Comportamento, Gente, Sociedade, Brasil. Os temas sobre preconceito, discriminação, adoção e casamentos começaram a figurar novos espaços e, mesmo que pequenos deslocamentos, constituem-se como significativos já que colocam esses sujeitos num outro lugar discursivo.

Todo esse debate nos leva a pensar sobre dois pontos que precisam ser enfatizados. O Primeiro diz respeito ao objeto de estudo deste trabalho de tese, desde as homossexualidades até a população LGBT, especificamente as representações sociais sobre eles. O segundo, sobre como esse tema tem sido tratado, atualmente, no meio científico. Especificamente, a respeito da produção científica produzida por pesquisadores das ciências sociais e humanas brasileira e publicadas, em forma de artigo, em periódicos de alto impacto. Levando em consideração que esse conhecimento científico influencia e, ao mesmo tempo, é influenciado pelas práticas sociais, visto que fazem parte de um mesmo contexto social

**ARTIGO 1: COMPLEMENTAR AO MARCO TEÓRICO**

O **Artigo 1**, apresentado a seguir, foi submetido à Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, classificada como A1 no QUALIS da Capes. O manuscrito foi **aceito** para publicação e encontrasse em processo de edição. Foi apresentado como: Silva, L. B & Araújo. H. M S. (2022). Systematic review on homosexuality and the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexuals, and Transgender population

Sua formatação segue as diretrizes do periódico Estudos de Psicologia (Campinas).

Systematic review on homosexuality and the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite,  
Transsexuals, and Transgender population

*Revisão Sistemática sobre homossexualidades e a população Lésbica, Gay, Bissexual,  
Travesti, Transexual e de Transgênero.*

#### REVISÃO SISTEMÁTICA: HOMOSSEXUALIDADES E LGBT

Lawerton Braga da **SILVA**<sup>1</sup>  ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-2697-0470>

Heitor Marinho da Silva **ARAÚJO**<sup>2</sup>  ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7245-9679>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Cidade Universitária, 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil. Correspondence to: L. B. SILVA. E-mail: <lawertonbraga@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. João Pessoa, PB, Brasil.

### **Abstract**

This article aims to present a systematic review of the literature produced by Brazilian researchers, linked to the social and human sciences, who have studied homosexuality and the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexuals, and Transgender population. The terms "homosexuality", "homosexuality" and "LGBT" were searched in the following databases: Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences, Scientific Electronic Library Online, Electronic Psychology Journals and Index Psi Periodic. In all, 263 articles were found and analyzed using a descending hierarchical classification that resulted in six lexical classes. It was found that psychology was the area with most publications on the subject. The emphasis of the publications has changed over time, from concerns about the origin of homosexuality to the struggles and conquests of civil rights. The results also point to a small number of articles on lesbians, transsexuals, and transvestites.

**Keywords:** homosexuality; Gender; Sexuality

### **Resumo**

*Este artigo objetiva apresentar a revisão sistemática da literatura produzida por pesquisadores brasileiros, ligados às ciências sociais e humanas, que têm estudado as homossexualidades e a população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e de Transgênero. Os termos "homossexualidade", "homossexualismo" e "LGBT", foram buscados nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Scientific Electronic Library Online, Periódicos Eletrônicos de Psicologia e Index Psi Periódicos. Ao todo, 263 artigos foram encontrados e analisados por meio de uma classificação hierárquica descendente que resultou em seis classes lexicais. A Psicologia é a área que mais publica sobre o assunto e a ênfase dada foi mudando ao longo do tempo, das preocupações com a origem da homossexualidade, às lutas e às conquistas de direitos civis. Os resultados também apontam para um pequeno número de artigos sobre lésbicas, transexuais e de travestis.*

**Palavras-chave:** homossexualidade; gênero; sexualidade

Homosexuality is an ancient and frequent phenomenon in the history of humanity (Guimarães, 2009), but the way it is interpreted has changed over time. Currently, it is seen as another way of relating to the world and, as such, there would be no need to investigate its origins or causes (Silva & Aléssio, 2019a). Apart from this, it is still possible to think how, throughout our history, the conceptions of homosexuality have influenced and still influence the practices and positions of subjects, groups, and institutions.

The term homosexual was created in 1869 by writer and journalist Austro-Hungarian Karl-Maria Kertbeny (Trevisan, 2018). Is the combination of radicals *homos* and *sexuality*, understood here as one more form of sexual experience shared by people of the same sex.

Despite being a term that doesn't represent an entire population now known as LGBTQIA+, the struggle of the homosexual movement resulted in the visibility of the LGBT movement (Facchini, 2005), which organized itself primarily based on identity, and became political subjects. In addition, this term is present in everyday life and, therefore, was chosen in this review. In a survey conducted by Knewin at the request of the Gay Guide, it showed that the term LGBT was cited 320% more than LGBTQIA+ on Twitter in Brazil between 11 and 28 of June 2021. These data show that despite being an acronym that does not cover an entire community, it is more present in social relations.

Alexandre, Lima and Sousa Galvão (2014), from a systematic review of the literature about homosexualities, delimited six thematic categories, in which Brazilian studies have been focused since homosexuality began to be the object of study, they are: a) investigations on theoretical issues and the history of homosexuality; b) studies on homophobia and internalized prejudice; c) investigations into homosexuality and discursive repertoires; d) research on homosexuality and social movements; e) homosexuality and adoption; f) studies on psychology and gender issues.

In the academic field, the first modern work about homosexuality in Brazil was written in 1958 by sociologist José Fábio Barbosa da Silva and defended in 1960 is like a conclusion specialization article (Green, 2019). After the military dictatorship in Brazil, the number of publications decreased. When, in 1985, important publications returned, like by Luiz Mott, an anthropologist, historian, and researcher who began writing about homosexual relations in Brazil. The famous book "What is Homosexuality?", by Peter Fry and Edward McRae by the first steps collection, is published. In 1997, even before the Resolution published by the Federal Council of Psychology in 1999, the first work found in this review (Féres-Carneiro, 1997), in the area of psychology, already dealt with the theme in a natural way, in which homosexuality presented itself as just another form of sexuality.

Currently, some reviews deal with specific aspects related to the theme, such as homophobia (Silva & Aléssio, 2019b; Sobral et al. 2019); homoaffective relations (Nascimento, Scorsolini-Comin et al., 2015); homosexuality gender, sexuality, and aging (Fernandes et al.,

2015); adoption (Lira et al., 2016) and; finally, about the health of this population (Cunha & Gomes, 2014). However, it draws attention to the number of publications found in them, because, despite being a theme present in social relations, academic events, congresses, etc., publications in scientific journals are still scarce.

That said, through a systematic review, this article aims to present the production of Brazilian researchers, linked to social and human sciences, who are dedicated to the study of homosexualities and the LGBT population and insert them in the debate and development of international literature on gender studies. More specifically, it is intended to: a) identify the areas of knowledge that have been investigating this theme and b) which subthemes have the highest prevalence in these studies.

### **Method**

This is a systematic literature review article (Costa & Zoltowski, 2016) based at the following question: "What are the characteristics of the knowledge produced by the social and human sciences in Brazil, about homosexuality and the LGBT population? ". For data collection, a search was conducted in lilacs databases (Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences), SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Portal of Electronic Journals of Psychology), and Index Psi Technical-Scientific Journals. There was no time limit, thus including all papers published until January 2020. The terms sought were: "homosexuality", "homosexualism" – Although no longer used, it could appear in the articles prior to 1973, the year that the American Psychiatric Association removed homosexualities from the category of mental illness – and "LGBT", taking into account that search algorithms consider the subject of the articles and, therefore, presents all the articles related to the subject and that, in turn, evidence each population that constitutes the chosen acronym.

The articles were included according to the following standards: a) indexation in journals of human and social sciences; b) affiliation of the first author to the Brazilian Higher Education Institution; c) with a theme related to homosexuality and LGBT and; (d) drawn up in Portuguese. To check the inclusion standards, title, abstract, keywords, and scope of the journal were analyzed. The articles excluded were those that: a) did not have the full text for consultation; b) whose institution of affiliation of the first author was not Brazilian; (c) was duplicated between the databases and; d) was a review article. Chapters of books, reviews, letters, news, congress scans, dissertations, and theses were discarded. It was considered the fact of being indexed in a database, thus ensuring a greater technical rigor of the material, since the selection process until the final acceptance goes through a rigid editorial board.

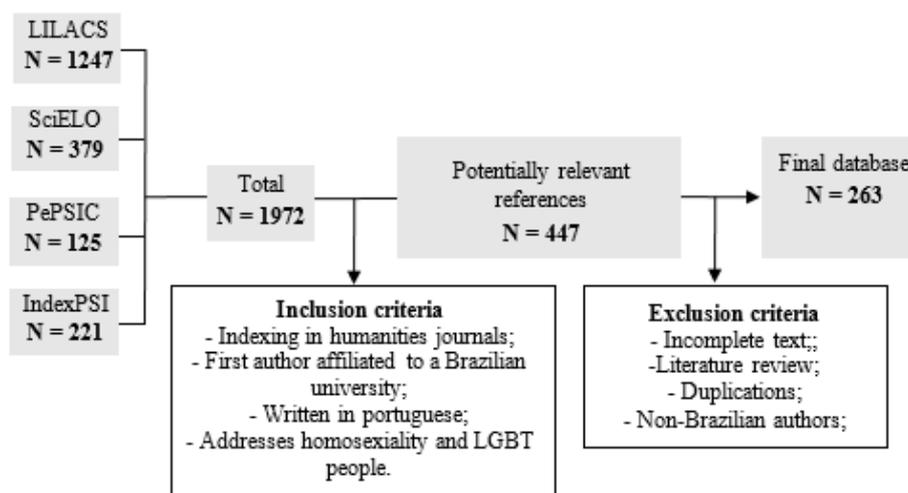
Data were collected by two independent judges. The possible disagreements were again submitted to the inclusion and exclusion criteria until a consensus was reached. The

material was divided into axes of analysis, the first took into account the title and abstract of the works. Then, we considered the year of the publications, the area of knowledge, the region where the study was conducted, and the gender of the first authors.

The data were submitted to the software IRAMUTEQ (Interface R for Multidimensional Analysis of Texts and Questionnaires), a statistical tool that analyzes the text corpora. Among possible analysis, a Descending Hierarchical Classification (CHD) was performed, a method created by Reinert in 1990, in which the lexical worlds are identified and classified based on their contexts (Camargo & Justo 2013).

## Results

Initially, a total of 1,972 articles were found (LILACS: 1,247, SciELO: 379, PePSIC: 125, IndexPsi: 221). In the first screening, 1525 articles that did not meet the inclusion criteria were excluded. The 447 remaining articles went through another stage, and 184 articles were excluded because they met the exclusion criteria, i.e., they did not have the complete text for reading, they were some kind of literature review, they were duplicated among the databases, or the author did not have Brazilian nationality. Therefore, 263<sup>1</sup> articles remained to compose the corpus of analysis of this study (Figure 1).



Source: created by the authors (2020)

Note: LILACS: Latin American and Caribbean Health Sciences Literature; SciELO: Scientific Electronic Library Online; PePsic: Electronic Journals of Psychology and Psi Index Journals; LGBT: Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transexual and Transgender;

**Figure 1:** Search strategies.

The 263 articles that made up the sample of this work were published between 1997 and 2019, and were distributed as follows: between the years 1997 and 2004, 15 papers were published; 46 between 2005 and 2009, in the period between 2010 and 2014, the number of

publications almost doubles, 87 papers were found; finally, between 2015 and 2019, 115 papers were found. Although the growth in the number of publications is remarkable from 2010 on, this does not mean that, previously, the interest did not exist, after all, other issues need to be pointed out, such as the fact that the country lived through a period of Military Dictatorship, for example, when there was a great control of intellectual production.

In addition, many works are not available in digital media, as shown in the report on Homosexuality, Bisexuality, and HIV/AIDS in Brazil, produced by Guimarães, Terto Junior e Parker (1992). These authors found more than one hundred works in the social sciences and related areas - among books, articles, theses, dissertations, and reports - available in institutions and private sources in Rio de Janeiro and São Paulo.

Despite the academic interest in the theme, added to the fact that important works were already being developed in the country, it is surprising to see such a limited number of works produced. It is worth reflecting if the interest in the theme is related to the visibility it had in the public sphere. Fernando Henrique Cardoso, for example, was the first president to propose affirmative action recognizing the rights of the LGBT community, to defend civil union between people of the same sex, to publicly speak the word homosexual, and hold the rainbow flag (Mott, n.d.). Despite this, in the period of his two governments, only 15 articles were found.

In 2004, during the government of President Luís Inácio Lula da Silva, the Brazil without Homophobia Program was created, with more than 57 affirmative actions (Mott, n.d.). Compared to the previous period, the growth of scientific production more than doubled. This article doesn't punctuate who was the ruler who was more on the side of homosexuals, but, perhaps, to question the relationship that the theme has with the political scenario, since, as more was said about the subject, the publications also increased.

Still, in Lula's government, the Restructuring and Expansion Program of Federal Universities was one of the main public policies responsible for the growth and interiorization of Higher Education in the country, with the creation of 18 new Federal Universities and 173 Campi in cities in the interior (Mott, n.d.). A project that began in 2003 and extended significantly until 2015, in the government of former President Dilma Rousseff. It is necessary to point out that there may be different factors and hypotheses that justify the increase in these productions and, not specifically, are related to the presidential figure, but it is necessary to remember that political agendas also extend and reflect beyond a political mandate.

Regarding the areas of publications that stood out the most, Psychology (n=156) occupied the first place, followed by Psychoanalysis (n=40), Anthropology (n=23), Sociology (n=18) and History (n=4). The field of sexualities has always been incorporated into the field of psychology and medicine, especially from the 19th century on, as pointed out by Michael Foucault when writing about the "History of Sexuality" (1976). In psychoanalysis, Freud stood out with important works, among them: The three essays on the theory of sexuality (1905);

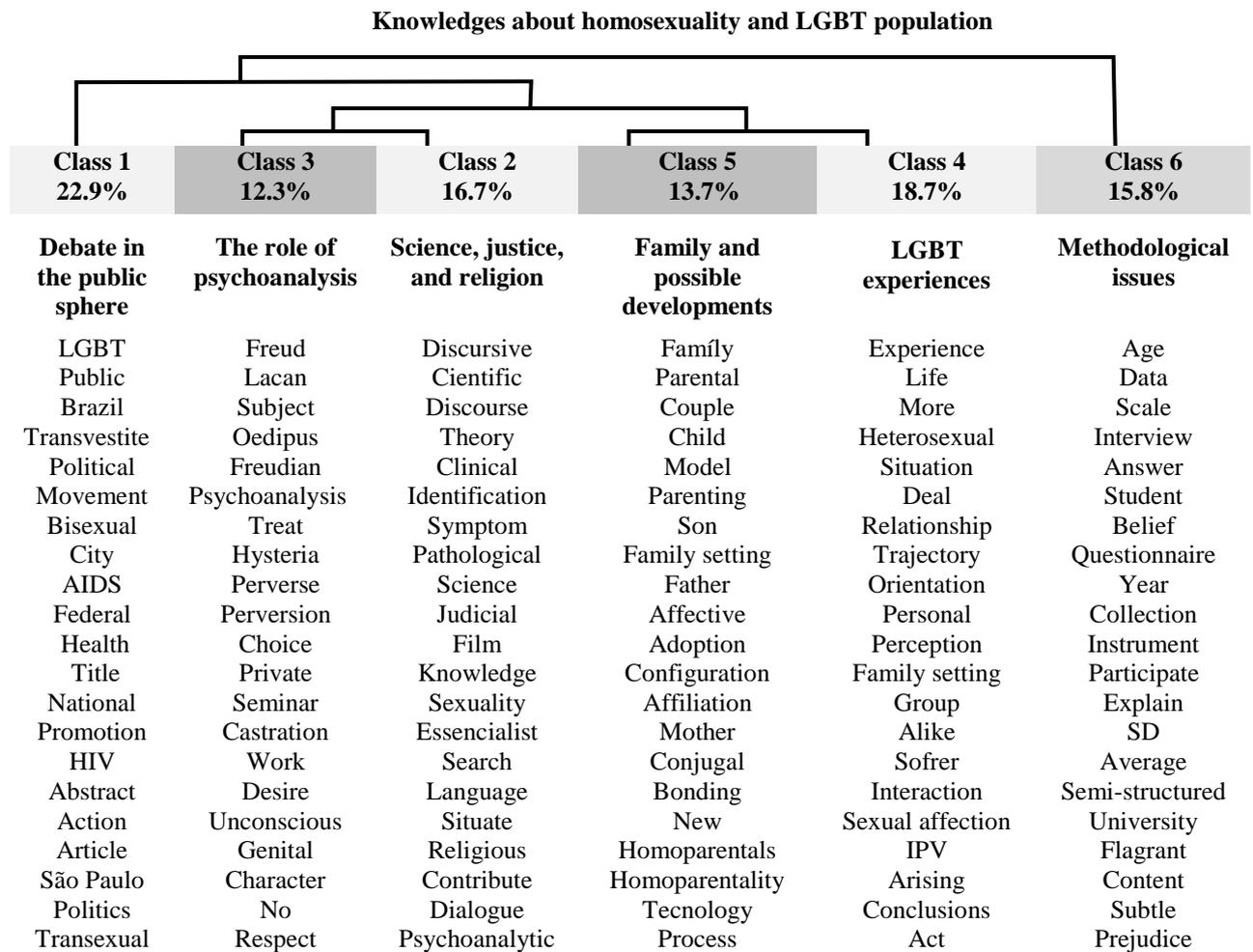
Leonardo da Vinci and a memory of his childhood (1910), The case of Schreber (1913), and Psychogenesis of a case of homosexuality in a woman (1920).

That being said, it is not surprising why these areas appear in the first positions in publications of this nature. It is necessary to point out that it is not about dominating knowledge, because each area, in its own way, has contributed in a significant way so that the field of sexualities could, today, be discussed by different researchers.

As for the researchers' regions of origin, there was a predominance of the Southeast region (n=132), followed by the Northeast (n=60), South (n=42), Center-West (n=18) and North region (n=11). These regional differences can be thought of as taking into consideration the Brazilian university system, specifically through public universities and the policies of expansion of higher education, with the demands of faculty and student production. It is also necessary to think about public investments in research, development, science, technology, and innovation (Souza et al., 2018).

Regarding the gender of the researchers, only the first author was considered. It was noticed that men (n=139) published more compared to women (n=124,) and, despite not being a statistically significant amount, it is possible to raise questions about gender inequalities in academia, especially when analyzing the number of productivity fellowships that are mostly occupied by men.

The initial analysis of the 263 articles totaled 41285 occurrences and 6625 distinct words. After reducing the vocabularies to their roots, 1166 elementary context units (ECUs) were found. The lexical analysis resulted in six classes of lexical content that were classified from 1072 ECUs, retaining 91.94% of the corpus. Figure 2 shows the dendrogram generated by the IRAMUTEQ software after the text corpus was analyzed.



For illustrative purposes, the 21 words with the strongest significant association for each class measured by the chi-square were retained in the dendrogram.

Source: created by the authors (2020)

Note: LGBT: Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transexual and Transgender; AIDS: acquired immunodeficiency syndrome; HIV: human immunodeficiency virus; IPV: intimate partners violence; SD: standard-deviation.

**Figure 2:** Descending Hierarchical Classification (DHC).

As seen in Figure 2, there was a separation of the corpus into five subcorpora, which, in turn, are subdivided into six classes. The first is formed by Classes 6 and 1 and was named "The research on homosexualities and LGBT"; the second agglutinated Class 1, together with Classes 3, 2, 5, and 4, and was named "Main themes", taking into consideration the fact that it agglutinated all themes related to the LGBT issue; the third sub-corpora, formed by the junction of Classes 3 and 2 with Classes 5 and 6 was named "discourses on LGBT", since these classes present the different discourses related to the theme, such as that of science or of the LGBT movement itself. Finally, there are still two partitions generated by Classes 3 and

2, about "theoretical discussion"; and another with Classes 5 and 4, "the LGBT subject", for joining the issues related to the sphere of private life, individuality, perceptions, and experiences.

### **Class 1 - Debate in the public scene**

Class 1, which represents 22.85% of all the material analyzed, is formed by the following words: LGBT, public, Brazil, transvestite, political, movement, bisexual, city, AIDS, federal, health, title, national, promotion, HIV, abstract, action, article, São Paulo, politics and transexual. Its name, "Debate in the public scene", took into consideration the context in which its lexicons were inserted, public order issues, and social aspects. In addition, 112 articles were linked in some way to the main aspects of this class.

Two general axes stood out, which complement each other insofar as one understands the struggle and trajectory of the LGBT Movement. The first axis deals with issues linked to the "LGBT Movement" and is related to social movements, the role of the State, public policies, citizenship, rights, etc.; the second axis highlights the "Health of the LGBT population", and involves issues related to public policies in health, HIV/Aids, the (dis)attention given to the health of lesbian women, the clinical care of LGBT people, etc.

Questions about the LGBT movement appear in different ways in the analyzed works. There are those that tell its history and institutionalization in Brazil (Claudia, 2015) and that, show its importance in the fight against homophobia. Anthropological studies that aim to investigate through their activist and academic practices have become important actors in the process of defense and construction of citizenship of sexual minorities in Brazil (Carrara, 2016). Investigations that work with young people's opinions about different social movements, among them the LGBT (Monteiro, Machado & Nardi, 2011)

According to Sampaio and Germano (2014), in the 1980s, the LGBT movement in Brazil, in partnership with the state, united to confront the AIDS outbreak, resulting in the implementation of new political agendas regarding the assistance of the LGBT population. In the academic sphere, unions such as this, between the state and the LGBT movement resulted in several investigations, such as in the research of Aragusuku and Lopes (2018) who presented the public policies present in the state of Mato Grosso with the creation of the LGBT Reference Center, the first act aimed at this group. The article of Feitosa (2019), carried out at the State Center to Combat Homophobia, in Pernambuco, investigates how the center works in minimizing violence against the LGBT population. Still in the field of public policies, the work of Abreu, Silva e Zuchiwsch (2015) suggests special attention to the deaf regarding

their linguistic specificities and their social vulnerability. Mello, Avelar e Brito (2014) reflect on the issue of public safety aimed at LGBT people and how public agencies position themselves.

The issues on education also motivated several studies, perhaps due to the fact that there is, in Brazil, a National Program of Books and Teaching Materials (Programa Nacional do Livro e do Material Didático, PNLD), with several materials that help in the educational practice and propose the discussion on sexual diversity (Rios & Santos, 2009). Moreover, in general, education appears as being a coping strategy, a way to eradicate prejudice, and linked to the school environment, the place of implementation of these public policies (Perucchi & Corrêa, 2016).

All the themes exposed, to some extent, are intertwined with political aspects. But, unlike today, when there is talk of a left-wing homosexual agenda, this relationship has not always existed. In the 1970s, the issues linked to homosexuality were the last to be understood as a political agenda by the left itself (Moretti-Pires et al., 2018). Today, it is already possible to think of LGBT candidates (Costa, 2016), including transvestites and transsexuals (Santos, 2016), even in a moment in which conservatism has been growing (Santos, Araújo, Cerqueira-Santos & Negreiros, 2018) and the interest of some politicians is to legislate against this population (Gama, 2019).

Despite political advances and the supposed visibility of transvestites and transsexuals, they are still the most discriminated against. The condition of marginality is evidenced in many different works. Garcia (2019), for example, when studying the migratory process of transvestites to the big city, realized that the search for a change of life, in fact, resulted in the entry of another condition of vulnerability, that of prostitution. Antunes and Paiva (2013), when studying the territorialization of homoerotic sexual cultures in São Paulo, realized that the downtown neighborhoods, older and traditional, were where there was the highest concentration of transvestites, while in the upscale neighborhoods, such as Jardins, the reality was different, in that place transvestites had no turn.

In the second axis, linked to health aspects, the studies aim to understand and contribute to specific issues that permeate the LGBT population. In general, articles about HIV/AIDS and the processes of vulnerability that women, lesbians, or bisexuals face in the face of sexually transmitted diseases (Mora & Monteiro, 2013). Mental health was also a topic of interest, specifically, the processes of non-acceptance that many young people go through in their families Santos, Araújo, Cerqueira-Santos & Negreiros (2018) and how health professionals deal with these groups (Toledo & Pinafi, 2012).

### **Class 3 - The role of psychoanalysis**

Since its origin, psychoanalysis has been involved in issues related to sexuality. In Victorian society, it was the cause of moral scandals, as when dealing with child sexuality,

besides confronting the established norms of that time (Pacheco Filho, 2016). Although class 3 gathered the smallest amount of text segments (12.31%), its relevance is not less, since its subjects and lexicons are present in the others, as in the class on discourse, in which the psychoanalytic discourse appears as a knowledge that defines, including, the notions of homosexuality and heterosexuality. The most significant words in this class were: Freud, Lacan, subject, Oedipus, freudian, psychoanalysis, treat, hysteria, perverse, perversion, choice, private, seminar, castration, work, desire, unconscious, genital, no, character, and respect.

For the most part, research in psychoanalysis is clinical in nature and takes into consideration the case-by-case or singularity, unlike experimental approaches (Couto & Lage, 2018). However, there is not only one way to do research in psychoanalysis. In this sense, Sauret (2003) presents some possibilities, which are: those that respond to questions posed by psychoanalysis; those which aim to answer questions posed to psychoanalysis; those which aim to build a theory from doctrine and experience; those which aim to expand the field of analytic experience" (Sauret, 2003, p, 99) and; those that are guided by the knowledge and ethics of psychoanalysis, the case of research conducted in universities (Sauret, 2003).

The papers that composed this class analyzed the following issues: the relationship between the psychoanalyst and homosexuality, dealing with training and professional practice (Cruxên, 2018); theoretical-clinical papers that address issues of LGBT clinical experience (Elias, 2007); those which use psychoanalytic theory to explain issues in literature, film, and the arts (Alvares, 2017); those which use theory as a reference to address issues related to homosexualities, such as homoaffective union, adoption, hypermodernity, etc. (Rodriguez et al, 2017); those which somehow seek to explain or understand the phenomenon with respect to its origin (Couto & Lage, 2018) and; the works that are interested in the theoretical-conceptual debate from Freud and Lacan, precursors of psychoanalysis (Ferreira & Grecco, 2017).

## **Class 2 - Science, justice, and religion**

Made up of 179 text segments (16.7%), Class 2 presents two important aspects to be discussed. The first is about "discourses and their implications"; the second is about "scientific theories". These classifications were based on the following words: discursive, scientific, discourse, theory, clinical, identification, symptom, pathological, science, judicial, film, knowledge, sexuality, essentialist, search, language, situate, religious, contribute, dialogue, and psychoanalytic.

The first aspect raised here relates to the notion of discourse as an instrument that permeates social relations. According to Oliveira (2013), in a world dominated by new technologies, increasingly explicit media manipulation, and the power that the word exerts, it

is evident the importance that discourse has in everyday relations, mobilizing economic and political elites. In this sense, the discourse has a function of delimiting knowledge and practices about homosexualities and LGBT people. Among the words that stood out the most and contributed to the composition of this first aspect, it is possible to highlight those related to scientific, religious, medical, psychological, and legal discourse. These represent the different institutions of power that shape and construct different discursive repertoires, representations, positions, opinions, beliefs, and values.

Scientific discourses shape different positions and knowledge about homosexuality. Homophobia, for example, is still justified by many, based on biological or pathologizing arguments. The scientific character assigns a value to the argument, as being the truest, therefore unquestionable (Silva & Aléssio, 2019a). In the same way that sociopolitical aspects can affect scientific development, the reverse also happens, after all, this knowledge is considered as true influences sociopolitical changes (Menezes & Carvalho Neto, 2015).

Silva and Aléssio (2019a), in an investigation on expressions of prejudice, evidenced a bio-religious argumentation, in which the subject says he does not accept homosexuality because two equals do not reproduce, a kind of amalgam between two distinct knowledges. But, which are used to validate a position as "normal" since it comes from science. In most of the works analyzed here, the scientific discourse has served as a basis for different homophobic expressions (Santos, 2013). Religious discourse, in general, has its basis in the Bible. However, on the contrary, there are works on inclusive churches, which reconcile religious discourse and sexual diversity, removing homosexuality from the field of sin and treating it as another form of existing sexuality (Natividade, 2017).

The medical and psychological discourse, for a long time, defined homosexuality as a pathology and perversion (Guimarães, 2009). Although this moment has been overcome, it is still possible to find prejudiced positions by doctors and nurses based on this belief, as exposed in some studies (Vitiritti, Andrade & Carvalho Peres, 2016). In the field of psychology, despite attempts by some fundamentalist professionals to suspend the prohibitions of the Federal Council of Psychology, for psychologists to offer conversion therapy to homosexuals (Martins et al., 2014), mostly, the psychological discourse describes homosexuality as another form of sexuality (Silva & Aléssio, 2019a).

The legal discourse was related to issues related to the rights of the LGBT population. It is worth remembering that, if it weren't for the Supreme Federal Court, several conquests acquired by this population would not be possible, such as the recognition of same-sex unions, adoption by homosexual couples, the criminalization of homophobia, the recognition of civil registration for transgender people, among others. Such achievements are due exclusively to the judiciary, since the legislative power still remains silent.

On the second aspect, the lexicons of this class also refer to the different theoretical references used in the research, namely: the different discursive approaches (Lima Silva, Frutuoso, Feijó, Valério & Chaves, 2015); the psychological theories (Rodrigues & Carmo, 2013); especially those used by social psychology (Rezende, Soares, Gouveia, Ribeiro, Cavalcanti, 2019); the psychoanalytic theories (Couto & Lage, 2018); the gender theories (Rodríguez, Gomes & Oliveira 2017); theories about sexuality (Cunha, 2013), philosophical theories (Nina & Souza, 2012); among others (Nascimento & Santos, 2009).

### **Class 5 - Family and possible developments**

The words that constituted Class 5, formed by 147 text segments (15.75%), are: family, parental, couple, child, model, parenting, son, family setting, father, affective, adoption, configuration, affiliation, mother, conjugal, bonding, new, Homoparentals, Homoparentality, technology, and process. Being part of the same axis as class 4, the issues that appear, are quite similar. However, this class deals with family issues regarding two specific points: the new family settings that exist and adoption by homosexual couples.

The debate around homoparental families is gaining space in different settings (Mosmann, Lomando & Wagner, 2010), in academia and its different approaches (Passos, 2005), in the media (Noletto, 2016), in LGBT mobilizations and in the struggle for civil rights (Grossi, 2003), since for many years, this group was put in a place of invisibility and denial of marital and parental rights and full citizenship (Mello, 2006). There was a greater focus on research whose interest was the different views on equal marriage (Costa, Catelan, Araújo, Silva, Koller & Nardi, 2017). In general, there are still positions contrary to these new family arrangements. The main justification would be that children would not have a well-defined notion of sexual differences, besides that they could become homosexuals, that is, being homosexual, in itself, would already be a problem for those people who position themselves against it (Machin, 2016).

The new family settings are considered a threat to traditional values, as they question an entire existing structure (Ceccarelli, 2007) and even though there are many conservative groups that do not want to recognize these new unions as a family institution, it is not possible to simply deny their existence (Nina & Souza, 2012). These are single-parent families (Futino & Martins, 2006), families constituted by gays (Rodríguez, Merli & Gomes, 2015), lesbians (Santos & Gomes, 2016) and by transvestites and transsexuals (Zambrano, 2006).

Despite prejudice, it is currently guaranteed by law that people of the same sex can unite in marriage and become a family. Homoaffective union, for a long time, was an agenda of the LGBT movement. Once achieved, new issues began to enter the scene, such as adoption and biological motherhood. In the study developed by Pontes, Carneiro e Magalhães

(2015), the authors showed the main challenges experienced by women who want to fulfill the desire to be a mother with the help of new reproductive technologies.

The articles related to the theme of adoption and filiation seek to understand: how parental roles are constructed in homoaffective relationships, which are generally more egalitarian and with particular characteristics in families formed through adoption adoção (Rosa, Melo, Boris & Santos, 2016); study the production of meanings between parents and adopted children and how they perceive parenthood (Mota, Vargas & Vasconcelos, 2016); as well as analyze the psychic constitution of adopted children (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017).

#### **Class 4 - LGBT experiences**

Formed from 200 text segments (18.66%), in Class 4, the most significant words are experience, life, more, heterosexual, situation, deal, relationship, trajectory, orientation, personal, perception, family setting, group, alike, suffer, interaction, sexual affection, IPV, arising, conclusion and act. This class, in general, deals with the personal experiences of LGBT people in different contexts, their family relationships, their perception of their marital relationships, their life experiences, and their trajectories. In its composition, we identified more than 100 studies that dealt with these themes directly or indirectly. These are qualitative and quantitative research studies, in which the objective is to understand the love choice of couples, and the experience of LGBT people regarding their families, sexual partners, domestic violence, etc.

Regarding the main discussions of this class, it is worth highlighting the experiences of LGBT elders, a group that is excluded and suffers prejudice from heterosexuals (Santos & Araújo, 2018) and also from homosexuals (Alves & Menandro, 2017). Elderly homosexuals are denied the freedom to live their sexuality freely, making their experiences increasingly marginalized. With elderly lesbians, the reality is no different, the invisibility happens since the interest in the theme (Alves, 2010).

Still, about lesbian women, another point worth mentioning is the prejudice they suffer, because, in addition to homophobia, there is sexism to further limit their experiences (Lira, Morais & Boris, 2016). The article by Toledo and Teixeira Filho (2013) draws attention to the fact that aspects of lesbian sexuality are only accepted if they are compatible with androcentrism and heteronormativity, that is, with the norms of sex, gender and desire. What is evident is the fact that lesbians are only accepted if they look beautiful, modern, glamorous, and, above all, agree to have sex with men. Women who do not meet these standards, the masculinized ones, remain condemned to invisibility (Monteiro, Machado & Nardi, 2011). In environments where their masculinity is valued, such as in prison, this happens because they

are in a better hierarchical position since they play a male role and therefore deserve respect (Barcinski, 2012).

In the articles, the concept of family is not reduced to the family of origin, but to the chosen family as well. In general, cases of homophobia happen in families of origin (Perucchi, Brandão & Vieira, 2014). The lack of support from these families ends up driving away young people who prefer to share their experiences and difficulties with friends (Campos & Guerra, 2016). In many cases, LGBT people are expelled from their homes for being who they are. But there are those who accommodate themselves to the invisibility of the issue, that moment when no one touches the subject and they continue as if nothing will happen (Costa, Machado & Wagner, 2015).

Choice of who to love and marital interaction were themes of some articles that sought to analyze possible differences in the way heterosexual and homosexual couples dealt with their love relationships (Mosmann et al., 2010). Intimate partner violence was also addressed (Cezario, Fonseca, Carmo Lopes & Lourenço, 2015).

The theme of prejudice appeared in most articles: they show narratives of internalized homophobia (Cerqueira-Santos et al., 2016); prejudice in the workplace, and the survival strategies used in these spaces (Irigaray & Freitas, 2013). As a way to make these marginalized subjects visible, attention was drawn to the different situations of social vulnerability, as well as the lack of citizenship previously reported. These articles show the experiences of homelessness in adolescents and sexual exploitation (Campos & Moretti-Pires, 2018), as well as the situation and life history of transvestites (Garcia, 2009).

### **Class 6 - Methodological issues**

Formed from 169 text segments (15.76%), the most representative words, from Class 6, are age, data, scale, interview, answer, student, belief, questionnaire, year, collection, instrument, participate, explain, SD (standard deviation), average, semi-structured, university, flagrant, content, subtle, and prejudice. To name this class, the most significant lexicons were taken into consideration, specifically the relationship they have with the methodological descriptors that scientific research has, therefore "methodological issues".

Of the 263 articles analyzed, 199 are empirical and 64 are theoretical. Of the empirical articles, only 23 used the quantitative method, characterized by quantification, both in the modalities of information collection and in the treatment by means of statistical techniques. It is a type of research in which the object of study is controlled and is employed, in general, questionnaires and scales that are produced or adapted for that specific context (Sacco, Couto & Koller, 2016). Quantitative articles amounted to an average of 9% of the total sample of this review, an amount considered small. Similar to these findings, in a review by Sobral, Silva,

and Fernandes (2019) on what Brazilian psychology has to say about homophobia, of the 74 articles analyzed, only six were quantitative.

The qualitative articles (n=240) showed lower rigor in the description of their abstracts, only 70 were described with a certain methodological rigor. Although it isn't possible to speak about replication, a study of this nature needs to highlight the path, means and forms that led it to reach certain results, something that did not appear in all the articles. The tools more used were: interviews, content analysis, ethnography, focus groups, among others.

### **Discussion and Final Comments**

The objective of this review article was to present a systematic review of the literature produced by Brazilian researchers, linked to the human and social sciences that have studied homosexuality and the LGBT population. Specifically, psychology stands out as the area with the most published articles about this theme. However, it is also important to take into account that much of the knowledge linked to other human and social sciences can be organized in books and discussed at events and congresses. It should be noted that there are efforts for actions that escape the domain of academia, with social movements being the main actors in the dissemination of content and information.

Themes related to the LGBT subject, as well as the history of the LGBT movement, have undergone changes over the years. If in the beginning, the questions related to the search for explanations for the expressions of prejudice and homophobia were the articles, the themes began to change as new achievements and rights were acquired by the LGBT population. As an example, the case of AIDS gained visibility and was the object of study during the 1980s. Subsequently, the issues related to marriage, mainly the search for the guarantee of rights to civil marriage. Then, the interest in understanding the functioning of the new family configurations, as well as their desires, opened space for the debate related to adoption.

Limited production was identified with regard to lesbians, transsexuals, and subjects who do not fall within a predetermined category because they flow in their sexualities. Moreover, studies in this area do not address the impact of class and race, so punctuated in new feminist studies, for example. The race cut was not mentioned in any article, and the questions about sexism were also superficially worked, at the same time, lesbians and bisexual women remain invisible to academia and society. Other populations, like elderly people, deaf people, and Indians, despite having been described in some articles, wouldn't even serve as statistics, because their mentions are very scarce.

This article has some gaps, among them, the lack of analysis of dissertations and thesis, two types of publications that have condensed much of the studies on the subject.

Moreover, the articles of Brazilian researchers who published their work in other languages were also not analyzed. Future articles could be dedicated to this type of analysis as well as to discuss in greater depth the methodological aspects of the studies that have studied homosexuality and the LGBT population.

Finally, it is important to point out that some topics need attention in future work, such as lesbian, transsexual, and transvestite groups. Whether with regard to the health of this population, which is still marginalized, as in different public politics of social inclusion.

### Contribution

All authors made substantial contributions to the conception and design of this study, as well as to the analysis, interpretation of data, review and approval of the final version submitted to the journal.

### References

- Abreu, F. S. D., Silva, D. N. H., & Zuchiwschi, J. (2015). Surdos e homossexuais: a (des) coberta de trajetórias silenciadas. *Trends in Psychology*, 23(3), 607-620.
- Alexandre, M. E., Lima, E. D., & Galvão, L. D. S. (2014). Homossexualidade e a psicologia: Revisitando a produção científica nacional. *Revista brasileira de Psicologia*, 1(2), 132-147.
- Alvares, J. P. (2017). A garota dinamarquesa: Lili Elbe. *Ide*, 40(64), 185-197.
- Alves, A. M. (2010). Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. *Horizontes Antropológicos*, 16, 213-233.
- Alves, L. dos S., & Menandro, P. R. M. (2017). Percepção de preconceito em indivíduos de meia idade e idosos homossexuais nos contextos de família, trabalho e amizades. *Barbarói*, 0(49), 190–213. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.7921>
- Antunes, M. C., & Paiva, V. S. F. (2013). Territórios do desejo e vulnerabilidade ao hiv entre homens que fazem sexo com homens: Desafios para a prevenção. *Trends in Psychology*, 21(3), 1125–1143. <https://doi.org/10.9788/TP2013.3-EE17PT>
- Aragusuku, H. A., & Lopes, M. A. D. S. (2018). Políticas públicas y ciudadanía LGBT en Mato Grosso: una década de avances y retrocesos (2007-2017). *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (29), 147-171.

- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF*, 17, 437-446.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Trends in Psychology*, 21(2), 513-518.
- Campos, L. S., & Guerra, V. M. (2016). O ajustamento familiar: associações entre o apoio social familiar e o bem-estar de homossexuais. *Psicologia Revista*, 25(1), 33-57.
- Carrara, S. (2016). A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu* (47). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp.
- Ceccarelli, P. R. (2007). Nuevas configuraciones familiares: mitos y verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89-102.
- Cerqueira-Santos, E., Carvalho, C. A. D. S. G., Nunes, L. M., & Silveira, A. P. (2016). Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Trends in Psychology*, 25(2), 691-702.
- Cezario, A. C. F., Fonseca, D. S., do Carmo Lopes, N., & Lourenço, L. M. (2015). Violência entre parceiros íntimos: uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. *Trends in Psychology*, 23(3), 565-575.
- Cláudia, A. (2015). Institucionalização e descentralização do movimento LGBT no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 563-585.
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Manual de produção científica. In S. H. Koller, M. C. P. P., Couto & J. V. Hohendorff, *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Penso.
- Costa, A. B., Catelan, R. F., Araujo, C. L. D., Silva, J. P. D., Koller, S. H., & Nardi, H. C. (2017). Efeito de configuração no apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo em universitários brasileiros. *Psico*. Porto Alegre. Vol. 48, n. 2 (2017), p. 99-108.
- Costa, G. G. (2016). Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*.
- Couto, R. H., & Lage, T. dos S. (2018). Homossexualidade e perversão no campo da psicanálise. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 39(1), 35-52. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n1p35>

- Cruxên, O. S. (2018). A homofobia no campo psicanalítico. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 14(1).
- Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista Epos*, 4(2), 00-00.
- Cunha, R. B. B., & Gomes, R. (2014). Os jovens homossexuais masculinos e sua saúde: uma revisão sistemática. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 19, 57-70.
- Costa, C. B., Machado, M. R., & Wagner, M. F. (2015). Percepções do homossexual masculino: Sociedade, família e amizades. *Trends in Psychology*, 23(3), 777-788.
- Nascimento, M. A. N., & Santos, T. C. (2009). Existem consumidores de turismo LGBT na região norte do Paraná? Quem são e o que consomem? *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 12-12.
- Elias, V. D. A. (2007). O corpo além do corpo: os reflexos da (im) possibilidade. *Epistemossomática*, 4(1), 119-136.
- Feitosa, C. (2019). Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (32), 90-118.
- Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 351–368. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200012>
- Fernandes, J., Barroso, K., Assis, A., & Pocahy, F. (2015). Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma revisão sistemática da literatura. *Clínica & Cultura*, 4(1), 14-28.
- Ferreira, M. R. F., & Grecco, J. E. (2017). Sobre a hipótese homossexual em Frida Kahlo— uma leitura psicanalítica a partir do caso Dora em Freud e Lacan. *Affectio Societatis*, 14(26), 165-187.
- Futino, R. S., & Martins, S. (2006). Adoção por homossexuais-uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159.
- Gama, M. C. B. (2019). ¿Cura gay? Debates parlamentarios sobre la (des) patologización de la homosexualidad. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (31), 4-27.

- Garcia, M. R. V. (2009). Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*, 20(4), 597-618.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018). Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 744–757. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>
- Green, J. N. (2019). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2nd ed). Unesp.
- Grossi, M. P. (2003). Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, 261-280.
- Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: Um exercício de construção de identidades. *Trends in Psychology*, 17(2), 553–567.
- Guimarães, C. D, Terto V, Parker, R. G. (1992). Homossexualidade, bissexualidade e HIV/AIDS no Brasil: uma bibliografia anotada das ciências sociais e afins. *Physis*. 1992; 2(1):151-183. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311992000100006>.
- Irigaray, H. A., & Freitas, M. E. (2013). Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. *Revista Psicologia Política*, 13(26), 75-92.
- Lima Silva, M. M., Frutuoso, J. F. F., Feijó, M. R., Valerio, N. I., & Chaves, U. H. (2015). Família e orientação sexual: Dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. *Trends in Psychology*, 23(3), 677-692.
- Lira, A. N. de, Moraes, N. A. de, & Boris, G. D. J. B. (2016). (In)Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: Entre Preconceitos e Superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20–33. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000152014>
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (Re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350–359.
- Martins, E. D. S. T., Leite, R. L., Porto, T. D. S., & Netto, O. F. L. (2014). Psicanálise e homossexualidade: da apropriação à desapropriação médico-moral. *Ide*, 36(57), 163-177.
- Mello, L. (2006). Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 14, 497-508.

- Mello, L., de Avelar, R. B., & Brito, W. (2014). Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. *Estudos Feministas*, 297-320.
- Menezes, A. B., & Carvalho Neto, M. B. de. (2015). Reflexões sobre a interinfluência entre ciência e política: O caso da homossexualidade. *Trends in Psychology*, 23(3), 621–634. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-08>
- Monteiro, L. F., Machado, P. S., & Nardi, H. C. (2011). Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo. *Revista Polis e Psique*, 1(3), 112.
- Mora, C. M., & Monteiro, S. (2013). Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 905-926.
- Moretti-Pires, R. O., Tesser Júnior, Z. C., & Kovalski, D. F. (2018). Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampião da Esquina” (1978-1981). *Revista Estudos Feministas*, 26(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n345989>
- Mosmann, C. P., Lomando, E., & Wagner, A. (2010). Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. *Barbaroi*, 135-152.
- Mota, M. M., Vargas, M. M., & Vasconcelos, T. T. (2016). Filiação Adotiva por Pares Homoafetivos: Um Estudo do Processo e Significados para Famílias Protagonistas. *Interação em Psicologia*, 19(2).
- Mott, L. (n.d.). Lula e os Homossexuais: uma década perdida para os homossexuais brasileiros. Retrieved in January, 18, 2020, from <https://luizmottblog.wordpress.com/lula-e-os-homossexuais/>
- Nascimento, G. C. M, Scorsolini-Comin, F, Fontaine, A. M. G. V, & Santos, M. A (2015). Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. *Trends in Psychology*, 23(3), 547-563. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-03>
- Natividade, M. T. (2017). Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. *Religião & Sociedade*, 37, 15-33.
- Nina, A. M. S., & Souza, C. A. S. (2012). De Kant a Mouffe: Desenvolvendo argumentos positivos acerca do reconhecimento de " famílias homoafetivas" pelo judiciário brasileiro. *Revista do NUFEN*, 4(1), 59-72.

- Noletto, R. D. S. (2016). O canto da laicidade: Daniela Mercury e o debate sobre casamento civil igualitário no Brasil. *Religião & Sociedade*, 36, 136-160.
- Oliveira, L. A. (2013). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola.
- Pacheco Filho, R. A. (2016). Ditadura e homossexualidades: discurso e sintoma. *Stylus* (Rio de Janeiro), (33), 201-214.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17, 31-40.
- Perucchi, J., & Corrêa, C. G. (2016). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22(46), 81-99.
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. D. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(1), 67-76.
- Pontes, M. F., Carneiro, T. F., & Magalhães, A. S. (2015). Famílias Homoparentais E Maternidade Biológica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 189-198. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p189>
- Rezende, A. T., Soares, A. K. S., Gouveia, V. V., Ribeiro, M. G. C., & Cavalcanti, T. M. (2019). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito frente à homoparentalidade. *Psico-USF*, 24, 97-108.
- Ribeiro, C. M., Mendes, L. R., do Couto, D. P., & de Azevedo, J. M. (2017). Homoparentalidade. *Estilos da Clínica*, 22(3), 522-539.
- Rios, R. R., & Santos, W. R. D. (2009). Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 325-344.
- Rodrigues, M. A., & Carmo, M. (2013). A configuração do significado de família para homossexuais: um estudo fenomenológico. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 19(1), 12-20.
- Rodriguez, B. C., Gomes, I. C., & Oliveira, D. P. D. (2017). Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 8(1), 135-150.

- Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Trends in Psychology*, 23(3), 751-762.
- Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. D. (2016). A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), 210-223.
- Sacco, A.M, Couto, M. C. P, & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Trends in Psychology*. 24(1), 233-250. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Sampaio, J. V., & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 290-300.
- Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2016). The L Word—Discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), 101-115.
- Santos, D. K. D. (2013). As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. *Revista Epos*, 4(1), 00-00.
- Santos, G. G. D. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (23), 58-96.
- Santos, J. V. D. O., Araújo, L. F. D., Cerqueira-Santos, E., & Negreiros, F. (2018). Conservadorismo, posicionamiento político y preconceito contra las parejas homosexuales. *Estudios de Psicología* (Natal), 23(1), 57-66.
- Sauret, M. J. (2003). A pesquisa clínica em psicanálise. *Psicologia USP*, 14(3), 89-104.
- Silva, L. B. da, & Aléssio, R. L. dos S. (2019a). Redes de ódio: A homofobia no Facebook. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 07–27. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43004>
- Silva, L. B. da, & Aléssio, R. L. dos. S. (2019b). Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 342-365.
- Sobral, H. S, Silva, M. L. V, & Fernandes, S. C. S. (2019). Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. *CES Psicología*, 12(3), 20-34. <https://dx.doi.org/10.21615/cesp.12.3.2>

- Teixeira Carlos, K. P., de Oliveira Santos, J. V., & Fernandes de Araújo, L. (2018). Representações sociais da velhice LGBT: Estudo comparativo entre universitários de Direito, Pedagogia e Psicologia. *Psicogente*, 21(40), 297-320.
- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia clínica*, 24(1), 137-163.
- Toledo, L. G., & Teixeira Filho, F. S. (2013). Homofobia familiar: Abrindo o armário “entre quatro paredes”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376–391.
- Trevisan, J. S (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. (4nd ed. rev. e ampl). Objetiva.
- Vitiritti, B., de Andrade, S. M. O., & de Carvalho Peres, J. E. (2016). Diversidade sexual e relações profissionais: concepções de médicos e enfermeiros. *Trends in Psychology* 24(4), 1389-1405.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades" impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes antropológicos*, 12(26), 123-147.

## **Artigo 2 - VEJA: Representações Sociais sobre LGBT**

### **Resumo**

Este artigo analisou as representações sociais sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros presentes nas matérias de uma revista semanal brasileira, a *Veja*. Os dados foram coletados em seu acervo digital, desde o seu surgimento, em setembro de 1968, até setembro de 2018, totalizando 50 anos. Foram analisados 3.494 textos de matérias, por meio do software IRAMUTEQ. Os resultados evidenciaram cinco classes de discursos. Nelas, é possível perceber a presença do discurso científico e religioso; a diversidade de vivências sexuais, principalmente de lésbicas e bissexuais; fala-se sobre as representações de LGBT na televisão; o tema dos direitos civis também aparece, principalmente sobre o casamento igualitário; por fim, a evidência de uma realidade não tão fácil que vivem travestis, quase sempre, vulneráveis à criminalidade e à marginalidade.

**Palavras-Chave:** LGBT, Representações Sociais, Gênero, Mídia

As discussões sobre gênero e sexualidade cresceram ao longo do tempo, possuindo diferentes focos de interesse (Fávero, 2010). Mesmo assim, a diversidade sexual e de gênero foi por muito tempo tratada como algo imoral e disfuncional, caso não cumprisse com a norma heterossexual. Apesar dos avanços nas garantias dos Direitos Civis e Humanos da população LGBT, os casos de discriminação e violência ainda se apresentam como um fenômeno em ascensão. Parece um tema muito discutido, mas de mais estudos e pesquisas.

É preciso pontuar que, as atuais conquistas foram fruto de um longo trabalho e, principalmente, de sofrimento por diferentes membros da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero (LGBT). Somente em 1973, a Associação

Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade da categoria das doenças mentais, posição seguida pela Organização Mundial da Saúde em 1999. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia (Brasil) emitiu a resolução 01/99, proibindo a realização de terapias de reversão sexual, deslegitimando assim uma visão patologizante e firmando seu compromisso ético-político de reconhecimento dessas identidades como expressões genuínas da diversidade humana. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a homofobia e a LGBTfobia como crime enquadrado na lei de racismo, garantindo direitos e a segurança de uma população que ainda hoje é marginalizada.

Os estudos sobre a pauta LGBT e as Representações Sociais (RS) apresentam-se com um campo em expansão para a Psicologia Social e as Ciências Humanas, já que ela passa por períodos de diferentes naturezas e seus leitores possuem uma intencionalidade que pode ser mais ou menos aparente na construção de universos consensuais a respeito do tema. Percorrido um longo caminho de lutas e sofrimento para que direitos civis fossem assegurados constitucionalmente, novas questões começam a surgir. Aspectos que outrora estavam sendo deixados de lado ou silenciados por aqueles que detêm o poder de comunicação começam a se fazer necessários na cena pública e na vida de outros sujeitos que constituem esse mesmo

movimento. Portanto, os canais midiáticos são facilitadores para análises de grupos sociais específicos que, por meio da comunicação, compartilham e realizam trocas que formulam as representações sendo uma via de interpretação da realidade. Logo, a mídia está presente nas relações sociais cumprindo um papel de legitimação, propagação e de caráter formativo da opinião pública. Ainda é importante frisar o seguinte apontamento de Adorno (1995, p. 188) “a imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares...” ou seja, tanto molda como é moldada pelo público.

Com a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA ou AIDS, na sigla em inglês e como ficou mais conhecida no Brasil), a mídia cumpriu um papel de alçapão para população LGBT que por muito tempo foi responsabilizada pela difusão da doença. Um episódio marcante dessa violência foi a capa da edição 1077 da revista *Veja*, em 1989, que trazia a imagem do cantor Cazuza com a manchete “Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública”. A capa e a matéria escancaram como a mídia tem um papel fundamental na constituição das representações a respeito de um grupo social minoritário.

Diante da necessidade de investigar como essas representações são apropriadas pelo senso comum é que em 1961, Serge Moscovici postulou a Teoria das Representações Sociais (TRS). Segundo ele, seriam teorias do senso comum que se originam nas teorias científicas, culturais, ideológicas, nas experiências e nas conversações interindividuais e intergrupais, sendo estas, um meio para que os indivíduos se orientem no contexto social e material por meio de um sistema de valores, noções e práticas. Nessa perspectiva, acabam se tornando referência para lidar com a realidade na dinâmica entre indivíduos, grupos e o social, sendo o conjunto de teses do senso comum que nos permitem interpretar a realidade (Jodelet, 2001).

Ainda em Moscovici (2009), são apresentados os processos que estão na gênese das RS: Ancoragem e Objetivação. O primeiro apresenta três funções: a atribuição de sentido da representação, quando se insere na rede de significados preexistente na nossa cultura; a

instrumentalização do conceito quando atribui um sentido ao que está sendo representado; e o processo de enraizamento, que seria a consolidação em nossos sistemas de crenças. Já a objetivação é a simplificação de uma ideia concreta e complexa, atuando em três fases distintas: na atribuição de juízos de valor sobre o representado; na formação de uma imagem padronizada sobre a representação; e a naturalização, quando o conhecimento compartilhado socialmente passa a ser algo material-real que se dá nas nossas relações sociais. (Bonomo, 2010; Santos, 2005).

Visando analisar o papel das relações intergrupais na construção dos conhecimentos compartilhados, Tajfel (1982) propõe articular os processos cognitivos e sociais que atravessam os indivíduos. Processos marcados pela identidade social, já que o sentimento de pertença e a consciência social do sujeito dão estabilidade para suas RS se efetivarem. Para ele, o contexto histórico e sua materialidade nas relações entre indivíduos, grupos e sistemas de crenças dão base para que a pluralidade de representações possa acontecer de forma concomitante sem que, por exemplo, estereótipos e ideologias pareçam incongruentes.

Doise (2002), por outro lado, abordou os metassistemas de regulação social que atuam sobre a cognição dos indivíduos em suas ações frente a realidade. Essa abordagem tensiona as relações intergrupais e os conflitos ideológicos e culturais evidenciando a hierarquia entre os grupos. Discutir como a população LGBT vem sendo tratada pela mídia e seus leitores pode demonstrar que as RS sobre esse grupo são múltiplas, porém o preconceito pode ser estável. Esse autor lembra que as representações são organizadoras das relações sociais e do processo de categorização social, já que servem como referências para interação entre os indivíduos dependendo de suas posições e crenças.

Diante dessa perspectiva, ao tratar a população LGBT e sua representação midiática é possível compreender como algumas imagens foram se (des)construindo ou se consolidando ao longo do tempo. Este trabalho pretende, portanto, analisar todas as matérias e menções sobre

LGBT publicadas pela revista *Veja* nesses 50 anos, evidenciando as principais representações sociais sobre essa população.

## **Método**

### **Procedimentos para coleta de dados**

Trata-se de uma pesquisa documental, de natureza exploratória e descritiva, na qual foram analisados 3.494 textos de matérias de uma revista de circulação nacional brasileira, a *Veja*, entre o período de 1968 e 2018 (50 anos). Todas as matérias encontradas no acervo digital da revista com os descritores: bissexuais, bissexual, bissexualidade, bissexualismo, gay, homofobia, homossexuais, homossexual, homossexualidade, homossexualismo, lesbianismo, lésbica, LGBT, LGBTfobia, transexuais, transexual, transexualidade, transexualismo, transgênero e travesti, constituíram o *corpus* de análise. A escolha desse período possui relação com a própria história do movimento LGBT brasileiro, pois corresponde ao surgimento da primeira onda do ativismo homossexual até os dias atuais (Green, 2019). Por isso, o interesse em escolher um veículo que acompanhou toda essa história.

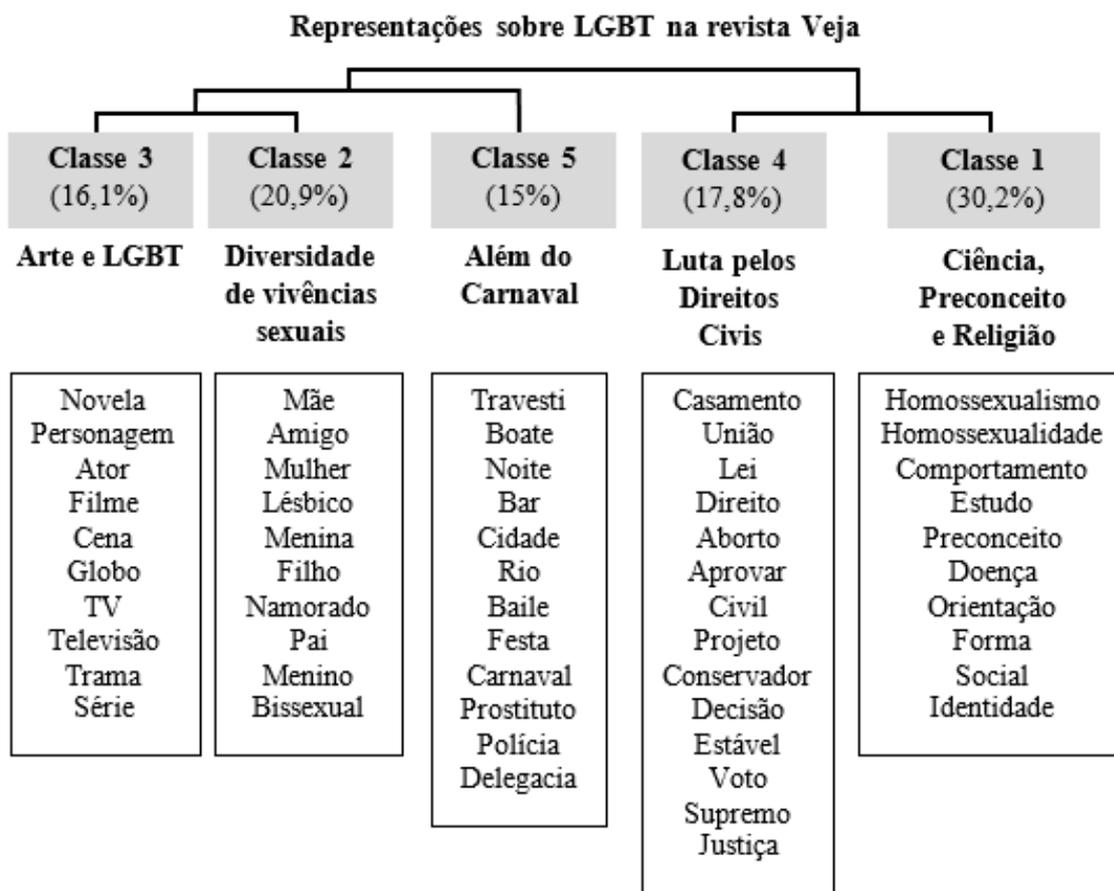
A *Veja* é uma revista que nasceu durante a Ditadura Militar no Brasil e sobreviveu às censuras do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Acompanhou o advento da internet reinventando-se, até hoje, com suas reportagens em diferentes plataformas digitais. Apresenta-se como defensora de três princípios inabaláveis: a democracia, a livre iniciativa e a justiça social. Scalzo (2003), no livro *Jornalismo de revista*, chama atenção ao fator confiabilidade que as revistas transmitem aos seus leitores. Segundo Soares (2019), os mitos de verdade, imparcialidade, neutralidade e objetividade que esses meios de comunicação procuram passar para seu leitor são capazes de produzir uma memória que estabilizam sentidos e imobilizam relações sobre aquilo que se diz.

### **Procedimentos de análise**

O *corpus* foi analisado pelo software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), por meio de uma análise lexicométrica e, com base em uma classificação estatística do texto, as palavras mais significativas foram evidenciadas, realizando uma classificação hierárquica descendente (CHD). Segundo Carmargo e Justo (2013), a CHD identifica os “mundos léxicos”, resultando na construção de sentidos e possibilitando a interpretação das palavras através dos seus contextos. Também é possível incluir variáveis categóricas para auxiliar na compreensão da relação entre as classes e as matérias selecionadas. Três foram incluídas: seção da revista, edição e ano.

### **Resultados e Discussão**

A análise inicial dos 3.494 das unidades de contextos iniciais resultou em 344.639 ocorrências e 17.685 palavras distintas. Após a redução dos vocabulários às suas raízes, foram encontradas 10.377 unidades de contexto elementar. A análise lexical resultou em cinco classes de conteúdo, classificados a partir de 9925 segmentos de texto, com aproveitamento de 95,64% do *corpus*. A Figura 1 apresenta o dendrograma gerado após análise do material e o texto que se segue é a discussão sobre as classes. É importante esclarecer que o IRAMUTEQ utiliza o teste qui-quadrado que revela a força associativa entre as palavras e a sua respectiva classe. Essa força associativa é analisada quando o teste for maior que 3,84, representando  $p < 0,0001$  (Lahlou, 2001). As matérias que exemplificam as classes, foram escolhidas com base nas unidades de contexto elementar geradas pelo programa.



Para fins de ilustração foram retidas no dendrograma as palavras com associação significativa ( $p < 0,001$ ) que melhor representassem cada classe.

### **Classe 1: Ciência, Preconceito e Religião**

A classe 1 é constituída por 2.996 segmentos de textos (30,19%) que, no geral, estão dispostos nas seções de Entrevista, Ciência, Sexo, Medicina e Religião. As palavras: homossexualismo, homossexualidade, comportamento, estudo, preconceito, doença, orientação, forma, social e identidade, são significativas nessa classe. Dois discursos, o científico e o religioso, se destacam e ancoram três importantes discussões sobre: (1) as causas e origens das homossexualidades, (2) o preconceito e (3) as justificativas e posicionamentos utilizados contra LGBT.

O discurso científico é considerado por muitos como verdadeiro, e, por isso, inquestionável (Silva & Aléssio, 2018). Segundo John e Eberle (2010), existe uma premissa de que a notícia dentro das revistas não é trabalhada com imediatismo, mas com aprofundamento, implicando em uma maior credibilidade a essa fonte de informação,

exercendo, inclusive, um papel importante na vida das pessoas e em suas relações. Para as autoras, a realidade que é retratada ganha um status de verdade e confiabilidade, contribuindo para a construção de diferentes representações e práticas.

A respeito da discussão sobre as causas e origens da homossexualidade, dois pontos merecem destaque: o primeiro é que esse assunto foi por muito tempo o interesse de diversos estudos científicos e, o segundo, é que as homossexualidades sempre estiveram presentes na sociedade. Sendo assim, era de interesse também da mídia estar cobrindo as principais informações e descobertas sobre o tema. Desde o seu surgimento, em 1968, e nas edições posteriores, a revista *Veja* publicou matérias sobre as diferentes explicações que surgiam sobre o tema, como mostram os exemplos:

Que é homossexual? De acordo com os diagnósticos oficiais da psiquiatria mundial, homossexualidade é um desvio sexual, quase sempre associado ao sadismo, masoquismo e fetichismo. Nos últimos anos, porém, um número cada vez maior de psiquiatras americanos, principalmente, começa a levar a sério a ideia de que a homossexual não é, em si, uma doença, mas sim um outro estilo de vida, como insistem os ativistas do *Gay Power* ... O homossexualismo, disse Socarides, é consequência de uma falha de identidade sexual na infância, devida a uma constelação patológica familiar que inclui a mãe dominadora (*Medicina*, ed. 246, ano 1973)

*Genes Indecisos*. Um estudo sobre as causas do homossexualismo seria de ordem genética as causas do homossexualismo? ou, ao contrário, as circunstâncias ambientais é que determinariam esse comportamento sexual? sem a pretensão de responder cabalmente a tais perguntas, Michael Ruse, professor de filosofia da biologia da Universidade de Guelph, no Canadá, acaba de lançar algumas luzes sobre a velha discussão ... chegou à conclusão de que o homossexualismo não é

determinado pelos genes em termos absolutos, mas não é o caso de se excluir a hipótese de uma base genética. (Ciência, ed. 554, ano 1979)

As diferentes explicações publicadas pela *Veja* ao longo dos anos podem ser encontradas, de forma sintetizada, no estudo pioneiro da Psicologia Social brasileira, de Lacerda et al. (2002), no qual os autores propuseram que as explicações sobre as origens da homossexualidade que circulam no conhecimento do senso comum podem ser classificadas em cinco modelos, a saber: biológicas, ético-moral, religiosas, psicológicas e psicossociais. Silva e Aléssio (2018), por outro lado, em um estudo sobre homofobia no Facebook, evidenciaram um novo tipo de classificação utilizado para ancorar posicionamentos contrários a qualquer temática LGBT. A explicação bio-religiosa, um amálgama entre dois saberes distintos cujo objetivo é, através de um discurso científico, garantir credibilidade na arena pública.

O léxico “números” merece ser enfatizado, visto que aparece com a função de enaltecer ou engradecer determinadas notícias, seja evidenciando a grandeza da amostragem populacional ou determinando a fidedignidade e êxito de um estudo. Tem força estatística, reforçando a importância de determinada informação, por exemplo:

Minoria é mais Minoria. Novos estudos reavaliam para baixo os números do relatório Kinsey, que estimava em 10% a população homossexual nos Estados Unidos ... Clinton assim como todos os defensores dos direitos dos gays, sempre contou com um número de peso: 10% da população americana é formada por homossexuais, o que equivale a 25 milhões de cidadãos e outros tantos votos. Dada como certa, essa porcentagem é baseada no relatório de Alfred Kinsey, o biólogo que entre 1938 e 1947 vasculhou a sexualidade de 12.000 homens americanos ... Em 1980, o congresso americano aprovou a realização de duas pesquisas, mas os conservadores que resistem à entrada de gays nas forças armadas vetaram o

projeto, com o argumento de que ele legitimaria o homossexualismo. (Comportamento, ed. 1276, ano 1993)

A ciência não é neutra como muitos tentam fazer crer. Mas é também política, podendo, até mesmo, ser utilizada em favorecimento de causas próprias. Não se trata de duvidar dos estudos e pesquisas científicas realizados, com rigor, em diferentes universidades e centros de pesquisa ao redor do mundo. Mas, levantar questionamentos de como e de que forma esse conhecimento tem sido utilizado, pois o maior problema é quando se utiliza de determinados discursos, para discriminar e reforçar preconceitos. Posto isso, é que o segundo tema que merece destaque nessa classe se insere, o preconceito.

Bastante estudado na psicologia, o preconceito é enfatizado nas matérias da revista de diferentes maneiras, seja para falar da dificuldade sofrida por LGBT para se aceitarem e se assumirem publicamente, evidenciando as diferentes formas de agressões sofridas, ou como tema que precisa ser falado e combatido. Afinal, por causa dele muitas pessoas são discriminadas e morrem todos os anos. Os relatórios apresentados pelo Grupo Gay da Bahia, por exemplo, anualmente mostram a quantidade de LGBT que morrem por causa da homofobia. Tanta importância desse trabalho é que figuras como a de um dos seus fundadores, Luiz Mott, merecem ser destacadas, inclusive, foi entrevistado pela revista.

Abaixo, trechos da entrevista:

Os grupos de homossexuais existem exatamente para estimular gays e lésbicas a se assumir ... Eles precisam de modelos positivos para assumir a própria homossexualidade ... Homossexuais enrustidos que ocupam destaque na mídia poderiam ter um papel importantíssimo para diminuir a discriminação e acabar com a violência que, nos últimos quinze anos, matou no Brasil mais de 1500 gays, lésbicas e travestis, vítimas de crimes homofóbicos, todos catalogados em dossiê pelo grupo gay da Bahia ... O país é contraditório. Elege a transexual Roberta Close modelo de

beleza da mulher brasileira, aplaude os travestis no carnaval, comenta abertamente a homossexualidade dos artistas, vê com naturalidade as fotos de presidentes sendo beijados por travestis, mas, predominantemente, os meios de comunicação mostram os homossexuais como caricatos ou marginais. (Entrevista, ed. 1394, ano 1995)

Assim como Mott, a psicóloga e professora Ana Bock, figura também importante no combate ao preconceito, teve a oportunidade de ser entrevistada pela Veja, e os trechos da matéria seguem abaixo:

Ana Bock é autora da resolução que proíbe os psicólogos brasileiros de tratar a homossexualidade como doença ... A homossexualidade fazia parte da Classificação Internacional de Doenças. Isso foi mudado há cerca de dez anos e hoje há um consenso internacional de que a homossexualidade não é doença ... Temos de quebrar de vez a história de contribuir com discriminações, o que infelizmente aconteceu por muitos anos. Portanto, cada vez que tivermos de nos pronunciar sobre a homossexualidade, nos jornais, televisão e outros meios de comunicação, temos de agir nesse sentido e não no de reforçar o preconceito ... Em geral, os psicólogos que tratam a homossexualidade como doença estão ligados a grupos religiosos ... Ele pode ter sua convicção moral e religiosa, mas é um cientista ... Seu papel é reduzir sofrimentos psicológicos e contribuir para que as pessoas possam se fortalecer para enfrentar suas dificuldades, seus conflitos e seu cotidiano ... A sociedade perde a oportunidade de melhorar, pois ela só avança à medida que enfrenta, debate e resolve os problemas. (Entrevista, ed. 1645, ano 2000)

Evidenciar o pioneirismo e a contribuição de pessoas como Luiz Mott e Ana Bock na luta contra o preconceito é de suma importância, principalmente diante de um movimento que acredita na “cura do homossexualismo”, prática comum entre psicólogos ligados a grupos

religiosos. Posto isso, a terceira discussão mais importante dessa classe, que são as justificações ancoradas em um discurso religioso e pseudocientífico, como os utilizados pela psicóloga e missionária Rozangela Justino, censurada publicamente pelo Conselho Federal de Psicologia por estar oferecendo tratamentos de cura para as homossexualidades. Dada a repercussão do caso, também foi entrevistada pela revista para expor sua posição, como se vê:

Homossexuais podem mudar ... Existe a orientação sexual egodistônica, que é aquela em que a preferência sexual da pessoa não está em sintonia com o eu dela. Essa pessoa queria que fosse diferente, e a OMS diz que ela pode procurar tratamento para alterar sua preferência. A OMS diz que homossexualidade pode ser um transtorno, e eu acredito nisso ... Normalmente, as pessoas que me procuram para alterar a orientação sexual homossexual são aquelas que estão insatisfeitas. Muitas, depois de uma relação homossexual, sentem-se mal consigo mesmas. Elas podem até sentir alguma forma de prazer no ato sexual, mas depois ficam incomodadas ... além disso, transtornos sexuais nunca vêm de forma isolada. Muitas pessoas que têm sofrimento sexual também têm um transtorno obsessivo compulsivo ou um transtorno de preferência sexual, como o sadomasoquismo ... A própria pedofilia, o exibicionismo, o voyeurismo podem vir atrelados ao homossexualismo ... O que eu acho cruel é ser uma profissional que quer ajudar e ser amordaçada ... O ativismo pró-homossexualismo está diretamente ligado ao nazismo. Escrevi um artigo em que mostro que os dois movimentos têm coisas em comum ... Quanto mais práticas de liberação sexual, mais doenças sexualmente transmissíveis e mais gente morrendo. Essas políticas públicas todas acabam contribuindo para o extermínio da população. Essas pessoas que estão homossexuais estão ligadas a todo um poder nazista de controle mundial. (Entrevista, ed. 2125, ano 2009)

O discurso da psicóloga é o mesmo que alguns líderes religiosos utilizam. Menezes e Carvalho Neto (2015), ao estudar a interinfluência entre ciência e política, apresentam o caso do Pastor Silas Malafaia, que para justificar seu posicionamento contrário a concessão de direitos civis para LGBT, argumenta que por não ser uma determinação genética, mas uma escolha pessoal, tais direitos não deveriam ser garantidos, pois seriam privilégios. Com base em um discurso “supostamente” científico, o pastor sustenta sua posição homofóbica e, assim como ele, outras pessoas e grupos o fazem, tentando negar direitos que são básicos.

#### **Classe 4 – Luta pelos Direitos Civis**

Constituída por 1.767 segmentos de texto (17,8%), a classe 4 apresenta as seguintes palavras significativas: casamento, união, lei, direito, aborto, aprovar, civil, projeto, conservador, decisão, estável, voto, supremo e justiça. É um vocabulário que remete ao Direito, em sua definição mais ampla, com assuntos ligados ao mundo das leis e normas; das instituições do Estado e suas ações; além do que se pode chamar de garantias individuais. As seções que merecem destaque são: Internacional, Guia, Datas, Artigo e Sobe Desce. (1) O casamento igualitário é o assunto que merece destaque.

A seção Internacional é a mais significativas, o que explica a quantidade de notícias internacionais em sua composição. Desde 1970, a discussão sobre o casamento igualitário em outros países já era notícia, como se vê no seguinte exemplo: “Na Suécia e na Holanda, pastores, padres, bispos e parlamentares admitem o casamento entre homossexuais, não negam a benção eclesiástica e o reconhecimento jurídico do vínculo entre duas pessoas do mesmo sexo.” (Entrevista, ed. 112, ano 1970). Além desse, seguem outros exemplos:

A justiça argentina decidiu que uniões homossexuais em Buenos Aires devem ter todos os direitos civis dos casamentos heterossexuais. Há algum tempo, o parlamento europeu aprovou a resolução recomendando aos países da união europeia que

reconheçam e estabeleçam garantias legais para as famílias formadas por homossexuais. (Especial, ed. 1808, ano. 2003)

Os juízes da suprema corte analisam a constitucionalidade do casamento gay e deixam no ar a impressão de que talvez esse seja um avanço para o qual os EUA ainda não estão preparados. Nenhuma proposta ganha mais apoio na sociedade americana do que o casamento gay. Desde 2004, a ideia de permitir o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo não passava um ano sem atrair mais defensores até que, em algum momento no final de 2010, se deu uma virada: o casamento gay passou a ter apoio da maioria da opinião pública dos Estados Unidos. (Internacional, ed. 2315, ano 2013)

Os Estados Unidos são ponto de partida para esse e outros assuntos. Cabe lembrar que, foi em Nova York, em 1969, um ano após a criação da revista *Veja*, que acontecia a principal manifestação em defesa dos direitos da população LGBT, a rebelião de Stonewall, um movimento encabeçado por homossexuais e, principalmente, por travestis e mulheres transsexuais que estavam cansadas da opressão policial (Quinalha, 2017). Segue menção:

Os clientes foram presos. Naquele dia, porém recusaram a cumprir as ordens dos policiais. No lugar de passivamente se deixarem levar, os clientes do Stonewall se transformaram em heroicos gladiadores lutando contra leões famintos. E resistiram bravamente, atirando garrafas e tijolos contra os guardas, até que uma tropa de choque, armada de longos cassetetes e granadas de gás lacrimogênio, sufocasse a rebelião. Poucas semanas depois, os revoltosos do Stonewall, já refeitos e pensados, resolveram se reunir numa associação oficial, a primeira do país: a frente de libertação homossexual. (Comportamento, ed. 158, ano 1971)

Outro ponto significativo, e que também envolve os Estados Unidos, é a reeleição a presidência de George W. Bush, do partido republicano, alinhado com valores conservadores, nos quais temas como casamento igualitário, direito ao aborto e pesquisa com células troncos entram em consonância com as crenças religiosas, especificamente as cristãs, servindo como reguladores de votos, segue exemplo:

De onde saíram 3,5 milhões de votos de vantagem que deram um novo mandato a George W. Bush? A explicação de primeira hora foi que a extrema direita religiosa tinha desequilibrado a disputa ao conclamar suas hostes para uma guerra santa contra o casamento gay e o direito ao aborto ... Como a plataforma eleitoral de Bush incluía proibir a união civil entre pessoas do mesmo sexo, seria natural esperar que os homossexuais votassem em massa na oposição. Não foi o que ocorreu. O republicano recebeu 23% do voto gay, uma queda de apenas 2 pontos percentuais em relação a 2000. A migração de votos dos hispânicos e das mulheres para Bush é um fenômeno sem ligação visível com a campanha dos republicanos contra o casamento gay ou o direito ao aborto antes das eleições, o presidente americano chegou a cortejar os evangélicos com a promessa de uma emenda constitucional tornando ilegal o casamento gay. (Internacional, ed. 1880, ano 2004)

No Brasil, os direitos adquiridos pela população LGBT tardaram a ser conquistados, o que explica a quantidade de notícias internacionais nesta classe. Além disso, não existem leis que assegurem esses direitos, sendo assegurados apenas por meio de jurisprudência. Somente em 2011, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconhece as uniões heterossexuais e homossexuais como equivalentes e apenas em 2013 o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que obriga cartórios a realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Os partidos conservadores, além de serem contra qualquer agenda progressista e associa-las a uma agenda gay, ainda trabalham, incansavelmente para que direitos básicos já conquistados sejam retirados. Entender que tais posicionamentos regulam a vida de LGBT e influenciam as relações cotidianas no que diz respeito, principalmente ao preconceito e discriminação é de extrema necessidade. Afinal, é preciso combater todo e qualquer discurso que gere dor, sofrimento e prive direitos básicos de LGBT.

### **Classe 2 – Diversidade de vivências sexuais**

Formada por 2.074 segmentos de textos (20,9%), nos quais, as seções mais significativas são Veja Essa, Esporte, Gente, Entrevista e Família, a classe 2 constitui-se dos seguintes léxicos: mãe, amigo, mulher, lésbico, menina, filho, namorado, pai, menino e bissexual. Três discussões se destacam: (1) as representações sociais da Mulher; (2) lesbianidade e; (3) bissexualidade.

O campo lexical dessa classe remete, principalmente, às RS da mulher. Galdós et al. (2007), em um artigo sobre os arquétipos femininos e iconografia, fazem uma explanação sobre o que representa a figura da mulher. Para os autores, citando de Moscovici, Jung e Simone de Beauvoir, o que se tem construído socialmente sobre o que é ser mulher, varia, por exemplo, entre a figura de Eva, com aspectos sedutores e negativos, responsável pela degradação do homem, até a Virgem Maria, a mãe de Jesus Cristo, uma figura de proteção.

A RS da mulher enquanto mãe, foi a mais significativa e, apesar de socialmente seu papel está relacionado com a figura de proteção e cuidado, aqui, em sua maioria, aparece na contramão. É uma figura ausente e que não aceita a sexualidade dos filhos. “A mãe não escuta; o filho morre, a mãe não vem” (Brasil, ed. 39, ano 1969). É aquela que “vai visitar na cadeia o criminoso todos os domingos, porque ama seu filho e não se importa que ele seja um assassino.

Com o outro filho, que é gay, ela não quer nem falar” (Entrevista, ed. 2237, ano 2011). Na entrevista de Bruno Chateaubriand, jornalista, apresentador, empresário, e ex-ginasta

brasileiro, é possível perceber a relação entre a representação de mãe e os outros léxicos que compõem a classe:

Tentou negar a própria homossexualidade quando criança, por achar que gays eram coisas de circo. Concluiu que seria impossível. Desistiu de namorar meninas ... Quando eu chegava em casa, contava para a minha mãe que os meninos me xingavam, mas não tinha coragem de dizer do quê. Ela falava: dá um tapa neles ... Minha mãe se utilizava daquele artifício clássico de fingir que não vê que o filho é gay. Um dia, no meio de uma briga boba, ela soltou: você está muito diferente ... Eu, que já não aguentava mais aquela situação, disse: por que diferente? porque eu estou namorando um homem? Ela disse que sim, e eu respondi: então, mamãe, acho que a senhora é que está com um problema ... Meu pai, de família austríaca, é o único que até hoje não me aceita. Dia desses ele me escreveu uma carta horrível. (Entrevista, ed. 2045, ano 2008)

Nesse sentido, surge a segunda discussão sobre lesbianidades, afinal, é possível ser mãe e lésbica. O exemplo a seguir apresenta elementos importantes relacionados ao tema:

Ela e ela, não! Lesbianismo é tabu até no festival de temas polêmicos das novelas das 8 ... Nas pesquisas realizadas pela Globo, os telespectadores identificaram diversos problemas em torre de babel, como violência desmedida e atores com um passado de personagens bonzinhos vivendo desajustados. Mas o único assunto que obteve rejeição unânime dos entrevistados foi a união homossexual ... No caso das lésbicas, a discriminação é ainda mais pesada. Para o público, o universo íntimo de duas mulheres é mais ameaçador do que o do gay masculino ... Vivemos numa espécie de complô de silêncio, de anonimato. Essa invisibilidade nos protege das fofocas, das brincadeiras de mau gosto, afirma Mônica ... A vontade da mulher homossexual de

preservar sua vida pessoal tem outro aliado além do silêncio: o visual. Ouço sempre que sou bem feminina, muito sensual ... O estereótipo da mulher machona caiu por água abaixo. Muitas lésbicas querem ser mães. (Comportamento, ed. 264, ano 1973)

Mulheres lésbicas sofrem preconceito sexual e de gênero. Suas vivências são perpassadas por estigmas e estereótipos ligados às masculinidades. Suas experiências não são consideradas, levando-as a invisibilidade. Carvalho et al. (2013), ao analisarem documentos científicos e políticas de saúde direcionados para mulheres lésbicas, evidenciou esse apagamento e sujeição. Quando não são silenciadas, aparecem associadas ao masculino, “a mulher macho” a “caminhoneira”.

Por fim, mas não menos importante, o debate sobre bissexualidade ganha notoriedade na mídia. Começou por volta dos anos 1970, enquanto se vivia um momento de liberdade sexual. Em sua maioria está relacionado ao meio artístico, como no caso da atriz Angelina Jolie que “já confessou que namorou mulheres na adolescência e interpretou um modelo bissexual no telefilme Gia” (Especial, ed. 1936, ano 2005). Ganha ainda mais destaque no meio musical, como na declaração de Alice Cooper que “se define: sou bissexual e transo sério no estilo” (Show, ed. 276, ano. 1973) ou da cantora brasileira Ana Carolina, que se assumiu bissexual publicamente na edição 1936 de 2005, sendo reportagem de capa.

A bissexualidade também aparece como sendo uma orientação sexual utilizada para não se admitir, por exemplo, que um heterossexual poderia ser contaminado com o vírus da AIDS. Grosso modo, por ser considerada uma doença de homossexuais, era preciso explicar de alguma maneira como homens heterossexuais estavam se contaminando. Os trechos a seguir mostram isso:

No imaginário coletivo sobre a doença, se estabeleceu que o ativo corre menos risco do que o passivo, diz Parker. Essas identidades distintas para o ativo e o passivo tornam as noções de homossexual e de bissexual totalmente difusas no Brasil,

historicamente, se formou aqui uma cultura de comportamentos homossexuais. (Comportamento, ed. 1216, ano 1992)

A descoberta principal de Fumento é de que quase todos os casos registrados nos Estados Unidos como de heterossexuais envolvem na verdade bissexuais drogados. No Brasil, o infectologista Davi Uip chegou à mesma conclusão, a maior parte dos homens que dizem ter pegado a AIDS por via sexual e se declarar heterossexuais é na verdade bissexual, diz ele. A mulher é o alvo do marido que pula a cerca, que usa drogas ou é bissexual ... Uip: Podem até dizer que é preconceito. Mas o comportamento do bissexual é socialmente intolerável. Se o homem, meu paciente, não conta para a mulher que é bissexual e está com AIDS, eu mesmo conto isso para ela. Se eu sei que alguém pode ser contaminado, é minha obrigação avisar. (Comportamento, ed. 1302, ano 1993)

A heterossexualidade foi, ao longo dos anos, protegida de qualquer menção contrária ao que seria normal e aceitável, como visto nos exemplos anteriores e, qualquer comportamento desviante, como o de heterossexuais que se contaminavam com o “vírus gay”, já o retirava desse posto de heterossexual. Entretanto, não os coloca no grupo dos homossexuais, já que é uma identidade subalterna. Além disso, alguns homens, por ocuparem o lugar de ativo numa relação, não se consideram gays.

As RS sobre LGBT são construídas nas relações sociais e, principalmente, pela mídia que vende a imagem dos “homossexuais e os bissexuais, grupos mais comumente implicados no mal, [e que] precisam imperiosamente ajudar, mudando seus comportamentos. É forçoso que, por exemplo, abandonem a promiscuidade e sistematicamente se sirvam de preservativos” (Entrevista, ed. 955, ano 1986). Promíscuos, de comportamento anormal e sujeitos sem moral, continuam sendo formas de ancorar os posicionamentos sobre LGBT.

Uma representação diferente surge, apenas quando uma mulher se define bissexual, mas segundo uma lógica machista. Pois, “o código social aceita a mulher que transa mulheres enquanto ela também transar com homens ... Talvez porque mulheres, gays e lésbicas sejam de alguma forma marginalizados, oprimidos”. (Especial, ed. 1351a, ano 1994)

### **Classe 3 - Arte e LGBT**

A classe 3 versa sobre o universo artístico e é formada por 1.595 segmentos de texto (16,07%). Televisão, Cinema, Música, Show Biz e Teatro, são as seções mais significativas, junto com as palavras: novela, personagem, ator, filme, cena, globo, TV, televisão, trama e série. Sua discussão é sobre as formas com que LGBT são representados pela mídia, principalmente, pela televisão.

Até hoje, mesmo com o advento das redes sociais, um dos principais veículos de comunicação de massa, o televisivo, está presente na vida e na casa de milhões de pessoas, independente da classe social. A novela, um dos principais produtos culturais brasileiros exportados para diferentes países, são consideradas, inclusive, como sendo as melhores do mundo. Seu impacto na sociedade até é capaz de moldar diferentes práticas sociais. Um produto ou marca exibidos, pode virar objeto de desejo para milhares de pessoas em instantes (Mercuri et al., 2011).

Os exemplos a seguir mostram a representação existente de LGBT na mídia:

A batalha do biquinho ... um tipo caricato pode ser o trunfo salvador em uma novela. Mas, provam os gays de império, não é tudo ... Quando uma novela sofre ajustes em pleno voo, personagens caricatos costumam ser a janela de oportunidade capaz de dar projeção a um ator. Silva é especialista em criar tais tipos, vide o mordomo Crô de Marcello Serrado em fina estampa ... Em tese, os gays dramáticos, sem trocadilho ... ficam em desvantagem por não dispor da muleta do humor. (Televisão, ed. 2405, ano 2014)

É hora de alegria ... A nova safra de homens femininos das novelas aposenta a militância gay, e recoloca o humor em primeiro plano ... Crô é aquele tipo de homossexual que tem devoção louca por uma mulher, diz o roteirista Aguiinaldo Silva ... A escalção de atores com imagem de machão, como o próprio Serrado, para personificar tipos delicados é uma tendência que se verificava na faixa das 7 horas ... (Televisão, ed. 2232, ano 2011)

Essa classe evidencia a associação entre humor e LGBT. Os homossexuais, por exemplo, estão sempre ligados a figuras alegres e divertidas, quase que alegóricas. São representações que só reforçam a diferenciação entre o eu e o outro, um outro estranho, espalhafatoso, que não é como eu. Uma figura que foge à normalidade.

### **Classe 5 - Além do Carnaval**

A classe 5 é formada por 1.493 segmentos de texto (15,04%) e composta a partir das seguintes palavras: travesti, boate, noite, bar, cidade, Rio, baile, festa, carnaval, prostituto, polícia e delegacia. Essas, em sua maioria, encontradas nas seguintes seções: Polícia, Brasil, Crime, Cidades e Turismo. O vocábulo mais significativo é travesti, sendo, inclusive, o único momento em que se sobressaem. Essas, são representadas de duas maneiras: (1) a primeira, grosso modo, como sendo aquelas que alegrem as festas e servem para descontrair ambientes e; (2) a segunda, talvez a mais expressiva, relacionada a violência, a agressão e a condição de subalternidade.

Os exemplos a seguir sintetizam a classe:

Morte no túnel ... Romance com travesti acaba em tiros e morte ... O cumprimento na vida real de uma velha máxima da ficção policial permitiu que a polícia carioca descobrisse rapidamente no domingo dia 2 o assassinato de um travesti cujo corpo

fora encontrado na entrada do túnel Raul Pompéia, em Copacabana ... O travesti Claudiney Marques Muniz, 23 anos, aceitara a proposta de um cliente retardatário que, do interior de um Volkswagen branco, lhe acenara com um programa lucrativo ... Pensei que era uma mulher e descobri um travesti. Então atirei, disse Montenegro ... Atirei para me defender, afirmou no dia seguinte, alegando que o travesti, conhecido nos pontos de prostituição do Rio como Cláudia, queria lhe roubar o relógio. (Polícia, ed. 910, ano 1986)

A terceira é a mais explosiva, envolve o deputado com um travesti, Leopardo, que frequenta a galeria Alaska, em Copacabana, um reduto de prostitutas e homossexuais, e ainda cita supostos cheques sem fundos com sua assinatura ... No Rio, como em outras cidades, há pontos gays ao ar livre. O trecho da praia em frente à rua Farne de Amoedo, em Ipanema, é frequentado por gays mais requintados, enquanto os travestis, se concentram em frente ao hotel Copacabana Palace. (Brasil, ed. 1036, ano 1988)

O nome da classe é em referência ao livro, *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, de James Green (2019). No livro, o autor mostra que, por trás da alegria e descontração carnavalesca que eram vendidas para dentro e fora do país, o que existia, entre outros, era uma ocultação de preconceitos. Green (2019) analisa a homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo discorrendo sobre temas como, controle social e espaços públicos. Em um momento, cabe salientar, que o país vivia uma Ditadura militar. A classe 5 mostra um mundo para além do carnaval, para além da felicidade. A violência é, talvez, o assunto mais significativo e quando não se fala de roubos praticados a clientes, lê-se notícias sobre mortes e a relação entre prostituição e pobreza. Ademais, as notícias evidenciam a

segregação existente nos espaços urbanos e o lugar marginalizado que sempre ocupam.

### **Considerações Finais**

Este trabalho mostra como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros foram representados pela revista *Veja* ao longo dos últimos 50 anos. No começo, com a igreja católica, em seguida, com a ascensão da igreja evangélica, toda pauta ligada a população LGBT passou a ser questionada e discutida com base em um discurso religioso. É uma oposição formada por meio, sobretudo, de líderes conservadores e figuras religiosas, cujos posicionamentos estão ancorados, segundo eles, na Bíblia, mas que se une, como dito anteriormente, a uma lógica científica. Eis que a Biologia se une, como um amálgama, ao discurso desses que se opõem a qualquer benefício para a população LGBT. É importante lembrar que, até nos espaços públicos, o simbolismo cristão é presente, assim como na cédula de dinheiro, ou seja, a religião não é apenas uma escolha pessoal, mas algo que está presente na esfera pública e privada de qualquer pessoa.

A classe ligada aos direitos, por exemplo, está mais presente em seções internacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que no Brasil, sequer existem leis específicas para essa população, sendo as principais conquistas asseguradas por meio da jurisprudência. Por isso, não é de se estranhar o fato de tantas notícias serem de seções com matérias internacionais. Além disso, é importante salientar que as representações sociais sobre travestis estão, em sua maioria, relacionadas às páginas de crime e violência. A ligação entre travestis, baixa renda e, principalmente, a população negra é muito forte. Trata-se de uma relação que perdura até hoje. É importante que os novos estudos façam um recorte não só de gênero, mas de classe e raça.

Por fim, mas não menos importante, essa pesquisa possui seus limites. Alguns grupos não foram incluídos, como Queers, Intersexuais, Assexuais e Mais, o motivo é justamente pelo fato de serem siglas adicionadas recentemente, ou seja, como a busca começou a ser

feita em 1968, essas siglas, sequer, aparecem noticiadas. Deixa-se aqui, a possibilidade de que estudos sobre as representações sociais de cada grupo específico sejam feitas. Na verdade, é um trabalho urgente e necessário. Talvez, com isso, políticas públicas e, principalmente, novas estratégias de enfrentamento do preconceito possam ser pensadas e colocadas em prática.

## Referências

Adorno, S. (1995). Violência, ficção e realidade. In Mauro Souza (Org.), *Sujeito: o lado oculto do receptor* (pp. 181-188). Brasiliense.

Bonomo, M. (2010). Identidade Social e Representações Sociais de Rural e Cidade em um Contexto Rural Comunitário: Campo de Antinomias. Tese de Doutorado Universidade Federal do Espírito Santo.

Camargo, B. V & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513–518.

<https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

Carvalho, S. S, Calderaro, F. & Souza, S. J. (2013). O dispositivo "saúde de mulheres lésbicas": (in)visibilidade e direitos. *Revista Psicologia Política*, 13(26), 111-127.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 18, n. 1, pp. 27-35.

Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero: Psicobiografia, sociocultural e transformações*. Editora UFPR.

Galdós, J. S; Ruiz, B. F; Estramiana, J. L. A. (2007). De Moscovici a Jung: el arquetipo femenino y su iconografía. *Athenea Digital*, n. 11, p. 132-148.

Green, J. N. (2019). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século*

XX. Unesp.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. As representações sociais. In Denise. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (L. Ulup, trad., pp. 17-

44). Ed. UERJ

John, V. M & Eberle, Taiana S. (2010). *Veja Só o Brasil* - a construção social da realidade em duas mil capas da Revista Veja. *Estudos em Comunicação*, (7). Volume 1, 5580

Lacerda, M; Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 15, n. 1, p. 165-178.

Lahlou, S. (2001). Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. *Papers on social representations*, 20 (38). pp. 1-7.

Menezes, A. B & Carvalho Neto, M. B. (2015). Reflexões sobre a interinfluência entre ciência e política: o caso da homossexualidade. *Temas em Psicologia*, 23(3), 621-634. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-08>

Mercuri, I. A, Veloso, I. A, Tragni, S. & Tavares, D. (2011) *Da TV Pra Você: A Influência da Novela na Sociedade Brasileira. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na*

*Região Centro-Oeste*. Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso.

Moscovici, S. (1961/2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Vozes.

Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.

Quinalha, R. (2017). *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais. Universidade de São Paulo).

Santos, M. F. S. (2015). A teoria das representações sociais. Diálogos com a teoria da representação social, In. Maria de Fátima Souza Santos & Leda M. Almeida (Org.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp. 15-38). Edufal.

Scalzo, M. (2003). *Jornalismo de revista*. Editora contexto.

Silva, L. B & Aléssio, R. L. S. (2019). Redes de ódio: A homofobia no Facebook. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 07–27.  
<https://doi.org/10.12957/epp.2019.43004>

Soares, A. (2019). Sobre a (homo)sexualidade nos meios de comunicação (1980-2010). *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(2).  
<https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1821>

Tajfel, H. (1972). Experiments in a vacuum. 1972. In J. Israel & H. Tajfel, *The context of social psychology: A critical assessment*. Academic Press.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve o objetivo geral de analisar as representações sobre LGBT difundidas e construídas em um veículo considerado não subalterno, em outras palavras, que não estivesse numa clandestinidade, mas que fizesse parte da cena pública da sociedade de cada época. Além disso, percebeu-se que, com base na revisão da literatura sobre o tema, as informações acompanham o caminhar das publicações científicas. Os resultados apontam que os saberes difundidos por esses meios são concomitantes. Fazem parte de um universo reificado, no qual a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes. Nesses universos reificados, circulam o pensamento erudito e o pensamento científico, que possui um rigor lógico e metodológico (Chaves & Silva, 2013; Moscovici, 2009; Sá, 2015). Segundo Soares (2019), os mitos de verdade, imparcialidade, neutralidade e objetividade que os meios de comunicação procuram passar para seu leitor, são capazes de produzir uma memória que estabilizam sentidos e imobilizam relações sobre aquilo que se diz, como os discursos a respeito do homossexual e da homossexualidade que (re)produzem sentidos do passado, do presente e (para) do futuro.

Os saberes difundidos nas publicações científicas e pela revista *Veja* servem na constituição e manutenção do que Moscovici (2009) chamou de universos consensuais, que se dão nas interações sociais (Sá, 2015). É o conhecimento cotidiano, do senso comum, nos quais as pessoas são vistas de modo igual e livre, podendo falar, inclusive, em nome de um grupo. São esses conhecimentos que podem ser percebidos, ao mesmo tempo, como representações e como ciência (Moscovici, 2009). Os universos consensuais e reificados não se sobrepõem, mas encorajam os diferentes discursos.

A ciência se constrói em torno do consenso social, não sendo uma matéria dos cientistas individuais, mas o resultado social da interação dos trabalhos de diferentes cientistas. Faz parte de uma produção consensual que termina sendo impossível de distinguir, durante a elaboração desse conhecimento, o conteúdo do conhecimento (Popper, 1978). Ciência e conhecimento científico são feitos a partir de um contexto histórico e cultural, nos quais os cientistas estão inseridos, ou seja, ela influencia e é influenciada pelo meio social.

A relação entre a política e a religião é evidenciada nesse trabalho, os transformando em um verdadeiro amalgama. No começo, com a igreja católica e depois com a ascensão das igrejas evangélicas. Essa união ancora diferentes discursos contrários às questões LGBT e possuem relação com o conservadorismo e o fundamentalismo religioso que têm crescido ao longo dos últimos anos (Singer, 2016). No que diz respeito à política, são os aspectos relacionados às polarizações ideológicas que evidenciam as tentativas do legislativo em barrar qualquer pauta sobre LGBT (Duarte, 2009).

Este trabalho mostra como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros foram representados pela revista *Veja* ao longo dos últimos 50 anos. No começo, com a igreja católica, em seguida, com a ascensão da igreja evangélica, toda pauta ligada a população LGBT passou a ser questionada e discutida com base em um discurso religioso. É uma oposição formada por meio, sobretudo, de líderes conservadores e figuras religiosas, cujos posicionamentos estão ancorados, segundo eles, na Bíblia, mas que se une, como dito anteriormente, a uma lógica científica. Eis que a Biologia se une, como um amalgama, ao discurso desses que se opõem a qualquer benefício para a população LGBT. É importante lembrar que, até nos espaços públicos, o simbolismo cristão é presente, assim como na cédula de dinheiro, ou seja, a religião não é apenas uma escolha pessoal, mas algo que está presente na esfera pública e privada de qualquer pessoa.

As questões relacionadas a direitos civis estão mais presentes em seções internacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que no Brasil, sequer existem leis específicas para essa população, sendo as principais conquistas asseguradas por meio da jurisprudência. Por isso, não é de se estranhar o fato de tantas notícias serem de seções com matérias internacionais. Além disso, é importante salientar a relação que as travestis são relacionadas as páginas de crime e violência. A ligação entre travestis, baixa renda e, principalmente a população negra é muito forte. Trata-se de uma relação que perdura até hoje. É importante que os novos estudos façam um recorte não só de gênero, mas de classe e raça.

Por fim, mas não menos importante, essa pesquisa possui seus limites. Alguns grupos não foram incluídos, como Queers, Intersexuais, Assexuais e Mais, o motivo é justamente pelo fato de serem siglas adicionadas recentemente, ou seja, como a busca começou a ser feita em 1968, essas siglas, sequer, aparecem noticiadas. Deixa-se aqui, a possibilidade de que estudos sobre as representações sociais de cada grupo específico sejam feitas. Na verdade, é um trabalho urgente e necessário. Talvez, com isso, políticas públicas e, principalmente, novas estratégias de enfrentamento do preconceito possam ser pensadas e colocadas em prática.